UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

LUANA VIEIRA DE OLIVEIRA

FALANDO SOBRE DROGAS: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
FEVEREIRO DE 2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE

LUANA VIEIRA DE OLIVEIRA

FALANDO SOBRE DROGAS: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Discursos e Narrativas.

Orientadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA
FEVEREIRO DE 2019

Oliveira, Luana Vieira de.

O48l Falando sobre drogas: memórias e representações sociais de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. / Luana Vieira de Oliveira – Vitória da Conquista, 2019.
169 f.

Orientadora: Luci Mara Bertoni.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

Inclui referência F. 149 – 162.

1. Adolescência - Drogas. 2. Adolescência e vulnerabilidades. 3. Representações sociais. 4. Memória. I. Bertoni, Luci Mara. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 362.29

Catalogação na fonte: Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: Talking about drugs: memories and social representations of adolescents in situations of social vulnerability.

Palavras-chaves em inglês: Adolescence. Drugs. Memories. Social Representations. Vulnerabilities.

Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (presidente), Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos (titular), Profa. Dra. Vânia Carvalho Santos (titular).

Data da Defesa: 15 de fevereiro de 2019.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

LUANA VIEIRA DE OLIVEIRA

FALANDO SOBRE DROGAS: MEMÓRIAS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Mestra em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

Data da aprovação: 15 de fevereiro de 2019.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Luci Mara Bertoni (Presidente)
Instituição: UESB
Ass.:

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos
Instituição: UESB
Ass.:

Profa. Dra. Vânia Carvalho Santos
Instituição: UFS
Ass.:

Dedico este trabalho à minha amada família, por permitir dividir minha atenção entre eles e outros sonhos, e à memória dos adolescentes pobres e anônimos, que morrem pelo descaso de uma sociedade perversa.

AGRADECIMENTOS

Creio que tudo que somos e conquistamos resulta, dentre outras coisas, dos nossos encontros e das relações que construímos. Para elaboração desta dissertação, pude contar com apoio e contribuição de pessoas especiais, as quais expresso minha mais sincera gratidão.

De maneira especial agradeço as orientações, acolhimentos, palavras de incentivo e ensinamentos da minha querida mestra e agora amiga, Profa. Dra. Luci Mara, que dividiu seu conhecimento de maneira generosa, e me incentivou com seu exemplo de dedicação ao trabalho e sua ética. Pela qual, sem suas contribuições permanentes, não seria possível a produção deste trabalho.

Ao meu amor e melhor amigo José Américo Neto, parceiro de vida, lutas e conquistas, apoiando-me e incentivando-me sempre, como excelente marido e pai excepcional.

Aos meus grandes amores Davi, Artur e Pedro, minhas melhores produções e maiores alegrias de vida, pela compreensão diante de minhas ausências, por todas as vezes que vinham até a mim e questionavam “quando acabaria para poder estar com eles”, e eu sempre dizia “logo” e eles pacientemente esperaram.

À torcida da minha querida irmã Thaciana e o incentivo constante para busca de conhecimento da minha mãe Suely Mary, além do apoio no cuidado com meus filhos nas minhas ausências.

Aos queridos amigos que compreenderam meu temporário afastamento, mas permaneceram por perto em minha vida.

À Profa. Dra. Ângela pelas palavras de conhecimento e sabedoria, mas também pelas risadas e pela simplicidade que incentiva a todos que conhecem.

À Profa. Dra. Vânia pelas contribuições e compartilhamento de saber, além de sua companhia encantadora.

Ao Prof. Dr. João Diógenes pela disponibilidade e boa vontade em participar da minha banca e contribuir com seus conhecimentos.

Aos colegas de mestrado pela cumplicidade, compartilhamento de conhecimento e pela parceria.

Aos colegas do Grupo de Estudos em Gênero, Politicas, Álcool e Drogas (GePAD) pelos encontros enriquecedores e o aporte teórico necessário para minha pesquisa, além de possibilitar lindas amizades.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), ao qual agradeço, por meio de seu corpo docente e de seus funcionários, pela oportunidade de

concluir meu mestrado, estendendo meus agradecimentos a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), que viabilizou os espaços necessários ao funcionamento do PPGMLS.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa durante todo o mestrado.

Às instituições da rede sócio assistencial que abriram suas portas e confiaram a mim seus educandos. E à secretaria de desenvolvimento que acolheu a proposta da pesquisa e disponibilizou sua equipe nas várias instituições da rede de cuidados à adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Aos pais dos educandos pela confiança depositada a mim e em minha ética, autorizando seus filhos na participação da pesquisa.

E claro, aos adolescentes que tornaram possível esta pesquisa, por meio de sua participação, confiança e confidências.

Gratidão!

“E achava que a alegria daquela liberdade era pouca
para a desgraça daquela vida.”
JORGE AMADO

RESUMO

O uso abusivo de substâncias psicoativas e o narcotráfico tornaram-se um problema social de escala mundial. A despeito das políticas públicas de prevenção e proteção no Brasil, destacamos as consequências desse fenômeno na vida dos adolescentes, sobretudo aos pertencentes a classes populares. Considerando a multifatoriedade do envolvimento com psicotrópicos e a busca de identidade social do adolescente, que leva-o a projetar-se sob novas influências, extra parentais, e afirmar-se diante de grupos de pertencimento, constatamos a importância de compreender a construção do pensamento consensual que justifica tomadas de decisão e comportamento dos adolescentes acerca do fenômeno das drogas. Diante disso, analisamos como os adolescentes em situação de vulnerabilidade social representam e dão sentido às drogas, por meio de suas memórias e representações sociais. Para tanto, partimos de uma metodologia qualitativa e da perspectiva interdisciplinar, sob aporte teórico de caráter psicossocial da Teoria das Representações Sociais (TRS), preconizadas por Serge Moscovici ([2000] 2015), com a contribuição da Teoria do Núcleo Central (TNC), proposta Jean-Claude Abric (1998), e a Teoria da Memória Coletiva elaborada pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs ([1950] 1990). Os dados foram coletados por meio de leituras bibliográficas, observação e aplicação de questionário sociodemográfico e do Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) com 58 participantes de 12 a 17 anos, inseridos na rede de proteção à criança e ao adolescente de um município da Bahia. Os dados foram analisados por meio dos *software*s EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant L'analyse des Évocations*) e do IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), tendo como base a Análise de Conteúdo de Bardin ([1977] 2011). Os resultados apontaram para construção de um sentido para drogas baseado em memórias e representações dos grupos e do discurso social, assim como evidenciaram fatores protetivos, direcionando para a importância da maior participação da sociedade na proteção em rede dos adolescentes e a promoção de espaços de fala, onde possam manifestar seus conflitos e sua condição de risco ao uso e/ou ao tráfico de drogas.

Palavras-chaves: Adolescência. Drogas. Memórias. Representações Sociais. Vulnerabilidades.

ABSTRACT

The excessive use of psychoactive substances and the narcotic trafficking have become a worldwide scale social problem. Notwithstanding Brazilian public policies for precaution and protection, we highlight the consequences of this phenomenon in poor adolescents' lives. Considering the multifactorial involvement with psychotropic drugs, and the search for social identity by teenagers, which make them project themselves under other influences that are not their parents', as well as assert themselves before their belonging peers, made us realize how important it is to understand the construction of consensual thinking, which justifies the decision making and the behavior of teenagers about drugs. In light of this, we analyzed how drugs are represented and how they are given meaning by youngsters in situation of social vulnerability, through their memories and social representations. For this purpose, we used a qualitative methodology and a multidisciplinary perspective, under a theoretical input with psychosocial nature from Social Representation Theory (TRS – in Portuguese), endorsed by Serge Moscovici ([2000 2015), with the aid of Central Core Theory (TNC – in Portuguese), proposed by Jean-Claude Abric (1998), in addition to Collective Memory Theory, prepared by the French sociologist Maurice Halbwachs ([1950] 1990). Data was gathered via bibliographic readings, observation and application of a sociodemographic questionnaire, and the Words Free Association Test (TALP – in Portuguese) with 58 participants in a range from 12 to 17 years old that were inserted in the child and teenager protection network from a county in the countryside of the state of Bahia. The data was analyzed in the software EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant L'analyse des Évocations*) and IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), based on Bardin Content Analysis ([1977] 2011). Results showed that the construction of meaning about drugs is based in memories and group representations and the social speech. Some protective vectors were also spotlighted, leading to the importance of a greater participation of society in the networked protection of teenagers, as well as the promotion of speech spots, in which they would be able to expose their conflicts and their risked condition of using or trafficking drugs.

Keywords: Adolescence. Drugs. Memories. Social Representations. Vulnerabilities.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADA	Organização de Amigos dos Amigos
a.C.	Antes de Cristo
APA	Associação Americana de Psiquiatria
CAPS AD	Centro de Atenção Psicossocial de álcool e drogas
CEBRID	Centro Brasileiro de Informação sobre drogas
CONANDA	Conselho de Direitos e Tutelares, e Conselho Nacional do Direito da Criança e Adolescente
CV	Comando Vermelho
DSM-5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EVOC	*Ensemble de Programmes Permettant L'analyse des Évocations*
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EUA	Estados Unidos
FARC	Força Armada Revolucionária Colombiana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHA	Índice de Homicídio de adolescentes
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LSD	Dietiliamida do Ácido Lisérgico
NC	Núcleo central
NOB	Norma operacional Básica
OBID	Observatório Brasileiro de Informação sobre drogas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar
RS	Representação Social
SNC	Sistema Nervoso Central
SP	São Paulo
SSP	Secretaria de Segurança Publica
TALP	Teste Associação de livres palavras
TC	Terceiro Comando
TC	Terceiro Comando

TCC	Terceiro Comando da Capital
TCP	Terceiro Comando Puro
TRS	Teoria da Representação Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE TABELA E QUADROS

Tabela 01 – Distribuição dos dados sociodemográficos dos adolescentes (idade, sexo, religião e cor) em um município do interior da Bahia, 2019.....118

Quadro 01 – Quadrantes de distribuição das evocações livres ao termo indutivo “DROGAS” que expressa as representações sociais dos adolescentes em situação de vulnerabilidade em um município do interior da Bahia, 2019.....123

Quadro 02 – Quadrantes de distribuição das evocações livres que expressa as representações sociais dos adolescentes em situação de vulnerabilidade em um município do interior da Bahia, 2019.....126

Quadro 03 – Quadrantes de distribuição das evocações livres que expressa as representações sociais dos adolescentes em situação de vulnerabilidade em um município do interior da Bahia, 2019.....127

Quadro 04 –Categorias e Sub-categorias.....131

Quadro 05- Nuvem de palavras- Fatores de risco para uso de drogas.....132

Quadro 06- Nuvem de palavras- Fatores de risco para trafico de drogas.....136

Quadro 07- Nuvem de palavras- Fatores de proteção contra as drogas.....140

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....16

2 DROGAS: SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES.....25

2.1 O que são drogas.....25

2.2 Os papéis sociais da droga.....28

2.3 Relação da humanidade com as substâncias psicoativas.....38

2.4 Proibicionismo.....43

2.5 O tráfico e o crime organizado no Brasil.....51

3 ADOLESCÊNCIAS E VULNERABILIDADES 58

3.1 A construção social do conceito de adolescência.....59

3.1.2 “Quem sou eu ?”.....64

3.2 Vulnerabilidades e proteção social.....69

3.2.1 Adolescência e os riscos.....70

3.2.2 O tráfico de droga e o adolescente vulnerável social.....75

3.2.3 Políticas de prevenção às drogas e Rede de Proteção Social para adolescentes.....78

4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL E MEMÓRIA COLETIVA.....87

4.1 Teoria das representações sociais: principais conceitos e abordagens.....89

4.2 Memória coletiva.....97

4.3 Diálogo entre memória coletiva e representações sociais.....103

5 PERCURSOS METODOLOGICOS E RESULTADOS.....111

5.1 Local do estudo.....113

5.2Participantes.....114

5.3 Coleta de dados.....114

5.3.1 Diário de campo.....115

5.3.2 Questionário sociodemográfico.....118

5.3.3 Teste de Associação Livre de Palavras- TALP.....119

5.4 Análise dos Dados.....120

5.4.1 Evoc.....121

5.4.1.1 Representações sociais das drogas.....122

5.4.1.2 Drogas para os amigos.....124

5.4.1.3 Drogas para os adolescentes.....127

5.4.2 Eixos temáticos e Categorias.....130

5.4.2.1 Fatores de risco para as drogas.....131

5.4.2.2 Fatores de risco para o envolvimento com o tráfico.....135

5.4.2.3 Fatores de proteção para as drogas.....139

6 CONCLUSÃO.....145

REFERÊNCIAS.....150

APÊNDICE.....164

1 INTRODUÇÃO

Muitos adolescentes, no afã de liberdade que a nova fase da vida pode vir a representar, ficam expostos à caminhos que configuram-se em verdadeiros aprisionamentos, como uso abusivo de substâncias psicoativas, o envolvimento com o tráfico de drogas e outros. Em um momento da vida em que este é compelido, por si e pela sociedade, a fazer escolhas, as poucas possibilidades e perspectivas que a condição de vulnerável social os impõe, podem configurar um desafio ainda maior.

A obra **Capitães de areia**, do escritor baiano Jorge Amado (1937), representa bem esta realidade de adolescentes que sofrem penosamente as consequências da desigualdade social e dos desamparos, e precisam lutar tanto por sua sobrevivência como para sua liberdade. Apesar do romance retratar o Brasil da década de 1930, ele ainda se faz atual, ao percebermos que muitos dos adolescentes, como os personagens da obra de Jorge Amado, passam por conflitos existenciais, em busca de adquirirem uma identidade e um lugar no mundo do adulto, e se veem dentro de um sistema perverso de exclusão, dada sua condição social e econômica, que diante da falta de opção, ficam expostos a caminhos perigosos como a criminalidade. Ao culpá-los por suas escolhas, a sociedade e o Estado se eximem da responsabilidade de proteção e de garantia de seus direitos.

A leitura desta obra, na adolescência, e o imenso desconforto que tal realidade produz, foram determinantes para as escolhas acadêmicas e profissionais, bem como para o objeto de estudo da presente pesquisa. Assim, o tema drogas e dependência química sempre foi alvo de interesse pessoal e na prática profissional enquanto psicóloga, atuando no Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS AD), no consultório, em centro de recuperação e em uma instituição social não governamental voltada para o cuidado e proteção de crianças e adolescentes. Com esta última experiência, deparamo-nos com uma triste realidade de desigualdade social, violação de direitos e forte exposição de crianças e adolescentes às drogas e ao narcotráfico. Tudo isso nos fez ver que, apesar de ações de caráter preventivo e protetivo, muitos daqueles adolescentes perdiam-se no chamado mundo das drogas.

Doravante, trabalhando diretamente com esse público, foi possível construir questionamentos acerca de determinadas políticas públicas voltadas para a prevenção do uso de drogas e sua influência na vida destes adolescentes. Portanto, foi diante destas realidades, que emergiu o interesse em compreender sobre o cuidado e proteção destes sujeitos que, seja por uma construção social ou por características do seu desenvolvimento psíquico e social,

encontram-se em situação de dupla vulnerabilidade: a formação de sua identidade pessoal e social, e os desafios de viver em um sistema excludente de desigualdades e privações.

Os participantes da presente pesquisa, diferente das personagens da obra de Jorge Amado “capitães de areia”, estão inseridos na escola e em instituições governamentais e não governamentais que fazem parte de uma rede de proteção sócio-assistencial. Para esses, existem projetos sociais e políticas públicas, a fim de garantir a promoção do seu desenvolvimento pessoal e social, e o protagonismo dos seus direitos. Tais ações se revestem de um discurso de proteção e prevenção visando educar, conscientizar e proteger os adolescentes do uso abusivo de substâncias psicoativas, em conformidade com o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Contudo, na prática, o que observamos é um número significativo de adolescentes usuário destes serviços, envolvendo-se com uso e comércio de substâncias psicoativas.

Corroborando com esta realidade, os últimos dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística *(*IBGE, 2015*),* direcionada à adolescentes da rede pública (85,5% – 2,3 milhões) e privada (14,5% – 380,4 mil) de todo país em 2015, confirmam que 55,5% (1,5 milhão) já havia consumido uma dose de bebida alcoólica alguma vez, percentual superior ao observado em 2012 (50,3% ou 1,6 milhão). A proporção dos que já experimentaram drogas ilícitas subiu de 7,3% (230,2 mil) para 9,0% (236,8 mil) no mesmo período. Em relação ao consumo de álcool e drogas ilícitas, respectivamente, 23,8% (626,1 mil) e 4,2% (110,5 mil) dos estudantes tinha feito uso dessas substâncias nos últimos 30 dias antes da pesquisa.

Todavia, o VI Levantamento Nacional de Consumo de Drogas entre Estudantes de Ensino Fundamental e Médio, realizado, em 2010, pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID) abordou 50.890 estudantes das 27 capitais brasileiras e Distrito Federal, apresentou dados de diminuição comparados aos outros levantamentos realizados desde 1986, com uso de inalantes. Destacamos também a diminuição do uso de anfetaminas, mas em contrapartida o aumento do uso de cocaína. Confirmando que, com o passar de 25 anos de investimento em políticas sobre drogas, há muito o que se fazer no campo da prevenção.

Mesmo com muitos estudos sobre o tema, aprovação de leis, oferta de serviços públicos de saúde, os adolescentes de classes econômica menos favorecidas ainda ocupam, em nossa sociedade, o lugar de invisíveis sociais, uma vez que são esquecidos pelo poder público. Diante disso, suas mortes, em decorrência da “guerra” do narcotráfico causam pouca ou nenhuma comoção social. O Índice de Homicídios na Adolescência 2015 (IHA), resultado

de uma parceria entre o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-UERJ), apresentam dados sobre uma pesquisa que analisa os homicídios de adolescentes na faixa etária entre 12 e 18 anos, nos 300 municípios brasileiros com mais de 300 mil habitantes, um cálculo para cada grupo de mil habitantes, que revelam o aumento de mortes de adolescentes brasileiros, partes deles resultantes da associação com o tráfico de drogas, de forma que para cada mil adolescentes, 3,6 correm o risco de morrer por assassinato antes de completar 19 anos. Em 2015, foram 59 mortes para 100 mil pessoas nessa faixa etária.

Em municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, a taxa de assassinatos de jovens chegou a 3,65 por mil adolescentes – ou seja, para cada mil adolescentes que completam 12 anos, mais de três são vítimas de homicídios antes de chegar aos 19 anos. Se nada mudar, 43 mil jovens poderão ser mortos até 2021. No Nordeste, a situação é mais agravante, com o índice de 6,5%. O estado da Bahia, segundo IBGE (2017), lidera no país o número de mortes de jovens dentre 15 a 24 anos. De acordo a Secretaria de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA, 2017) constatamos, que muitos dos nossos adolescentes estão morrendo de forma violenta. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum de Segurança Pública apontam os jovens e negros do sexo masculino como as principais vítimas da violência no país. Diante destes dados, podemos inferir que parte desses assassinatos se dão como resultado de disputa de poder entre as facções ou por militares que, executam a condenação de morte, em nome da luta contra o tráfico de drogas.

Considerando que muitos são os fatores que contribuem para a elevação do uso de drogas por adolescentes, e o envolvimento destes com o narcotráfico, essa pesquisa teve por objetivo ouvir aqueles que encontram-se em situação de vulnerabilidade social, inseridos na rede de proteção da criança e adolescente[1]. Ainda que esta pesquisa não tenha a pretensão de fazer uma avaliação da eficácia das políticas e ações voltadas à prevenção do uso de drogas entre adolescentes, buscamos analisar o tema a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos e que participam de programas sociais que visam a ações preventivas, de forma a compreender como essas políticas têm atingido sua forma de pensar sobre a sua própria realidade.

Diante da multifatoriedade do uso de drogas, esta pesquisa se propõe analisar as diferentes dimensões do ser humano, tanto abarcando as questões idiossincráticas, como problemas sociais, que circunscrevem o uso indevido de tais substâncias. Para tanto, optamos

1 Sobre a Rede de Proteção à criança e ao adolescente, trataremos mais especificamente na subseção 3.2.2.

pela abordagem psicossocial da Teoria das Representações Sociais (TRS), preconizadas por Serge Moscovici ([2000] 2015), que explica o fenômeno social em uma perspectiva coletiva e individual, e proporciona possibilidades de um estudo interdisciplinar, e o diálogo com diversos saberes, conjugando-os em torno de um mesmo objeto, conservando as especificidades de cada disciplina, e enriquecendo a pesquisa com pontos de vistas diferentes sobre o mesmo tema. De modo que, reconhecendo a importância de estabelecer um caráter multidisciplinar, esta pesquisa conta com a contribuição de vários saberes como a psicologia social, a psicanálise, a história, a sociologia e a antropologia.

Aqui utilizaremos, também, o conceito de memória coletiva que foi elaborado pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs ([1950] 1990), que observou como as representações coletivas do mundo, incluindo as do passado, tinham suas origens na interação de entidades coletivas desde o início, de forma que não poderiam ser reduzidas a contribuições de indivíduos. Ou seja, os indivíduos se lembram dentro de um grupo social, usam referências determinadas pela sociedade, têm a tendência a utilizar as memórias de outras pessoas para reforçar suas próprias, baseando-se em uma estrutura de linguagem e comunicação, na construção de suas lembranças, sem, contudo, deixar de ser também individual. Segundo o autor, as lembranças individuais não passariam de pontos de vistas de uma situação vivida coletivamente.

Em destaque teremos, como subsídio, a concepção da teoria psicanalítica sobre os sujeitos, suas relações com as substâncias psicoativas e a compreensão do adolescente e suas vulnerabilidades. Traçando caminhos epistemológicos de caráter psicossocial, que considera tanto os aspectos idiossincráticos como as influências sociais – tal qual as demais teorias aqui apresentadas. Sua maior contribuição nesta pesquisa será o olhar subjetivo e singular dos sujeito, que somaram com o olhar mais social da memória coletiva e das representações sociais, corroborando ainda mais para uma análise dos fenômenos aqui trabalhados, a partir destes dois ângulos: o indivíduo e seu meio.

Mediante perspectivas sociais e subjetivas, a presente pesquisa tem como questionamento principal saber como os adolescentes de classes empobrecidas, inseridos em programas sociais de proteção, oferecidos para estes em turno oposto a escola, interpretam o fenômeno das drogas, construído de forma consensual, por meio de suas memórias coletivas, e representações sociais.

Partimos da hipótese que as representações sociais e as memórias coletivas são resultantes do posicionamento dos sujeitos em seu contexto social, e não uma mera reprodução. Ambas definem sua identidade, a maneira como concebem sua realidade e

internalizam a visão de mundo do grupo, bem como os discursos que norteiam suas práticas e justifica suas ações. Contribuindo para construção de um conjunto de saberes sobre os fenômenos da vida social. Tal conhecimento nos permitirá aproximar-nos do universo destes adolescentes, e ampliarmos a discussão sobre as ações efetivas de caráter preventivo ao uso de drogas e envolvimento com o narcotráfico. Entendendo que, por meio do conhecimento sobre os aspectos desta contextualização, podemos ampliar a visão sobre os problemas das drogas na adolescência, bem como o modo de enfrentamento.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar como os adolescentes em situação de vulnerabilidade social representam e dão sentido às drogas, por meio de suas memórias e representações sociais. Ao passo que os objetivos específicos são: conceituar memória coletiva e representações sociais, adolescência e drogas; estabelecer relações multidimensionais sobre drogas e adolescência, e drogas e vulnerabilidade social; elaborar articulações conceituais entre representação social e memória coletiva.

Para fomentar o debate, apresentamos na segunda seção, o conceito de drogas, classificação, contextualização histórica e seus papéis sociais, sobretudo, buscando compreender a relação do sujeito com as drogas. Tal relação está embasada em autores como: Escohotado (1995, 1998, 2004), Carneiro (2005), Labate (2008), Rodrigues (2005), Fiore (2013), Mota(2009), Freud (1930), Focault (2014) Feffrman (2006) dentre outros, compreendendo os papéis e significados que as drogas ocuparam ao longo história da humanidade, bem como a contribuição do mercantilismo, do modelo capitalista, da indústria cultural e da indústria farmacêutica nas mudanças do papel social das drogas e de sua disseminação produzindo um dispositivo de drogas, que atua na dialética: estimular e condenar o uso das drogas. Perpassando por estruturas de forças, concretizadas na política proibicionista, como forma de controle e criminalização de parcelas da população pobre, corroborando para a expansão do narcotráfico, que aproveita-se dos problemas sociais para aliciar crianças e adolescentes.

Na terceira seção, dedicamos à compreensão da construção do conceito de adolescência e suas características, a partir de uma contextualização histórica feita por Ariès (1981), Del Priore (2008), Hobsbawm (1995), Pratta (2008) e outros. Explanamos sobre os determinantes sociais e culturais para o olhar sobre o sujeito adolescente, assim como considerando as particularidades subjetivas destes sujeitos nesta fase da vida, por meio da contribuição da psicologia e da psicanálise. Evidenciando as vulnerabilidades que esta fase representa, intensificadas por sua condição social e econômica, esses adolescentes veem, nas

drogas, meios para sanar a exclusão social, configurando-se como uma projeção da sociedade, pois estes simbolizam os conflitos, catalisam e exteriorizam as tensões sociais.

Constatamos, por meio das leituras realizadas, que a adolescência é uma fase de metamorfose, como afirmam Pinsky e Bessa (2004, p.11): "[...] época de grandes transformações, de descobertas, rupturas e aprendizados [...] uma fase que eles necessitam de conforto, amparo e proteção". Neste processo de desenvolvimento, eles produzem transformações sociais, psicológicas e biológicas, e definem identidades (ARPINI, 2003). Mas também pode ser vista como uma construção social que, segundo a dinâmica de sua cultura, vai refletir as características da sociedade em que está inserido. Segundo Coutinho (2009), a ideia de adolescência como uma fase de crise é típica da sociedade ocidental moderna e contemporânea. Para tanto, cada adolescente diante do seu contexto social e de suas singularidades produzem elaborações sobre si mesmo, sua realidade e os fenômenos sociais como as drogas e a maneira como se comportar diante destes e do mundo.

Ademais, a situação de vulnerabilidade social pode ser um agravante de exposição ao uso de drogas, e sobretudo ao narcotráfico. Segundo Zaluar (2007) e Cruz Neto (2001) os motivos que levam um adolescente ao envolvimento com o tráfico de drogas é resultante de seu contexto social. Muitos adolescentes buscam soluções imediatas e perigosas diante de sua condição de desfavorecimento social e econômico, que podem diminuir as opções de escolha destes sujeitos. Pois estes possuem poucas expectativas sobre seu futuro, de inserção no mercado de trabalho e na dinâmica social, que é regida pelo imperativo do consumo.

Diante disso, ainda nesta seção, apresentamos as políticas públicas voltadas aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, sobretudo no que diz respeito à prevenção de drogas e proteção integral, identificando o papel destas, e as ações que se afirmam com caráter protetivo, que têm como objetivo colaborar para o desenvolvimento destes jovens, para sua formação como sujeitos de direitos e agentes sociais.

Como suporte teórico de análise do tema em questão, conforme mencionamos nos objetivos, nos utilizamos das teorias das Representações Sociais e da Memória Coletiva, bem como da relação entre elas, que estão apresentadas na quarta seção.

Relativo as Representações Sociais, Moscovici ([2000] 2015) afirma que esta é a maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, buscando explicar os fenômenos do homem a partir de uma perspectiva coletiva, sem perder de vista as características da individualidade. O autor, em sua teoria, considera como fenômeno o que era antes visto como um conceito, de forma que as representações que habitam a esfera do senso comum podem ser analisadas como ciência (MOSCOVICI, [2000] 2015). Portanto, a percepção da realidade

baseia-se no que estamos condicionados pelo grupo, pois os sujeitos são cercados por palavras, ideias e imagens. De forma que, do processo construído culturalmente através do coletivo e das inter-relações, emergem as representações sociais bem como a memória coletiva.

Para Moscovici ([2000] 2015), as representações sociais convencionalizam os objetos, pessoas e acontecimentos de forma prescrita, localizando-as em determinada categoria e o faz por meio de dois processos: ancoragem e objetivação. A ancoragem é o processo que transforma algo estranho e o compara com um paradigma de uma categoria familiar, classificando-o e nomeando-o. A objetivação consiste em descobrir a qualidade e reproduzir um conceito em uma imagem. Portanto, são os significados que tentamos dar às informações que recebemos por meio da interação humana é que pressupõem as representações sociais (MOSCOVICI, [2000] 2015). Desta forma, vimos que as representações sociais são, portanto, maneiras de lidar com a memória. Em suas palavras

> Ancoragem e objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, [2000] 2015, p. 78).

Como já citamos, a memória é um ponto a ser destacado na pesquisa, uma vez que a transmissão dos valores culturais e da tradição ocorre por meio da memória social dos grupos que compartilham um mesmo tempo e um mesmo espaço. É necessário, portanto, identificar a relação entre memória e representações sociais para compreender a construção dos sentidos e significados dados aos fenômenos sociais.

A pesquisa em memória e representações sociais tem um caráter qualitativo que, segundo Minayo (2013), caracteriza-se por sujeitos apresentarem suas próprias teorias sobre os fenômenos, por se tratar de uma pesquisa que lida com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que exige de nós um olhar mais complexo. Para melhor identificarmos e analisarmos as representações sociais, partimos do pressuposto da Teoria do Núcleo Central (TNC) das Representações Sociais, proposta Jean Claude Abric (1998), que dá ênfase à dimensão cognitivo-estrutural. O autor defende que as representações sociais constituem-se como um sistema organizado de interpretação da realidade, que reage às relações dos indivíduos, com crenças, opiniões e atitudes.

Apoiados nestas premissas, utilizamos o teste projetivo TALP (Teste de Associação Livre de Palavras), com a palavra indutora “droga”, que foi acompanhado de um questionário sociodemográfico (APÊNDICE C). Os participantes descreveram 5 (cinco) palavras associadas à palavra enunciada, se posicionando segundo suas opiniões e a de outros, conforme a teoria da Zona Muda de Abric (2005), que considerando a dificuldade dos participantes em expressar suas representações sociais de elementos carregados de valor moral, como é o caso das drogas. Essas teorias serão abordadas na seção de metodologia.

Os dados obtidos com o TALP foram analisados com o apoio do *software* EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant L’analyse des Évocations*), desenvolvido pelo grupo do Midi, composto por Abric e seus colaboradores. Com o TALP, aplicamos um pequeno questionário que foi analisado com base na análise de conteúdo de Bardin ([1977] 2011), assim também, pelo software denominado IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), com o recuso das nuvens de palavras, que corresponde a um tipo de análise que reúne graficamente as palavras-chaves dos dados textuais, levando em conta a frequência com que essas palavras aparecem (CAMARGO; JUSTO, 2013), e à luz das teorias aqui apresentadas.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- CEP/UESB, sob protocolo de registro número 88393517.7.0000.0055. Diante disso, seguiu-se com as exigências necessárias para realização da mesma. É importante destacar também, que antes da aplicação do TALP foram realizadas visitas às instituições para observação, para coletar as assinaturas dos termos de assentimento dos adolescentes e de consentimento dos responsáveis, e daqueles que respondem pela instituição. Assim, também, foi realizada a aplicação do teste piloto, no qual avaliamos as condições e variáveis da pesquisa. Durante as visitas de reconhecimento e aplicação, foram observadas as estruturas de cada instituição e as práticas preventivas voltadas às drogas que são realizadas. Os participantes foram educandos de organizações sócio assistencial, voltadas para programas de proteção e prevenção de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, com a idade de 12 a 17 anos, que é a faixa etária aceita nas instituições da rede de proteção, que se dispõe a atender crianças e adolescentes, em consonância ao ECA (BRASIL,1990). Estas estão localizadas em um município no interior da Bahia, com índices elevados de violência e morte de adolescentes, e cuja a cidade é perpassada por uma BR, colaborando para a rota do narcotráfico.

Ante o exposto, partimos do pressuposto que a forma pela qual, na presente pesquisa, os adolescentes de classe social empobrecida elaboram ideias e imagens acerca das drogas,

com base nas inferências pessoais e sociais, é de fundamental relevância para compreensão de como o fenômeno das drogas atinge esse público, e de que forma a sociedade pode contribuir para amenizar os danos do mesmo, não com uma postura repressivo e moralista, mas considerando as peculiaridades que corroboram para o envolvimento do adolescente com as substâncias psicoativas e o narcotráfico.

2 DROGAS: SIGNIFICADOS E REPRESENTAÇÕES

Droga é um termo que carrega consigo várias interpretações, e ao longo da história e culturas ocupou diversos papéis, ora de sagrado e instrumento da felicidade, ora de perigoso e mortífero, personificando a maldade e ameaçando a ordem social. O conceito droga pode ser considerado como categoria complexa e polissêmica, que possui características ambíguas como reunir/separar ou prazer/sofrimento, atuando enquanto objeto sócio técnico, sendo classificada por sua modalidade de uso e suas relações, de medicamento-alimento à arma-ferramenta, permanecendo indeterminadas até que sejam reportadas aos agenciamentos, tornando-se objeto de controle ou repressão por parte do Estado e da partilha moral (médico-legal) ou simplesmente objeto das necessidades humanas como alimento-drogas e medicamentos-fármacos (VARGAS; LABATE, 2008, p. 41-42).

Nesta seção, interessa-nos compreender os papéis sociais das drogas, os conceitos, classificações e definições que perpassam a lógica das relações sociais e culturais, bem como refletem na relação subjetiva que o ser humano desenvolve com as substâncias psicoativas. Assim também, buscaremos compreender a forma como a sociedade e o Estado se posicionam diante delas, determinando quais substâncias são permitidas e estimuladas e quais são proibidas e condenáveis. Acerca destas últimas, são elaboradas estratégias políticas de repressão que, na justificativa de representar um perigo para os indivíduos e a sociedade, serão alvo de perseguição, mas também de disputa de poder. Para tanto, é relevante compreender o contexto das políticas proibicionistas, assim como o surgimento do narcotráfico e do sistema que sustenta e permite seu crescimento.

2.1 O que são drogas

A etimologia do termo drogas é dos mais controversos, sendo a hipótese da tradução da palavra holandesa *droog*, que significa folha seca, a mais aceitável (LAPATE, 2001; VARGAS; LABATE, 2008). O termo faz referência aos medicamentos produzidos à base de vegetais. Em linguagem médico-científica, drogas é a “designação para toda substância capaz de mudar as funções dos organismos vivos, causando modificações psicológicas e comportamentais” (LAPATE, 2001, p. 27).

Por essa perspectiva, as drogas psicotrópicas são substâncias que, ao serem inseridas no organismo humano, são capazes de alterar as funções mentais e comportamentais (MACIEL; MELO, 2016). Essas alterações resultantes de uso contínuo podem desencadear um processo de dependência química ou psicológica. As ações e consequências dependem das

características das substâncias, seu potencial de abuso e à ação direta e indireta sobre a via neural conhecida como via dopaminérgica mesolímbica[2], responsável pela capacidade de sentir prazer. Assim também, os efeitos variam de cada sujeito, das dosagens e do contexto. Com o uso repetido da substância psicoativa, o indivíduo pode sentir-se obrigado a aumentar a quantidade de uso, ou seja, sua tolerância diminui e surge a dependência, que o impulsiona a fazer uso de forma contínua ou periódica para obter prazer ou alívio (LAPATE, 2001).

As substâncias psicotrópicas, conforme a classificação da OMS (Organização Mundial da Saúde), podem ser de origem natural, extraída da natureza, ou artificial, sintética, produzidas em laboratório. Elas agem no cérebro alterando a percepção, sensação, emoções e consciência dos indivíduos, sendo classificadas conforme sua forma de agir no cérebro, modificando a atividade do sistema nervoso central (SNC). Portanto, são classificadas como substâncias depressoras, responsável por diminuir a atividade do SNC, produzindo relaxamento, desinibição e sedação, como álcool, solventes inalantes, analgésicos, calmantes e sedativos, tranquilizantes e ansiolíticos; substâncias estimulantes, aumentando a atividade do SNC, produzindo estado de alerta, falta de apetite e insônia, como tabaco, cocaína, e anfetaminas; e substâncias perturbadoras, com capacidade de confundir ou atrapalhar a percepção do SNC, e provocar alucinações e delírios, a exemplo da maconha (*cannabis sativa*), *ecstasy*, LSD (dietiliamida do ácido lisérgico) e outros (PINSKY, 2004).

Em consonância com a OMS, Lapate (2001) classifica as drogas de acordo com os padrões de uso como: uso na vida, ao menos uma única vez; uso no ano; uso recente- no mínimo seis vezes nos últimos trinta dias; uso de risco – quando ameaça à saúde do usuário; uso prejudicial – quando provoca danos à saúde do usuário. E, também, classifica quanto à frequência do uso, sendo: não usuários; usuário leve – inferior a uma vez por semana; usuário moderado – fazendo uso semanalmente; usuário pesado – que utiliza as drogas todos os dias do mês. Ainda segundo Lapate (2001), há diversos tipos de usuários, a saber: o experimentador – eventual ou curioso; o usuário ocasional – dependendo da disponibilidade e do contexto ambiental; usuário habitual – de uso frequente e que já apresenta possíveis danos (sociais, afetivos, familiares, profissionais); dependente – que vive em função das substâncias psicoativas e não consegue parar com o uso.

É relevante destacar, que os efeitos de cada substância variam conforme o tipo de substância, à quantidade, suas propriedades químicas, sua forma de produção e consumo, o

2 Modulação de respostas comportamentais a estímulos que ativam as sensações de recompensa por meio do neurotransmissor dopamina.

meio ambiente e seu contexto, e os sujeitos, com suas singularidades biológicas e psicológicas (LAPATE, 2001).

O uso abusivo e a dependência de substâncias psicoativas são compreendidas a partir de uma polifonia de diversos discursos teóricos e técnicos. Dentre tantos saberes na busca da compreensão deste fenômeno, prevalece quatro caminhos de inteligibilidade, que oferecem uma fundamentação teórica para tentar explicar a complexidade da natureza da dependência química. Esses modelos teóricos norteadores acadêmicos são: o modelo de doença, que entende a dependência como um transtorno primário, uma suscetibilidade hereditária; o modelo de comportamento aprendido, que vê o uso abusivo como um comportamento aprendido ou condicionado pelo meio; o modelo familiar e as regras que governam os relacionamentos familiares como meio de compreensão das dependências; e, por fim, o modelo psicanalítico que apresenta várias possibilidades de interpretação, dentre elas a busca do prazer pela droga como forma de retornar aos estados prazerosos da infância (FIGLIE, ZANELATTO, BORDIN, GRANDI, LARANJEIRA, 2015).

Nesta pesquisa, conforme dito anteriormente, dedicaremos mais atenção ao modelo psicanalítico, contudo, consideramos que a compreensão deste fenômeno não pode estar encarcerada em um único modelo teórico de saber. Sendo assim, consideraremos ainda um quinto modelo teórico para compreensão da dependência química, entendendo que este se aplica melhor a nossas análises, pois supera o modelo biomédico tradicional e concebe a dependência química como um fator biopsicossocial. É com base nele que iremos direcionar nossos passos, de forma a evidenciar a relevância de associar diversas teorias para compreensão do fenômeno, partindo das ideias de González Rey (2004) que defende a subjetividade individual e social, e entende a qualidade de vida de uma pessoa pela configuração sociocultural e subjetiva que está inserida, reputando fortemente os fatores patologizantes do social e os processos psicológicos que emergem do desenvolvimento cultural (GONZALEZ REY, 2011).

Assim sendo, devemos considerar os indivíduos em suas produções subjetivas nos espaços sociais concretos, respeitando as singularidades destes, sem desconsiderar os efeitos das relações sociais, da cultura local e do momento histórico. Portanto, indivíduo e sociedade desenvolvem-se concomitantemente. Nesta perspectiva, partindo de um olhar social sem desconsiderar as particularidades dos indivíduos, este estudo terá como base norteadora as teorias psicossociais, pelas quais nos debruçaremos nos capítulos posteriores.

2.2 Os papéis sociais da droga

Vimos que ao estudar sobre sustâncias psicoativas devemos considerar a multiplicidade de seus significados e suas contradições, e que estas apresentam várias configurações a depender da cultura e dos valores de uma sociedade. Assim também, não podemos considerar que drogas, enquanto fenômeno social, seja propriedade da sociedade atual. Segundo Bertoni (2006, p. 149), é possível afirmar que "desde os tempos mais remotos, a humanidade sempre teve envolvimento com o álcool ou outras drogas", pois "o desejo de descobrir sensações novas e prazerosas está presente nos seres humanos". Isto posto, por meio de um estudo historiográfico podemos constatar a presença milenar destas substâncias em, praticamente, todas as culturas.

Para o historiador espanhol Antônio Escohotado (1995), no estudo da história da humanidade, as substâncias psicoativas já estão presentes nas sociedades de organização primitiva, carregadas de sentido social e sagrado, nos rituais e cultos religiosos, assim também, no tratamento e cura de doenças, e em festas e celebrações. Com o tempo, o homem desconsidera os critérios racionais e farmacológicos e atribui qualidades morais aos produtos químicos, classificando as drogas como aceitas ou não.

Como por exemplo as nozes de *bétele*, mascadas por aborígenes no Timor, datadas há 13 mil anos atrás, ou os grãos de mescal (*Sophora secundioflora*), encontradas nas tumbas paleolíticas na América do Sul, datadas de 10 ou 11 mil anos atrás. Na Mesopotâmia, 3 mil anos antes da era cristã, o ópio era conhecido como dormideira: planta da felicidade, e era usada em Roma, como calmante e analgésico. E já observamos, nos achados históricos, advertências do uso excessivo de ópio e álcool na Grécia. No Brasil, desde os primórdios, o uso de substâncias psicoativas provenientes de vegetais encontrados na natureza era comum, os índios *Waika* inalavam um pó intoxicante denominado *epená*, consumido de forma grupal, promovendo êxtase nos rituais. A chicha amazônica ou cauim tupinambá eram bebidas apreciadas pelos indígenas nos rituais específicos, e a embriaguez favorecia a externalização dos sentimentos relacionados à guerra e à vingança entre os povos e, em alguns casos, ao canibalismo (MOTA, 2009).

Para Carneiro (2005), o termo *droog* até os séculos XVI e XVII, era usado em referência a produtos naturais para o uso de cura de doenças, gastronomia e ritos, mas foi tomando ao longo da história novas configurações e passou a ser um dos bens mais disputados e cobiçados, impulsionando as grandes descobertas e navegações nos novos continentes. Com a consolidação do mercantilismo, a centralização do poder nas mãos dos

Estados nacionais, e do comércio de trocas de produtos entre povos distantes, as drogas passaram a ter um novo destaque social e econômico, tornando-se matérias preciosas do Oriente e das Américas (café, tabaco, ópio, *cannabis* etc.). Sendo as principais riquezas disputadas entre as grandes nações navegantes, utilizadas, sobretudo na alimentação, na medicina e na tinturaria ou consumidas para obtenção de prazer.

> Foi pelo açúcar que os africanos foram escravizados numa diáspora de milhões de degradados para a América; pelas especiarias os europeus se lançaram aos mares desconhecidos em busca do caminho das Índias; pelo chá a Inglaterra inundou a China de Ópio; com o tabaco se colonizou a Virgínia; com o café se ampliou a capacidade de trabalho e de vigília do proletariado e dos soldados da era contemporânea e com o álcool destilado se obteve consolo, anestesia, impostos e lucros. (CARNEIRO, 2005, p. 7).

Assim, as drogas, durante a Idade Moderna3, acrescentaram um valor comercial, cuja troca permitia circulação de mercadorias entre diferentes Estados, agregando a estes bens um valor de troca. Como o comércio de psicotrópicos expandiu-se por todos os continentes, firmaram-se os hábitos de consumo no homem. Enquanto a droga distinguia-se apenas por seu valor de uso, não se podia associar a ela a ideia de problema social (LIMA, 2005).

A partir do momento em que ocorre disputa pelo mercado e domínio de produção das drogas, iniciam-se os primeiros conflitos relacionados a esta mercadoria. A exemplo tem-se a disputa pelo comercio de Ópio no Oriente, que durante milênios foi utilizada como alimento, que quando passou a ser fumada no sec. XVII, potencializando seus efeitos, o que levou a um aumento da demanda e se tornar razão de conflito entre a China e a Inglaterra.

Mas foi com o desenvolvimento da química, no século XIX, que o uso de substâncias psicoativas expandiu de forma gigantesca. É importante destacar, neste cenário, a indústria farmacêutica que, para minimizar os efeitos colaterais do progresso, desenvolveu drogas cada vez mais eficazes e adquiriu, e ainda adquire, lucros exorbitantes com essa condição humana de sofrimento. O século XIX, portanto, foi marcado pela nova era de terapia por meio de drogas, com a introdução nas práticas médicas de substâncias de origem mineral (iodo), vegetal (morfina) e animal (insulina). Assim, também, por intermédio da química, trouxe uma nova maneira de tratamento médico, com a elaboração principalmente de antibióticos, a partir da década de 1930, e produção laboratorial, na década de 1940, de penicilinas, produzindo um

---

3 A **Idade Moderna** é um período específico da História do Ocidente que se inicia no final da Idade Média em 1453 d.c., estendendo-se do final do século XV até à Idade das Revoluções no século XVIII; destacando fatos históricos como a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, incluindo assim o Renascimento, a Era dos Descobrimentos de novas terras e o mercantilismo. Este período encerra-se com a Revolução Francesa de 1789.

grande avanço nos tratamentos quimioterápicos e nas cirurgias, assim também promovendo uma invasão farmacêutica (VARGAS; LABATE, 2008).

Ocorre, desde então, uma mudança nos padrões de consumo de substâncias psicoativas, com a potencialização dos efeitos destas, a exemplo dos destilados alcoólicos e a morfina, obtida no ópio, em 1804, pelo farmacêutico alemão Friedrich Serturner (ESCOHOTADO, 1995). Em seguida, surgiu a diacetilmorfina, derivada da morfina, em 1874, registrada com o nome de heroína, em 1898, pela indústria farmacêutica alemã Bayer. Além das citadas heroína e morfina foram neste contexto de pós-revolução industrial e de consolidação da economia capitalista que apareceu a cocaína. Em 1859, o químico alemão Albert Nieman extraiu o alcaloide cocaína das folhas de coca, encontrada nos Andes por uma expedição austríaca, em 1882. A descoberta da substância, em princípio, não acarretou aumento na demanda. No entanto, em 1884, o químico alemão conseguiu comprovar as propriedades anestésicas da substância, crescendo, dessa forma, a demanda pela droga, que não se popularizou rapidamente devido aos preços altos (ESCOHOTADO, 1995).

As substâncias supracitadas passaram a ser comercializadas em grande escala e distribuídas para amplas camadas da população, juntamente com a ideologia capitalista e a lógica compulsiva que reforçava a necessidade do seu uso para manter o homem anestesiado, satisfeito e produtivo. A introdução de uma variedade gigantesca de fármacos foi fundamental para desencadear um processo de medicalização dos corpos e da vida, aumentando as expectativas de vida e, por conseguinte, produzindo efeitos colaterais. Visando o controle, por meio da proibição, na quase uniformidade das políticas dos países para distinção entre drogas e fármacos, e para repressão e criminalização do uso, produção e tráfico, de quase todas as substâncias psicoativas não médicas, com exceções controversas, como a do álcool e tabaco (VARGAS; LABATE, 2008).

Até aqui, podemos inferir que as representações sociais sobre as drogas aparecem, conforme cada período histórico, como um fenômeno variável. Vimos que até o mercantilismo, as drogas eram vistas como comida ou alívio da dor e fonte de prazer. Com a atribuição de valor comercial dada pelo mercantilismo, as substâncias psicoativas passaram a ter um o valor de uso social[4], sendo alvo de muitas disputas políticas. De forma que, ao longo da história seu consumo muda de configuração e assume caráter de instrumento de controle, deixa de ser "autonomia franqueada aos indivíduos", para ser regulamentada, normatizada e

4 "Um homem que, com seu produto, satisfaz sua necessidade pessoais produz um valor de uso, mas não de mercadoria. Para produzir mercadorias é preciso que não se produzam apenas simples valores de uso, mas valores de uso para outrem, valor de uso social" (MARX, 1982, p.27-28).

vigiada, sendo, ao mesmo tempo estimulada, e tornando-se objeto de desejo. Assim, “se algumas substâncias são proibidas e perseguidas outras são vendidas e exaltadas” (CARNEIRO, 2005 p. 22).

Deste modo, as substâncias psicoativas foram adquirindo um papel social importante, seja de caráter religioso, de distrações e interação social, à gastronomia e valor medicinal. Ao longo de sua trajetória na sociedade, o uso intensivo das drogas também sofreu várias interpretações, seja como elemento cultural, ou sagrado e religioso, ou vista como pecado, e imoralidade e, mais recentemente, como uma doença (VARGAS; LABATE, 2008). Essas representações sociais, tal como assevera Jodelet (2001) sobre a teoria que embasa nosso estudo, coexistem ao longo das mudanças sociais e variam conforme cultura, grupos de pertença e ideologias.

Portanto, o fenômeno das drogas tem sido objeto de estudos em várias áreas do saber, que consideram sua participação milenar na configuração das sociedades e, durante muito tempo, não representou uma problemática social tal qual descrevemos hoje. Seguindo a linha de pensamento de Fiore (2013), que defende que não se pode “confundir o fenômeno da alteração voluntária e sistemática da percepção por meio de plantas e substâncias químicas como problema (ou questão) das drogas. Pois estas possuíram, historicamente, diversas caracterizações, “proscritas, perseguidas, elogiadas, divinizadas e inventadas” (FIORE, 2013, p. 01). Consumidas e denominadas de diferentes formas, até que algumas delas passaram a incomodar a estrutura estatal, tornando-se um problema social.

Morais (2005) defende que o fenômeno “drogas” constitui um problema social, pois envolve conflito entre liberdades individuais e coletivas, conflito cultural, saúde pública, criminalidade, violência, soberania estatal, vultosas somas e interesses financeiros. É um fenômeno social que cursou um processo que o transformou em problema público. Mas, segundo ele, o centro, ou a zona central, é um fenômeno na esfera dos valores e crenças. No que diz respeito às drogas, o aspecto ideológico e retórico de sua definição, enquanto problema público, é ancorado, sobretudo, em valores centrais das sociedades modernas ocidentais, em apelos à preservação da estrutura familiar burguesa, no culto à disciplina, à produtividade e à saúde. O uso abusivo de drogas fere diretamente os valores ideológicos, capitalista e religioso, por trazer danos pessoais e às relações sociais, podendo enfraquecer a capacidade laborativa de um país e induzir à criminalidade. O fenômeno das drogas como problema social também pode ser entendido como uma questão geopolítica, que atende aos interesses de poder.

No Brasil, esta questão é tratada na esfera do poder judiciário e da biomedicina. Ou seja, as discussões teóricas e políticas sobre as drogas se organizam nos eixos saúde e segurança. A partir desses dois campos, uma intrincada rede de relações de poder e práticas discursivas trabalham para definir o que são as drogas lícitas e ilícitas, e orientar as políticas públicas. Nessa ótica, o comportamento de uso de drogas é considerado transgressão ou desvio das normas e preceitos de normalidade, e deve, portanto, ser corrigido. Para isso, encarcera o responsável por disseminar a droga, o traficante, e trata o usuário por meio de um projeto terapêutico baseado na prática curativa de medicalização e a normalização de suas ações pré-escritas, com o objetivo de reordenar sua trajetória, seus desejos e seu comportamento. Por meio de medidas punitivas e terapêuticas torna os sujeitos mais obedientes e úteis aos mecanismos sociais (FOUCAULT, 1994).

Portanto, o conceito de drogas opera na ordem do saber e do poder. Os significados e interpretações dados às substâncias psicoativas passam por uma relação simbólica, ambiental e ideológica. Desta forma, ao definir drogas lícitas e ilícitas, impõe-se um modo de existência moral, em que as primeiras representam o bem, e seu uso é estimulado como a garantia de vida, e a segunda é condenada e perseguida, pois representa a vida em sua intensidade, mas, sobretudo representa o poder da morte (SIMÕES; LABATE, 2008).

> [...] os limites entre drogas lícitas e ilícitas não são absolutos, mas flutuantes e sujeitos à relatividade cultural e histórica; que os excessos de consumo de certas drogas em certos momentos históricos e em certos países constitui um sintoma social, a ser entendido no contexto global de outros sintomas de marginalização ou de disfuncionamento sociocultural e econômico. (BUCHER, 1992, p. 3).

Labate (2008) aponta que quanto mais se produziam e estimulavam uso de drogas farmacológicas, mais se penalizou o uso de demais drogas. A sociedade contemporânea, portanto, estabelece uma relação ambígua com as drogas. Ou seja, o fenômeno das drogas, tal qual percebemos, foi criado pela sociedade contemporânea, configurando uma espécie de "dispositivo de drogas". Neste sentido, conforme Vargas (2001), tomamos emprestado o conceito foucaultiano de dispositivo, para compreendermos como as drogas são reprimidas, incitadas, faladas e investigadas a todo o tempo. Para Foucault (2014, p. 364), dispositivo é:

> [...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Ao longo da história da humanidade, sempre houve dispositivos, mas na sociedade atual, tudo no comportamento dos indivíduos é modelado, contaminado ou controlado por algum dispositivo. Conforme Agamben (2009), os dispositivos contemporâneos atuam criando uma subjetividade virtual adequada ao governo das condutas, um homem comum, construindo corpos administráveis, obedientes aos imperativos contemporâneos em aspectos da vida. São elementos históricos circunscritos em contextos social, político e cultural específicos, e estão relacionados a uma economia das relações humanas, dispondo os homens de modo a conduzi-los a um bem. Os dispositivos produzem uma cisão entre o ser e a ação, resultando em corpos dóceis e úteis, capazes de obedecer aos imperativos biopolíticos. Por isso, os dispositivos devem sempre implicar em um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito (AGAMBEN, 2009, p. 38).

Como supracitado, as substâncias materiais que convencionamos chamar de "droga" alimento, remédio, veneno, condimento – foram dotadas de sentido e hierarquias de classificação. Importa-nos aqui compreender que o tema drogas foi apropriado pelos mecanismos de poder, tornando-se interesse político, representando uma ameaça à vida e à ordem social. Dessa maneira, o dispositivo das drogas surge em resposta a um regime de poder que, apesar da tentativa de controle do Estado, por meio de normas e leis, não inibiu o uso e vendas das substâncias psicoativas, que crescem a cada ano. Para Foucault (2014), onde há poder há resistência, eis porque as drogas se constituem como dispositivo. Uma vez que estão submetidos a saberes e normas que ordenam a produção e o controle das práticas, produzem resistência. Além disso, o uso do recurso de substâncias psicoativas é veementemente estimulado pela própria sociedade para aliviar a dor (física e existencial), seguindo o imperativo de prazer e bem-estar constante, mas também de produtividade.

Vale ressaltar que a maior parte das drogas de consumo, atualmente consideradas ilícitas, foi produzida, isolada ou sintetizada em laboratórios químicos e biomédicos, a exemplo da morfina, heroína, cocaína, éter, barbitúricos e anfetaminas. Ou seja, parte das drogas que hoje ameaçam a saúde pública são efeitos colaterais da invasão farmacológica. Segundo Caio Rivas (2015), os primeiros problemas sociais com uso abusivo de substâncias psicoativas surgiram no período de 1861 a 1865, na Guerra Civil Americana, entre o Sul e o Norte daquele país, pois os médicos aliviavam as dores dos gravemente feridos com morfina, o que resultou em inúmeros veteranos dependentes desta droga (episódio o qual ficou conhecido como "A Doença do Soldado"). O hábito de prescrição persistiu após o fim da Guerra, para todos os tipos de mal-estar como resfriados, dores de cabeça, cansaço etc. A

heroína (derivada do ópio) também passou a ser vendida livremente, em farmácias e correios, como um eficaz remédio substituto da morfina. A cocaína surgiu, na década de 1850, também com a falsa esperança de ser um poderoso remédio. Até mesmo o considerado "pai da Psicanálise", o médico vienense Sigmund Freud (1856-1939), acreditou, durante muito tempo, que ela fosse uma droga útil para o tratamento da depressão.

Diante do exposto, constatamos que a diferenciação moral de drogas lícitas e ilícitas é contemporânea à invasão farmacológica. A problematização das drogas, segundo Vargas (1998, p.124), é uma "invenção social recente e muito bem datada", resultado não apenas da apropriação do consumo de drogas pela sociedade moderna, mas, sobretudo pela sua contribuição para efetivação enquanto problema social, seja pelo meio da medicalização, ou pela criminalização, reforçado por um discurso moral.

Becker (2001) constata as comutações e discrepâncias do conceito "drogas" ao longo da história, posto que foi construído socialmente, variando de cultura, contexto histórico, fatores políticos e econômicos. De forma que, o uso dessas está condicionado e estruturado por essas forças, a exemplo da definição que diferencia droga de medicamentos, não dependendo, em última análise, de suas propriedades farmacológicas, mas o modo como o Estado decide trata-la. Muitas vezes desconsiderando seu potencial de danos, como é o caso do álcool e tabaco que são lícitas, apesar de se tratarem de substâncias que, em proporção, são as que mais causam danos à saúde e à sociedade (LAPATE, 2001).

Neste sentido, com Bucher(1992), entendemos que para debater sobre o uso de drogas, cabe levar em conta a evolução histórica de uma determinada região ou sociedade, bem como os fenômenos sociais, políticos e culturais do contexto no qual elas se inserem, senão os esforços não serão eficientes, porque não atacam o problema em si, mas apenas avaliam certas consequências, certos sintomas de um disfunção social muito mais ampla.

Também é importante destacar, conforme afirma Mota (2009), que essas representações sociais de drogas, ao longo da história, transitaram fortemente no campo religioso e ocuparam tanto lugar de sagrado como de condenação. Assim, foi instrumento de transcendentalidade, como nas práticas milenares indianas do uso da *cannabis sativa* (maconha) ou da *ayahuasca,* e o álcool no cristianismo, que tem no vinho importante papel simbólico, representando o sangue de Cristo e o primeiro milagre de Jesus, que, também, foi alvo de perseguição e condenação por várias religiões, sendo associada à maldição, ao pecado e à culpa. Um desses exemplos, foram os movimentos protestantes de Temperança nos Estado

Unidos, que condenavam os hábitos etílicos, o que resultou na chamada "Lei Seca"[5], no século XX. De forma que, o uso de determinadas drogas associado à moralidade, passou a ser demonizado e condenado, em muitas sociedades, e relacionado ao crime e à violência, sendo essas substâncias submetidas à ideologia proibicionista. Por conseguinte, o uso abusivo passou a ser visto como doença, e as drogas passaram a ser uma questão social e de saúde pública.

Contudo, Mota (2009), em consonância com as ideias aqui expostas, também defende que a economia capitalista, juntamente com a Revolução Industrial6, o surgimento das grandes metrópoles, as relações codificadas em torno das trocas monetárias e as desigualdades sociais geradas por esse sistema, fizeram com que o proletariado encontrasse nas substâncias psicoativas o lenitivo para amortecer suas angústias. A necessidade de superação das consequências do mal-estar gerado pela modernidade e os meios de produção geraram a necessidade de desenvolver mais drogas para minimizar os efeitos colaterais do progresso. Assim, o autor corrobora com a relevância da indústria química no processo do fenômeno social das drogas, pois esta permitiu o surgimento de drogas mais potentes e fomentou sua comercialização. Por sua vez, o modelo social de realização pessoal por meio de acumulação de excedente e consumismo tornou-se imperativo no modo de vida social, regendo as ações humanas, e a busca do prazer pessoal em detrimento do coletivo passou a ocupar lugar primordial nas relações sociais.

Contribuindo com esse olhar social acerca deste fenômeno, Kalina (1999) enfatiza drogatização é um sintoma da crise em que a sociedade atual encontra-se. Não mais do que a consequência da alienação histórico cultural, política e econômica, que inclui fatores da dimensão social, familiar e individual, e da consequência das mudanças da sociedade industrial.

Corroborando também com essa ideia, Ribeiro (2003) afirma que o uso de drogas tem raízes na difusão de certos ideais que fundamentam nossa cultura atual, quais sejam, a individualidade, o culto às felicidades particulares e a deserção do espaço público, bem como o ideal de autonomia e independência, que engendra novas formas de construção do laço social, baseado na insubmissão e no fortalecimento da vontade e das liberdades pessoais.

---

5 Primeira lei proibicionista, 1929, EUA, que será discutida na subseção 2.4.

6 Revolução Industrial foi a transição de modo de produção de manufatura, artesanal, para produção por máquinas, ocorrido a partir do período de 1760, com início na Inglaterra e em poucas décadas espalhando-se para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Essa mudança representa um divisor da história, pois influenciou quase todos os aspectos da vida cotidiana, como mudança nas relações, novas descobertas e consumo.

Lorencini Junior (1998) considera que o consumo das mercadorias fetiches, como drogas, é estimulado por complexos e, cada vez mais, poderosos mecanismos de criação de comportamentos de consumo compulsivo, uma vez que relacionam felicidade ao consumismo, e o fetichismo dos bens de consumo incidem em nossas vidas de forma que esses objetos realizam os nossos desejos e momentaneamente, tamponando as faltas.

Por outro lado, o desenvolvimento científico-tecnológico, segundo Feffermann (2006) assinala o avanço e o retrocesso da humanidade, promovendo mais condições de vida, e também de morte, por meio de produção bélica, padrões de intolerâncias, que reduz ao binômio inferioridade/superioridade, deteriorando a vida em comunidade, a dimensão do outro e a subjetividade individual, produzindo várias formas de desamparo.

Levando em consideração os aspectos supramencionados, faz-se necessário, compreender os sujeitos, que fazem uso indevido de drogas, dentro de um contexto sociocultural e histórico, e a forma como os indivíduos interiorizam a cultura. Assim, levando em conta a relevância das ideias capitalistas para construção do fenômeno moderno das drogas, entendemos que o comportamento dos sujeitos sofre a interferência direta do seu contexto e sua cultura, pois "a identidade dos homens, em grande parte é constituída com base em modelos fornecidos pela indústria cultural7" (FEFFERMANN, 2006, p. 32). Desta forma, a cultura da felicidade, do bem estar por meio de mercadorias fetiches e medicalização, é transmitida nas arte e nos meios de comunicação. E "por meio da dependência e da ilusão da resolução de todos os problemas é que o homem se deixa seduzir pelos apelos da Indústria Cultural" (BERTONI, 2001, p. 45).

> A satisfação compensatória que a indústria cultural oferece às pessoas ao despertar nelas a sensação confortável de que o mundo está em ordem, frustra-as na própria felicidade que ela ilusoriamente lhes propicia. [...] Ela impede a formação de indivíduos autônomos, independentes, capazes de julgar e de decidir conscientemente. (ADORNO, 1971, p. 294).

Desse modo, passa a existir uma tensão dialética entre os sujeitos e a cultura, sendo que a segunda sobrepõe a primeira, e aquela passa a contribuir para o não-desenvolvimento do pensamento crítico, com predominância da razão instrumental, técnica e automática, e por conseguinte, produz a manipulação da consciência coletiva, e o embotamento da dimensão

---

7 O conceito de Indústria Cultural é descrito pelos autores Adorno e Horkheimer (1985), na obra Dialética do Esclarecimento, como uma cultura que não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas também determina o seu próprio consumo, impedindo a formação de indivíduos autônomos e conscientes, capazes de decidir por conta própria os seus desejos e as suas vontades. Segundo Adorno (1971), o modo de fazer cultura é voltado para a lógica capitalista, e o homem em busca de uma identidade coletiva e do imperativo social de felicidade passa a consumir produtos da indústria cultural.

emancipadora, e os sujeitos passam a ser controlados por uma cultura unificadora, que impõe ideias e modos de vida, reduzindo-os à condição de mero consumidores.

Diante desses aspectos, Feffermann (2006) defende que o uso abusivo de drogas, assim como o tráfico de drogas, é um protótipo da sociedade de consumo, que é ainda mais agravada pela globalização, com a desvinculação de uma base material da produção e comércio. Essa autonomia dos sistemas econômicos universaliza costumes e práticas, assim como modelo estereotipados de sucesso. Assim, não se pode conceber a droga fora da rede de significações de cada matriz cultural.

À vista disso, as substâncias psicoativas, segundo Bucher (1992, p. 28), que antes exerciam um papel social de elemento de integração, de coesão em nível social e emocional da população, em nossos dias, observamos como possíveis elementos de adoecimento social e desintegração, quando se instaura um uso abusivo, caracterizado por um quadro de dependência química, pois trazem consequências sociais de exclusão e afetam as relações de usuários. Alguns grupos, ao recorrerem às drogas, seguindo o que se denominou de contracultura[8], podem até ter estabelecido certa coesão, mas diante da ampliação do capitalismo, o que antes era visto como resistência passa a ser visto como disfuncional, pois traz prejuízos ao modo de vida produtivo. E quando este comportamento abusivo atinge as parcelas fragilizadas do corpo social, o processo de exclusão fica ainda mais evidente.

Portanto, o uso diferenciado das drogas psicoativas mostra a importância dos fatores biológicos em interação com os fatores sociais e ambientais na determinação de comportamento humano. Para Venâncio e Carneiro (2005), de alguma forma todos somos "viciados", mas existe uma dicotomia ideológica básica entre droga (veneno) e fármaco (remédio) que fundamenta a definição de drogas ilícitas e lícitas. Hoje poderíamos dizer que as drogas são propriedade do capitalismo, e o consumo de drogas não é mais uma autonomia franqueada aos indivíduos, passando a ser regulamentado, normatizado, vigiado e, ao mesmo tempo, impugnado, estimulado, propagandeado pelo capital. Se algumas substâncias são perseguidas outras são exaltadas, muitas vezes por razões econômicas e não por seus efeitos.

Todavia, para Rodrigues e Venâncio (2005), a manutenção de políticas proibicionistas não suprimiu o mercado de drogas ilícitas, seguindo vigoroso nos interstícios da proibição, de forma competitiva e mutante, adequando-se ao mercado, pelo qual suas atividades não se detêm apenas ao consumo, mas à comercialização ilegal e ao crime organizado. Assim,

---

8 Movimento que surgiu a partir de meados da década de 1960, impulsionado por jovens que se assumiam contra a cultura dominante do capitalismo, à burocracia e à tecnocracia, às guerras e ditaduras que eclodiram naquele momento.

constatamos que as políticas públicas proibicionista alimentam o dispositivo das drogas, em uma sociedade, que segue o imperativo do consumo para alcance do prazer e alívio da dor.

Diante do exposto, ao contextualizarmos o uso das substâncias psicoativas na história da humanidade, vimos que ela ocupou vários papéis em diferentes culturas e contextos, de elemento integrador à questão de saúde pública, passando pelas mais variadas interpretações como fonte de prazer e alívio, pecado, desmoralização e doença, mas também instrumento de resistência social. Entretanto, em detrimento aos aspectos acima analisados, não podemos desconsiderar as motivações, autonomia e singularidade de cada sujeito. Assim, observamos que os significantes das substâncias psicoativas possuem forte influência idiossincrática, sendo para uns apenas mais uma mercadoria de consumo social e para outra fonte primordial de prazer, do qual não conseguem desvincular-se. As linhas que se seguem têm como propósito buscar compreender como se instaura esta inscrição psíquica das drogas nos sujeitos.

2.3 Relações da humanidade com as substâncias psicoativas

Ao estudar o fenômeno das drogas, é preciso levar em conta a relação subjetiva do homem com tais produtos, as motivações e o sentido que estes possuem para os sujeitos, assim também como os efeitos psíquicos e sociais do uso contínuo. Para isso, é crucial compreender a interpretação que os sujeitos dão à experiência com as drogas e qual significado ela possui na vida destes (LABATE, 2008).

Partindo do conceito da OMS e da Associação Americana de Psiquiatria (APA), a dependência química é uma doença. Deste ponto de vista, o uso patológico de drogas também pode ser descrito como toxicomania, abuso de drogas, dependência química, adicção, farmacodependência, uso indevido de drogas ou uso abusivo, comportamento compulsivo, vício etc. Os sintomas, em síntese, residem na incapacidade do indivíduo em controlar ou não sua vida em consequência de sua relação com esses processos repetitivos (MOTA, 2009, p. 32).

De acordo com o mais recente Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) existem onze critérios clínicos capazes de diferenciar um uso de drogas daquilo que é considerado uma “verdadeira” dependência química. A dicotomia entre os diagnósticos de abuso e de dependência de substâncias deixou de existir, pela nova classificação, o paciente pode ser diagnosticado com: Dependência leve, que é a presença de dois ou três dos onze critérios por um período de um ano; Dependência moderada, presença

de quatro ou cinco dos onze critérios por um período de um ano; e Dependência grave, presença de mais de seis dos onze critérios por um período de um ano. Contudo, o uso de substâncias químicas que alteram o comportamento pode não vir a configurar-se como uma patologia, pode ser apenas um meio de lazer, solução ou escape para problemas, indicativo de dificuldade de amadurecimento emocional, aprendizagem social, dentre outros.

A explicação biológica para a dependência química segue a lógica neurológica pela qual observam-se alterações nos circuitos cerebrais provocadas pelo uso contínuo de substâncias psicoativas, produzindo como resposta o comportamento repetitivo e a dependência. As drogas agem no sistema nervoso elevando os níveis de dopamina – substância responsável pela ativação do circuito da motivação. A liberação repetida de dopamina por meio das drogas leva a mudanças neurais e a uma sensibilização ou tolerância. Assim, segundo Pinsky e Bessa (2004), ocorre um processo de adaptação neural; os estímulos motivacionais associados como sistema de recompensa do cérebro se fortalecem à medida em que se faz uso da substância, produzindo o um comportamento compulsivo para este uso.

O médico freudiano Boris Nadvorny (2006), com base em leituras de Josef Breuer (1842-1925) e Sigmund Freud (1856-1939), defende a ideia de que um ciclo de constante ingestão de substâncias psicoativas pode produzir dependência, formando um pseudo-instinto, que nada mais é que a confusão do instinto de preservação que, na ausência da substância, sentem os sintomas da abstinência tal qual a falta de substâncias nutritivas, representando uma necessidade vital. Desta forma a libido direciona-se para a substância, regredindo às fases primitivas de desenvolvimento, como a fase oral, e assim, instala-se uma compulsão de repetição, ligada à pulsão de morte e autodestruição, que busca uma satisfação, mesmo que maléfica.

Para Freud (1920[2006]), o ser humano vive sob a égide da busca pelo prazer e a evitação do desprazer. Para a sua sobrevivência no mundo civilizado o princípio do prazer é substituído pelo princípio da realidade, que busca o prazer com moderação, submetendo as circunstâncias e as regras sociais. O considerado pai da psicanalise trabalhou com a ideia das estâncias do aparelho psíquico (ego, id e superego9), que constituem um sujeito. E evidenciou que a realização de um impulso pode satisfazer uma destas instâncias, mas contrariar as

9 O **Ego** é considerado o “defensor da personalidade”, pois é responsável por impedir que os conteúdos inconscientes passem para o campo da consciência, acionando assim os seus mecanismos de defesa. O Id é o instinto nato do indivíduo, ou seja, os desejos, vontades e pulsões primitivas das pessoas. O Superego é um "conselheiro" para o Ego. Se desenvolve a partir da interação do indivíduo com a realidade e representa os valores morais e culturais que são assimilados pela pessoa (FREUD, [1923] 1996, grifos nossos).

outras. Como por exemplo a satisfação do id pode produzir sintomas relacionado a frustração do superego, como culpa e angustia

Para Nadvorny (2006), o dependente químico regride à fase primária da infância, do id, ou seja, busca constante de satisfação. Quando o ego e o superego, que são estancias de proteção da personalidade ainda não estão constituídos, e por isso não tem condições de avaliar as vantagens e desvantagens da satisfação imediata de um desejo, ele é regido apenas pelo princípio do prazer. Conforme a dependência vai se instalando e o corpo produz resistência, aumenta o desejo pelo prazer inicial, e a necessidade do aumento da quantidade da droga, que produz alteração nas estruturas químicas das células nervosas, o mal-estar gerado pela abstinência faz com que este direcione-se para oposição ao desprazer. A consequência é a regressão, que faz o sujeito reviver a fase do princípio do prazer, caracterizada pela compulsão a repetição, comum nas crianças antes de entrar no princípio da realidade.

Ainda na perspectiva psicanalítica freudiana, destacamos o texto **Totem e Tabu** (1914), no qual Freud afirma sobre o sacrifício do indivíduo para fazer parte do mundo social, renunciando seus prazeres e sua satisfação em prol do bem comum social, e o texto **Princípio do Prazer** (1920[2006]), em que o autor retrata a tendência humana de buscar o prazer e evitar o desprazer, mas que na existência de uma pulsão de morte, ou seja, a diminuição de libido, energia que leva ao movimento para vida, volta a agressividade, sadismo e masoquismo, fazendo o indivíduo operar em um comportamento de repetição.

Por fim, na obra **Mal estar da civilização** (1929[2011]), Freud retoma os textos anteriores e sustenta a ideia de que o sofrimento humano provém do corpo, do mundo externo e das relações, ou seja, a vida social civilizatória produz angústia, agressividade e culpa. As drogas, dentre outras coisas, cumpririam com o papel de amenizar tal sofrimento e como meio da busca de prazer. Quando a agressividade não pode ser manifestada ou externalizada, ela é introjetada, produzindo sentimento de culpa que, segundo Freud ([1929] 2011), é o sentimento pelo qual a vida civilizada mantém os seres humanos em constante relação entre si.

Assim, uso e abuso de droga são entendidos como uma resposta possível do sujeito ao mal-estar que é inerente tanto ao processo de formação das sociedades e culturas, quanto à própria constituição psíquica do ser humano. Para Sigmund Freud ([1929] 2011), o desenvolvimento das civilizações, bem como do psiquismo, impõe sacrifícios à sexualidade e à agressividade, constituintes do humano ou produzidas pelas relações, que faz o ato de viver penoso e sofrido. A fim de suportar tais sacrifícios, temos de lançar mão, do que o autor chamou de “medidas paliativas” que, de acordo com o mencionado texto freudiano, podem

ser basicamente de três tipos: os derivativos poderosos, as satisfações substitutivas e as substâncias tóxicas. O comportamento de uso abusivo de sustâncias psicoativas é uma das possíveis saídas para o alívio da angústia, provocada pelas renúncias de desejos do sujeito para uma vida civilizatória, bem como uma busca pela felicidade em estado permanente.

Além disso, a inserção do sujeito na vida social supõe a aceitação da alteridade, ou seja, a compreensão da existência do outro, que é contrário ao sentimento de onipotência do narcisismo10, que para alguns é algo ainda não superado. Para o sujeito que, na sua constituição subjetiva, não logrou um processo bem-sucedido do complexo de castração11, permanecendo fixado em seu desejo de onipotência narcisista, a droga seria uma tentativa de alimentar esta fantasia de onipotente, uma vez que, por não ter sido submetido à castração simbólica, a ameaça concreta da castração para ele é constante e real, de forma que o uso compulsivo de drogas possibilita encontrar alívio desta angústia da castração do seu prazer e de reviver a fantasia da onipotência, e este impulso não é detido nem mesmo nas evidências de seus efeitos destrutivos (PLASTINO, 2000).

Para Almeida (2010), a toxicomania é resultado da falência do Nome-do-Pai12, que não se refere, necessariamente, a um pai, mas a metáfora da figura paterna, que ocupa o lugar da lei e barra a criança do prazer de ter a mãe como seu objeto de desejo, e com o medo de uma possível castração abre mão desta e desloca-os para outros objetos. A articulação desta figura de corte na estrutura de personalidades dos sujeitos é fundamental para que ele possa desenvolver a condição para reprimir desejos, em detrimento ao convívio com o outro, e buscar projetar-se como a figura que preenche essa mãe. A evidência do fracasso da função paterna na estrutura do sujeito dependente químico está inscrita na própria repetição do ato de drogar-se, em detrimento ao fracasso de produzir o gozo fálico, pois o objeto de satisfação materna é insuficiente e inadequado, fazendo com que se instale a falta generalizada que direciona esse sujeito para a busca do gozo compulsivo e narcisista, mas que nunca é suficiente.

O que Freud tratará em **Além do Princípio do prazer** (1920[2006]) como repetição, Lacan (1968) nos **seminários 16 e 17** chamará de mais-de-gozar. Para ele o usuário compulsivo de drogas não se submete à interdição do prazer e se inscreve a um “mais de gozar absoluto”, pelo qual o autor faz uma homologia ao conceito da mais-valia marxista,

---

10 Amor pela própria imagem.

11 Foi descoberto por Freud em um caso clínica do Pequeno Hans, é quando o menino teme diante seu desejo materno de perder o falo e abre mão deste desejo aceitando a lei paterna, no caso da menina ao perceber sua castração desloca sua libido para a figura paterna (FREUD, 1909).

12 Elaborado por Jacques Lacan, (1901-1981) a partir das leituras de Freud em referência a figura da lei.

como a perda de um objeto que deverá então se retornar, ser recuperado. Em Marx, na medida em que há um excedente do trabalho, que é utilizado na produção da mercadoria, gerando lucros para o proprietário, ocorre uma perda para o trabalhador. Quanto a metáfora referida por Lacan (1968) de mais-de-gozar, o sujeito, ao falar, se lança na linguagem e estará preso nessa rede. Ao "mergulhar na linguagem", nada mais será articulado a não ser em palavras, inclusive o desejo. A linguagem, ao recobrir o sujeito, ao dar a ele um lugar- o de "falasser"- o condena, também, a um encontro faltoso mediado por palavras. Nesse sentido, não há objeto que garanta o gozo, enquanto a satisfação de uma necessidade. Assim, instaura-se uma forma de gozo para o sujeito, que parte em busca da satisfação para encobrir um furo inesgotável, do inatingível, do inominável, como que o valor de um trabalho sem preço, que o caso da mais-valia.

Porém, é importante verificar que o uso abusivo de substância psicoativa, além de associado ao narcisismo, à compulsão por repetição e ao comportamento destrutivo, pode estar associado à pulsão de morte13. Assim, instalam-se dois modos de uso de drogas: um que está ligado diretamente ao ideal de vida da nossa cultura que exalta o consumo e o prazer, que pode desenvolver prejuízos sociais e físicos, e o outro, que adoecido, rompe com a lógica social e mergulha em um processo autodestruitivo.

Vimos que quando o uso de drogas se manifesta de forma abusiva, configura-se um problema no barramento do prazer e pode funcionar como um objeto-tampão para alívio das angústias, ativado para dar conta da questão da organização pulsional do sujeito e da fragilidade estrutural dos vínculos afetivos, além de traduzir, sintomaticamente, o mal-estar de um determinado contexto familiar e social, como por exemplo, a desigualdade social ou a desfuncionalidade das relações afetivas.

Para Bucher (1992), não podemos negar as particularidades de cada sujeito no tratamento da dependência, considerando que o apelo à droga é uma tentativa de eliminar a dor, física, psíquica e existencial, em que a morte é um jogo desafiante, repetido compulsivamente à plenitude do gozo e busca pela ausência da falta. O autor afirma que o toxicômano é um sujeito que, por excelência, revolta-se contra a sujeição aos outros, à sociedade e à cultura, e possui um ideal de autossuficiência, onipotência e independência, o

---

13 Freud, desenvolveu ao longo de suas obras o conceito de pulsão, desde do *Projeto para uma psicologia científica* Freud (1895/1996) quando ele buscava uma forma neurológica de explicar o funcionamento do aparelho mental, ele estabelece as bases para o que seria reconhecido posteriormente como a pulsão de morte. No texto *Além do Princípio do Prazer* (1920/1996) ela apresenta a definição da pulsão de morte, que seria voltada à descatexização, à inanição, à diminuição da excitação; o que explica a agressividade humana e suas tendências autodestrutivas e patológicas.

que é um engodo assim como atingir ao todo, o gozo total (BUCHER 1992, p 299). Para o autor, as drogas precisam ser compreendidas sob aspectos humanos e sociais, personalidade, produto e momento sociocultural. Portanto, o toxicômano é filho do seu tempo, de dada época, e cada sociedade tem seu perfil de usuário. Mas também podemos interpretar o fenômeno das drogas como mais uma resposta ao imperativo do capitalismo de gozar por meio do consumo, ou seja, de mercadorias fetiches, que prometem prazer e realização do sujeito.

Para além das teorias patológicas sobre uso de drogas, interessa-nos as consequências sociais dos usos destas substâncias. Contudo, é relevante destacar que as peculiaridades de cada sujeito são determinantes ao favorecimento do comportamento compulsivo do uso de drogas ou o comportamento de risco, como o envolvimento com o narcotráfico. Isto posto, buscamos por meio desta pesquisa, compreender os motivos subjetivos dos sujeitos usuários, dentro do seu contexto histórico econômico e cultural, com as implicações sociais que lhe são impostas de forma sutil e, muitas vezes, inconsciente, mas que determinam suas ações. Para tanto, nos próximos tópicos, trataremos do proibicionismo e as relações com o tráfico de drogas.

2.4 Proibicionismo

Como vimos, o uso de drogas pelo homem é milenar, porém em um dado momento, seu uso começou a representar uma ameaça e se tornou fruto de fortes investidas repressoras. Essa postura social maniqueísta, repleta de interesses ideológicos, sociais e econômicos, produziu uma verdadeira caçada contra determinadas drogas. Todavia, as inúmeras ações não foram capazes de diminuir sua demanda e favoreceu o surgimento do comércio ilegal de drogas, tornando-se uma fonte lucrativa de negócios que consolidou-se por meio da ambição humana, do poder e da violência.

Entre outros pesquisadores, Escohotado (1998) atribuiu aos Estados Unidos (EUA), a origem do paradigma proibicionista e de combate às drogas, resultante da cultura puritana e moralista, mas também do domínio medico-farmacológico e jurídico. Sendo estes pioneiros em enquadrarem as drogas como um problema social, empenhando-se a influenciar outros países. Em 1961, na convenção única da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre drogas consagraram o proibicionismo como forma de tratar o tema drogas psicoativas no mundo. Daí em diante, a ONU passou a promover encontros de países com o objetivo de criar conjuntos de regras sistemáticas em “combate” às drogas ilícitas, padronizando o tratamento aos

psicoativos, estimulando e criando parâmetros aos Estados que se comprometessem com os acordos antidrogas.

A primeira ação proibicionista dos EUA, aconteceu em 1919, com a promulgação da chamada “Lei Seca” que, em nome das virtudes e em combate à imoralidade e à corrupção, condenava o uso de drogas psicoativas, e o álcool era o principal alvo da cruzada puritana. Foram proibidos a produção, a circulação, a armazenagem, a venda e o consumo de álcool no território estadunidense, em seguida, houve o mesmo procedimento com outras drogas. Além do objetivo de sufocar e eliminar uma prática condenável na esfera religiosa e moral, era também uma estratégia de enrijecimento do controle social por parte do governo (RODRIGUES; LABATE, 2008, 91-102).

O paradigma proibicionista se expandiu progressivamente pelo mundo e o Brasil não ficou atrás, assumindo uma postura de repressão e ilegalidade de drogas, impulsionado, sobretudo, por um discurso médico higienista, que objetivava adequar o modelo social brasileiro a um modelo idealista e moderno.

Todavia, o Brasil já tinha um forte controle sobre drogas mesmo antes das ações proibicionistas estadunidenses. No Primeiro Império (1822-1831) possua leis internas de controles sobre determinadas substâncias psicoativas, e já era proibido a venda e o consumo de maconha, que era majoritariamente utilizada por escravos. O que podemos inferir que configurava uma postura proibicionista relacionada a questões étnico-raciais, mais do que aos danos provocados pela substância, uma vez que o álcool continuava tendo livre comércio, mesmo que seu uso habitual já representava preocupação pela classe médica. Era uma clara tentativa de controle de práticas populares negras, considerados como população perigosa, que estava associada à vícios, desregramento e doenças (FIORE, 2006).

Mas foi na Era Vargas (1930-1945) que, segundo Trad (2009), houve uma maior preocupação do Brasil para uma classificação de drogas e seu controle. Sendo que as drogas lícitas passam a ser alvo de maior controle e intervenção, e as drogas consideradas ilícitas são submetidas a práticas de repressão e punição. A lei n. 891/38 (BRASIL, 1938) determinou, em consonância com as políticas internacionais antidrogas, as bases para uma política repressiva contra as drogas, sua produção, tráfico e consumo. Estabelecendo os usuários como doentes, devendo estes passar por tratamento em clínicas medico-psiquiátricas, e os traficantes sendo considerados criminosos, sujeitos a punições carcerárias.

Para Rodrigues (2005), essa política de redução de demanda e repressão ao consumo traçou as diretrizes da política nacional de narcóticos, ***Federal Bureau of Narcotics***, criada em 1930, e substituída depois pelo ***Bureau of Abuse Control*** e pelo ***Bureau of Narcotics and***

Dangerous Drugs, na década de 1960, e influenciou outros países por meio de organizações diplomatas internacionais como a Liga das Nações, criada após a I Guerra mundial, 1930, e a ONU no pós II Guerra Mundial. E, em 1961, na Convenção Única foram definidas, através de uma lista, quais drogas seriam permitidas para fins médicos e quais seriam proibidas.

Porém, neste mesmo período, surgiram novas drogas que ganharam força com o movimento *hippie*, que ocorreu na década de 1960 e 1970, caracterizado por um comportamento contestatório de contracultura, que defendia a paz e posicionava contra questões como as guerras, sobretudo a do Vietnã que acontecia naquele momento, contra o nacionalismo e a exploração ambiental. Seus integrantes, na sua grande maioria jovens, defendiam um estilo de vida místico, e de liberação.

É importante ressaltar que a Guerra do Vietnã (1955-1975) teve importante papel no fortalecimento do tráfico de drogas, pois um dos piores legados desta guerra foi o acesso fácil nas ruas de Saigon e a adesão de drogas (cocaína, heroína, opio) de uma significativa parte dos jovens soldados americanos, bem como o contrabando destas substâncias para os EUA, justificando o fato da droga ter se tornado o "inimigo número 1" dos estadunidenses. Diante disso, em 1972, o então presidente dos EUA, Richard Nixon, declarou "guerra às drogas", disseminando a distinção entre países produtores (basicamente latinos) e países consumidores (como o dele), atendendo aos interesses geopolíticos de exteriorizar o problema, associando o tráfico ao terrorismo, e apresentando o problema de narcotráfico como questão de segurança nacional e ameaça mundial, autorizando-o a agir sobre os ditos países produtores, de forma xenófoba, atribuindo o mal aos países de fora (RODRIGUES; LABATE, 2008; ESCOHOTADO, 2002; RODRIGUES, 2012).

Também em resposta à expansão das drogas, em 1971, a Comissão de Narcóticos da ONU estabeleceu, em Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, um sistema de controle internacional, separando e classificando como legais e ilegais as novas substâncias. Porém, apesar da tentativa da política proibicionista de inibir o consumo, cresceu o contrabando e o mercado paralelo. A fim de conter esses efeitos, foi organizada em 1988, pela ONU, a Convenção contra o Tráfico de Drogas, Narcóticos e Substâncias Psicotrópicas. Contudo, o maior rigor na repressão e na punição não foi suficiente para conter o crescimento do mercado informal do narcotráfico no mundo (RODRIGUES; LABATE, 2008).

Observamos por esses fatos históricos descritos, que o efeito destas leis proibicionistas não foi a supressão do álcool e outras drogas, e dos hábitos associados, mas a criação de um mercado ilícito de negociantes. No final da década de 1930, o álcool era legalizado, direcionando todos os esforços de controle sanitário, da força policial e justiça criminal para

as outras substâncias. À medida em que crescia a máfia de drogas ilegais, os EUA investiram e construíram um aparato repressor de combate às drogas e, com o passar dos anos, a lista de drogas proibidas para medicamentos aumentou, incluindo substâncias como a cocaína e a maconha.

Para Rivas (2015), um grande propulsor do tráfico de drogas, foi a derrubada em 1933, da Emenda Constitucional que proibia a fabricação e venda de bebidas alcoólicas ("Lei Seca"), o que resultou na eliminação da maior fonte de renda da Máfia e seu fundador conhecido como Charlie "Lucky" Luciano, o que fez migrar para novas fontes. Assim, como grande empresário do crime, organizou um grande sistema de distribuição de drogas para os EUA até sua morte em 1962, na Itália, seguido de outros mafiosos.

Fiore (2012) pontua alguns fatores que justificaram a sociedade estadunidense de encabeçar a perseguição contra as drogas atribuindo-lhes um caráter de problema social. O empreendedorismo proibicionista teve várias motivações históricas, em uma conjunção de fatores, tal qual; a justificativa religiosa e radical do puritanismo; o interesse político quanto ao controle social de classes consideradas inferiores e perigosas; os novos conflitos geopolíticos do século XX; e o interesse econômico, principalmente das nascentes indústrias medico-farmacêuticas pelo monopólio de determinadas substâncias psicoativas.

Ademais, a proibição precursora focava em substâncias como o álcool, o ópio e a maconha que eram utilizadas pelos negros, imigrantes e hispânicos, e atuava como uma forma de impor normas e limites, preservar a moral e o poderio estadunidense. Essa intervenção do Estado tinha como finalidade: disciplinar e sanear os espaços públicos e privados. A isso agrega-se uma representação da droga como destruidora, o que prevê uma necessidade de combate-la militarmente e manter sob controle os países da América Latina e da África, possíveis produtores, segundo os EUA. Observamos aí uma postura de intolerância cultural com outros países e vitimização estadunidense, o que justificava sua intervenção em países latino-americano em troca de favores econômicos e empréstimos em nome da militarização do combate ao tráfico de drogas. Em contrapartida, essas ações de repressão resultaram no fortalecimento do crime organizado e na estigmatização da considerada "classe perigosa" (os pobres e usuários). As leis que previam o fim das drogas e sua comercialização acabaram por potencializa-las, criando um novo crime e um novo mercado, incentivando o narcotráfico (RODRIGUES; LABATE, 2008)

O proibicionismo, segundo Escohotado (1996), é antes de uma questão de legalidade, uma prática moral e política que dá ao Estado o poder de legitimar ou proibir, de reprimir o uso de determinadas substâncias e sua comercialização. Para o autor, a "guerra contra as

drogas” é, sobretudo, a guerra contra pobres, negros, imigrantes e outros ameaçadores da ordem, criminalizando a miséria, em uma tática de perseguição seletiva e controle social.

O aparato repressivo, para Feffermann (2006), na verdade, é uma vantagem para o mecanismo corrupto e o emaranhado de relações de poder, pois movimenta o mercado bélico, a indústria farmacêutica e os cofres públicos. Ao proliferar, na sociedade capitalista, um discurso de marginais, busca-se a produção de um pensamento único sobre o modo de ver o mundo, e a segregação e o controle daqueles que são desviantes da lógica social imposta. Essa marginalização acontece por meio da lei e da repressão, a legitimação ou não do produto, e que se dá não pela gravidade dos problemas que suscita, mas em razão de critérios econômicos e políticos. Segundo o autor, o discurso de combate às drogas intensifica as posições radicais e, às vezes, arbitrárias contra usuários e dependentes, e vê a droga como único determinante.

Com base no discurso de “guerra às drogas”, justificam-se conquistas geopolíticas e ações arbitrárias das polícias nas periferias pobres do Brasil. A exemplo da intervenção militar nas favelas do Rio de Janeiro este ano, pelo qual existem várias denúncias de abusos dos militares no exercício de suas funções, com mortes e intervenções truculentas nos domicílios, alterando o cotidiano dos moradores e colocando-os em condição de fogo cruzado, de medo e de insegurança.

O atual modelo repressivo realiza uma intervenção de mercado, que retira os varejistas da competitividade do comércio ilegal, aumentando a corrupção na periferia e concentra os lucros nas atividades ilegais, responsável pela lavagem de dinheiro, que é incorporar dinheiro do tráfico ilegal à economia formal. Ou seja, o tráfico de drogas é interessante para o modelo econômico capitalista, uma vez que ele alimenta o mercado econômico e financeiro. Deste modo, observamos a dicotomia entre o discurso de repressão do narcotráfico por grandes potências mundiais e os benefícios que estas obtêm com o mercado informal de drogas, investindo seus lucros nos paraísos fiscais e em empresas de capital aberto como Bolsa de Valores, empresas de fachada e negócios como artes, jóias, metais e casas de câmbio, e até mesmo de compras de privatização de empresas públicas. A guerra ao narcotráfico promovida pelos EUA tem rendido bons contratos para empresas estadunidenses, como vendas de sistemas de vigilância (Projeto Sivam, na Amazônia), vendas de helicópteros e, sobretudo, o mercado clandestino de armas (QUEIROZ, 2008).

Podemos inferir que o controle do tráfico é, sobretudo, uma questão de geopolítica, resultante de conflito de poder para controle de território e suas riquezas. Essa geopolítica das drogas é então desenhada pela ilicitude, e seu valor agregado, e pelas rotas e os interesses

econômicos. Vele destacar, que o impulso proibicionista dirigiu-se aos psicoativos produzidos, principalmente, por economias subdesenvolvidas, e não para drogas sintéticas produzidas em economias desenvolvidas, e o discurso antidrogas passou a tratar a questão como um problema de segurança nacional, condicionado a fatores geopolíticos, como a subversão comunista, fazendo relação entre comunistas e traficantes. Assim, por meio da justificativa de "guerra às drogas", os EUA ficam autorizados a intervir militarmente nos países. Assim, a proibição gera mais problemas que a própria droga. Alguns pesquisadores chegam a afirmar que esta é uma guerra que não tem fim. Nas palavras de Rodrigues e Labate (2008, p. 102):

> A proibição, estatuto mundial no tratamento do tema das drogas psicoativas, é um fracasso vitorioso: na impossibilidade de chegar ao fim, a guerra as drogas se renova constantemente [...] A pergunta porque se manter uma guerra perdida pode ser respondida, ainda que parcialmente, ao reparamos nesta potente tática de controle social e perseguição seletiva que é a guerra as drogas. Quem defende o proibicionismo como modo eficaz de lidar com a questão das drogas" transita por discursos médicos, governamentais e moralistas ou caminha determinado na poeira de muitas outras batalhas que não tem como objetivo, pura e simplesmente, a erradicação de substâncias especificas das práticas sociais a ele relacionadas, mas a manutenção de uma guerra infindável.

Para Rodrigues e Venâncio (2005), a manutenção de um viés proibicionista, ao contrário de suprimir o mercado de drogas ilícitas, seguiu, de forma competitiva e mutante, adequando-se ao mercado, pelo qual suas atividades não se detêm apenas ao consumo, mas ao trânsito destas substâncias a outros mercados, lavagem de dinheiro e conexão com outras atividades ilegais, como o tráfico de armas e roubo de cargas (RODRIGUES; VENÂNCIO, 2005, p. 306-07). Poderíamos então afirmar que o proibicionismo foi precursor da formação de um mercado ilegal de drogas e da estrutura violenta a que serve, aproveitando-se dos problemas sociais de pobreza, desemprego, ineficiência nas políticas de segurança, educação e outras, para se estabelecer em comunidades pobres e impor a "cultura do terror", pela qual os cidadãos temem por suas vidas constantemente, por meio da violência alimentada pelo narcotráfico, e por viverem em meio ao fogo cruzado entre traficantes, na disputa de território e poder, e entre estes e a polícia.

O Brasil tem regulamentação sobre drogas, desde 1938, conforme citado anteriormente. Seguindo o discurso médico normativo, com enfoque na repressão e no encarceramento, a política nacional de drogas, sob o ponto de vista geopolítico, alinha-se aos EUA, aprovando leis nesta direção. Como a de 1976, com a Lei de 6.368 que dispõe sobre

medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica; a Lei 7.560 de 1986, dispondo do Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas; a criação em 1998 da Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD); a política Nacional de Drogas - PNAD , criada por meio do decreto Presidencial nº 4.345 de 26 de agosto de 2002; a Lei 10.409, de 11 de janeiro de 2002, que fez uma série de modificações na antiga Lei 636.8/1976; e por fim, a Lei n° 11.343/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), suplantando a legislação anterior, em especial a Lei nº 6.368/1976.

No entanto, a longo da história, os investimentos foram destinados à repressão, em detrimento das ações de prevenção. Somente em 1991 passou-se a olhar para este fenômeno como um problema de saúde pública e foi criado pelo Ministério da Saúde o Serviço de Atenção ao Alcoolismo e à Dependência Química, como mais um dos serviços da então Coordenação de Saúde Mental. A atuação do Serviço de Atenção ao Alcoolismo e à Dependência Química voltava-se para ações de prevenção, assistência e tratamento na área de drogas, que visava reduzir a demanda crescente, através da mudança de percepção da população em relação à questão, modificando o modelo assistencial e estabelecendo ações de apoio e expansão da rede de serviços em saúde mental, notadamente dos serviços alternativos à internação psiquiátrica (Brasil, 2002). Assim, o Ministério da Saúde, por meio da Coordenadoria de Saúde Mental (CORSAM), passa a tomar as iniciativas políticas de reforma do modelo de atenção à saúde mental, preconizando uma assistência e tratamentos centrados em equipes interdisciplinares.

Deste modo, a legislação brasileira conforme estabelecida desde a lei 6.368/76 (BRASIL, 1976) proíbe o uso e tráfico de substâncias que causam dependência física e psicológica, usando o termo entorpecente para identificar as drogas ilícitas. Mas estas substâncias não estão especificadas em lei, são definidas por portaria do Ministério da Saúde, passando por constantes atualizações, e é o poder executivo que determina quais são as consideradas entorpecentes (PINKSY,2004).

A exemplo disso, tem-se o tabaco e o álcool. Ambas substâncias psicoativas que têm, no Brasil e na maioria dos países ocidentais, sua produção e uso permitidos por lei. A primeira foi considerada pela OMS maior causa isolada de doença e morte, adquirindo características epidêmicas pelos malefícios que causam à saúde. O álcool, por sua vez, é outro problema de saúde pública que gera prejuízos físicos, mentais e sociais, pois mata todos os anos,

3,3 milhões de pessoas em todo o mundo, número que representa 5,9% das mortes. Os dados, da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018), mostram que o consumo da bebida chegou a 8,9 litros por pessoa no Brasil em 2016, superando a média internacional, que era de 6,4 litros. O alcoolismo atinge 15% da população brasileira, e 85% dos problemas globais do consumo de drogas está relacionado ao álcool. Ainda de acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se uma perda de 7,3% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, em decorrência de problemas relacionados ao álcool, ou seja, cerca de R$ 372 bilhões em 2014. Assim também, provoca consideráveis gastos do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Previdência Social, com o tratamento de doenças associadas ao uso de álcool ou pelas perdas da capacidade de trabalho em decorrência de acidentes de trânsito provocados por motoristas bêbados, desemprego e afastamento do trabalho.

A situação se agrava ao perceber o aumento do uso desta substância entre adolescentes, sendo a droga mais ligada à morte nessa faixa etária, com associação do uso a homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, incêndio e outros. Segundo estudos científicos, quase 40% dos adolescentes brasileiros experimentaram álcool pela primeira vez entre 12 e 13 anos, em casa. A maioria deles bebe entre familiares e amigos, estimulados por conhecidos que já bebem ou usam drogas. Entre adolescentes de 12 a 18 anos que estudam nas redes pública e privada de ensino, 60,5% declararam já ter consumido álcool. A ingestão precoce de álcool é a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos de idade em todas as regiões do mundo. O dado está no Guia Prático de Orientação sobre o impacto das bebidas alcoólicas para a saúde da criança e do adolescente, lançado pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). Seu uso cada vez mais precoce entre os adolescentes faz com que estas drogas sejam reforçadas pela publicidade, associando-as ao comportamento idealizado de liberdade, poder de decisão e a onipotência da juventude.

Dado ao exposto, questionamos a postura atual do Estado acerca das drogas, na forma como se dá a classificação entre drogas lícitas e ilícitas feita pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Portaria n. 344, vinculada ao Ministério da Saúde (BRASIL, 1998), pelo qual não considera-se apenas o potencial farmacológico de destruição, mas sobretudo sua classificação está atrelada a outros interesses de ordem econômica e política. Bem como, questionamos também a classificação subjetiva entre usuário e traficante, conforme lei atual 11.343 de 2006, Art 28 § 2º:

> Para determinar se a droga destina-se ao consumo pessoal, o juiz entenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e as condições em

> que se desenvolveu a ação, as circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (BRASIL 2006).

Portanto, hoje as drogas são vistas, além de uma questão judicial, como problema de saúde pública e seu consumo é objeto e estudo científico, e por vezes é carregado de posicionamentos políticos efervescentes, ora por um discurso moralista, legalista e higienista ora por uma postura mais flexível de incentivo à redução de danos[14] ou da própria descriminalização. Porém, Motta (2009) nos adverte sobre o perigo de associar o traficante como criminoso e o usuário como doente, desviando dos fenômenos sociais que estão diretamente associados à questão das drogas.

Com a proibição de produção e comercialização de algumas drogas, surge o fenômeno do tráfico e do crime organizado, inclusive, no Brasil. Tratarmos sobre este tema, nesta pesquisa, que busca desvelar como os adolescentes são seduzidos não só para o consumo como, também, para a rede de comércio de drogas. Para alguns, a participação no tráfico denota poder e *status*, como veremos na seção que apresentará a análise dos dados deste trabalho.

2.5 O tráfico e o crime organizado no Brasil

Observamos que o uso de substâncias psicoativas acompanha a história da humanidade, porém o tráfico de drogas e o crime organizado, que sustentam o narcotráfico, é reflexo de uma realidade recente. Nas últimas décadas, comércio de drogas atingiu uma dimensão inimaginável se comparado ao comércio de armas. Hoje representa uma das indústrias mais lucrativas do mundo. Portanto, o tráfico de drogas é um protótipo da sociedade de consumo que expressa e produz toda violência nela embutida. Um fenômeno social, mas também econômico e político (FEFFERMANN, 2006).

Segundo Rivas (2015), até o início da década de 1970, grande parte da heroína que chegava aos EUA era originária dos campos de papoulas na Turquia e das cidades do Oriente Médio, a base da morfina era então levada por terra ou por mar para o continente europeu, onde era convertida nos laboratórios. Esses traficantes serviam como intermediários entre os países produtores da base da morfina e os elementos envolvidos na distribuição pelos EUA. Segundo o autor, a destruição, pelo então presidente Richard Nixon, na década de 1970, da

---

14 Abordagem que visa a minimizar danos sociais e à saúde. No tratamento de drogas, por exemplo, não obriga extinguir o uso de todas as substâncias, mas proporciona uma reflexão ampliada sobre a possibilidade de diminuir danos relacionados a prática. (SAMPAIO, 2010)

conexão francesa, transferiu da Turquia para o Triângulo Dourado (região do Sudeste Asiático) a distribuição do ópio, que se tornou extremamente importante aos estadunidenses durante a Guerra do Vietnam, pois muitos de seus soldados entraram no lucrativo ramo do tráfico de entorpecentes.

O autor supracitado destaca a Itália como uma das mais forte e importantes referência do crime organizado para o narcotráfico, travando batalhas sanguinárias entre os mafiosos traficantes e o governo italiano, com resultados catastrófico, como o assassinato do presidente do governo regional da Sicília, do procurador geral de Palermo, inúmeros Magistrados, do presidente do partido comunista e até do general Carlo Della Chiesa. Hoje o Afeganistão é o maior produtor de Ópio do mundo, responsável por mais de 75% da produção mundial da droga.

Mas o comércio de cocaína, planta de origem dos Andes, no Peru e Bolívia e depois cultivada na Colômbia, foi ainda mais lucrativo e mais violento. Entre o final da década de 1970 e começo dos anos de 1980, a dependência de cocaína cresceu abruptamente tanto na Europa como nos EUA. Na década de 1970, os colombianos assumiram uma importante função no processamento e distribuição da droga em escala internacional. Os principais grupos criminosos foram o Cartel de Medellín e o Cartel de Cali. Nas décadas que se seguiram, a violência foi um dos combustíveis deste negócio, resultando em muitas mortes, dentre elas 12 ministros, juiz, chefe de polícia.

O EUA, como mencionado anteriormente, teve forte participação no combate ao narcotráfico nos países da América do Sul, com a prisão de grandes nomes do tráfico e o desmantelamento de importantes cartéis. Porém, seus esforços e dos demais países para tentar eliminar a oferta não foi suficiente até então, apenas conseguiram levar aqueles que traficam a adotar novas táticas cada vez mais sofisticadas de evasão e violência (RIVAS, 2005).

Segundo relatório mundial sobre drogas da ONU (2017) aponta o Brasil como segundo maior consumidor de cocaína no mundo e uma das principais rotas de drogas da América Latina, e enfrenta muitas dificuldades para controlar a entrada, o comércio e a distribuição das drogas. A principal rota da droga que sai da Bolívia, Colômbia e do Peru com destino à Europa, passando pelo oeste da África, isso inclui os rios de fronteira, por onde a droga entra livremente, cruza o oceano em barcos e contêineres, e chega até os consumidores europeus.

O narcotráfico tomou proporções gigantescas no Brasil por meio do crime organizado. Rodriguez (2008) sugere que este passou por 5 fases para chegar ao atual modelo vigente. A

primeira fase foi entre 1950 a 1980, com a expansão do "jogo do bicho"[15] no Rio de Janeiro, a segunda entre 1980 a 1990, com o aumento do domínio dos "bicheiros" e do poder de fogo nos morros, a terceira, em 1990 a 2000 com a consolidação dos "bicheiros" como traficantes, com os negócios ilícitos assumindo características de organização, com a infiltração de soldados do narcotráfico entre os militares. Por fim, o autor supracitado, trata da fase correspondente de 2000 a 2003, quando o narcotráfico assume características de multinacionais, com parceria com as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, e a penetração de guerrilhas colombianas nos morros das favelas do Rio, garantindo o comando unificado no eixo Rio-São Paulo, e estabelecendo o caos na segurança, com morte de civis, militares, promotores e jornalistas (RODRIGUEZ, 2008).

O autor Rodrigues (2004), apontam o surgimento do crime organizado no Brasil a partir da década de 1970, por meio da aproximação e troca de experiências no Instituto Penal Cândido Mendes, presídio de Ilha Grande, de presos comuns como Willian da Silva Lima, a presos políticos intelectuais que conheciam os manuais de guerrilha utilizado por Che Guevara e Fidel Castro na Revolução Cubana (1953/1959). Em 1975, anistiados, os guerrilheiros saíram em liberdade, mas os demais, com a justificativa de melhorar as condições de vida no presídio, se utilizaram das táticas de organização para sobreviver e conforme inspirados pelos ideais de guerrilha criaram suas próprias ideologias, seguindo com o lema "Paz, justiça e liberdade".

Neste momento, havia grupos violentos (falanges) nas penitenciárias que roubavam, matavam e estupravam presos isolados, e para sobreviver era necessário participar de alguma falange. Os presos pela lei de segurança nacional que compartilharam selas com os presos políticos criaram a Falange Vermelha, que condenava à morte quem roubasse, matasse ou estuprasse na prisão. Em setembro de 1979, em uma tentativa frustrada de fuga, a Falange Vermelha entra em confronto com a Falange Jacaré (a mais forte de Ilha Grande), por suspeita de delação, produziu um massacre e impôs seu controle no presídio. Vista como uma ameaça para os sistemas carcerários, os presos "vermelhos" foram transferidos para outros presídios a fim de dissolver o grupo, porém o resultado foi a implantação de outras células do grupo, o agora chamado Comando Vermelho, altamente hierarquizado e centralizador aumentou seu raio de ação para os principais presídios do país.

O Comando Vermelho (CV) agia com muita disciplina dentro e fora das cadeias, punindo com morte os traidores, e criando caixa comum da organização, que arrecadava com

15 Jogo de azar ou bolsa ilegal de apostas em números que representam animais.

os crimes, como assalto a bancos e tráfico de drogas, recursos para as famílias, o financiamento de fugas e melhorias nas condições carcerárias. O pesquisador Thiago Rodrigues (2004) afirma que apesar da supremacia do CV nos presídios, surgiram resistências, como do Terceiro Comando (TC), formado por sobreviventes do Comando do Jacaré e outras Falanges derrotadas pelo CV. Contudo, no segundo momento de ascensão desta organização criminosa, seus novos dirigentes optaram por investir o dinheiro do roubo de bancos no mercado de drogas ilegais, passando a consolidar o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, ladeada por recursos de roubo de carro e sequestros, e fortalecido pelo tráfico de armas. A partir daí, assumiram as favelas da região metropolitana, e as atividades ilegais já existentes, como o "jogo do bicho" e o tráfico de maconha. Eliminando as pequenas quadrilhas existentes, e assumiram o monopólio de distribuição de drogas.

Desta forma, conseguiram, na década de 1980, conquistar a distribuição de drogas dentro da cidade do Rio de Janeiro. A tática elaborada em cárcere foi fundamental para tal conquista, que contribuiu para o CV assumir o monopólio varejista de drogas e negociar com atacadistas internacionais. O Brasil tornou-se então, importante rota para a droga, cujo destino final era EUA e Europa, e um bom mercado consumidor. O narcotráfico desapontou como um negócio vultuoso e como algo de grande relevância estratégica com a entrada do país no circuito internacional de empresas do narcotráfico.

Ainda segundo Rodrigues (2004), no Brasil, para o crime organizado manter o controle nos morros, e o poder, foi necessária muita violência, para combater os concorrentes e a polícia, estabelecendo segundo o autor uma verdadeira "guerra nos morros". Seguida de uma "paz vermelha" mantida por um controle e assistencialismo, suprindo a necessidade de saneamento básico, luz, creche, dinheiro para remédios, ambulância ou táxi para o hospital, festas, escola de samba, e outros favores. Além, e de se tornar "curral eleitoral", aliando-se a políticos em troca de votos, e de agir como polícia, punindo delitos realizados na comunidade, criando seu próprio código penal e moldando hábitos e comportamentos dos moradores.

Assim, o CV assumiu a autoridade do Estado, legislando e aplicando a lei, com a intimidação e força, mas também dando "apoio" à população local através do assistencialismo, da promoção de festas e melhorias na comunidade. Essa forma de garantir respeito e obediência dos moradores da comunidade, por meio do assistencialismo e da violência, impediam a delação e a entrada de grupos rivais na comunidade.

Todavia, esse poder gerou interesses de outros criminosos. Por conseguinte, surgiram outras organizações criminosas, como a Organização de Amigos dos Amigos (ADA) e o Terceiro Comando Puro (TCP). Atualmente, o CV ainda é a maior organização criminosa do

Rio de Janeiro, porém vem perdendo território para outras facções como as milícias armadas e as Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP's)16.

O crime organizado também surgiu em São Paulo, na década de 1990, com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e, mais tarde, com o Terceiro Comando da Capital (TCC). Logo, essas organizações estavam espalhando-se para outros estados do Brasil, assumindo os bairros periféricos pobres das cidades e as "bocas de fumo" de quadrilhas menores, dominando cada vez mais a estrutura social e as práticas criminosas, sobretudo o narcotráfico. Espalhando terror e morte, e cooptando a mão de obra de adolescentes em situação de vulnerabilidade social (FERRO, 2009).

Todas essas organizações têm como uma das suas ações principais o tráfico de drogas e armas, e a lavagem de dinheiro. Começam a organizar-se nos moldes de empresa, dividindo departamentos e funções, facilitando a autonomia dos setores, reforçando a unidade e o poder em torno dos líderes, configurando-se como organizações que possuem normas de condutas que visam garantir o controle e poder de seus integrantes e sobre a comunidade.

> [...] as facções criminosas desenvolveram um sistema de "reciprocidade forçada" para servir as suas necessidades de "lei" e ordem da comunidade. A reciprocidade forçada é aplicada através da tática dupla de apoio mútuo e de um sistema de violência punitiva em casos de desobediência [...]. Não é a total ausência de poder público que capacita as facções a continuarem a dominar as favelas, mas sim a incapacidade do Estado de cumprir sua parte no controle social. (DOWDNEY, 2004, p. 42).

É na ausência ou ineficácia de políticas públicas que garantam direito à cidadania, que o tráfico encontra legitimidade para avançar. O narcotráfico é uma atividade expressiva no cenário brasileiro e mundial, que absorve uma grande quantidade de pessoa a despeito dos riscos, uma das "indústrias" mais lucrativas do mundo e que acaba acolhendo parte da mão de obra economicamente marginalizada.

A globalização, na sua estrutura mundial, foi propícia ao surgimento do tráfico de drogas e ao crime organizado, transformando-se em uma estrutura de poder caracterizada pelo controle de território, sobretudo de locais desprotegidos pelo aparelho estatal que, age de maneira repressora, mas sem políticas públicas eficazes, e garantia de efetivação de direitos. Portanto, para Feffermann (2006, p. 44), o "Estado é um grande fomentador do desenvolvimento do crime organizado". Este último reforçado pela impunidade e pela

---

16 Um projeto da Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro 2008 que instituiu polícias comunitárias em favelas. O Programa engloba parcerias entre os governos municipal, estadual e federal, e diferentes atores da sociedade. Objetiva a retomada permanente de comunidades dominadas pelo tráfico, desarticulando o crime organizado.

corrupção, que faz com que os Estados façam vistas grossas e se beneficiem por meio de propina, troca de votos e lavagem de dinheiro.

O sociólogo Zygmunt Bauman **(**2005), no ensaio **Vidas desperdiçadas** trabalha com a ideia de que a ordem e o progresso contemporâneos produziram refúgios humanos, ou seres humanos refugiados da lógica capitalista. A economia globalizada, ao mesmo tempo que integra parte do mundo, produz contingentes populacionais imprestáveis à lógica capitalista, sem função econômica, uma vez que não possuem capacidade de compra, e passam a representar figuras sociais suspeitas e perigosos (pobres, imigrantes, desocupados). Para o autor, o afastamento do Estado do bem-estar social, por meio da política neoliberal contribuiu para produzir mais refúgio humano, uma vez que o Estado já não mais se compromete a minimizar os impactos do mercado e a assistir a todos, e encontrou, na promoção da ordem social, sua afirmação como necessário. Dessa forma, o combate, a ameaça terrorista e a "guerra às drogas" funcionam como marco de fortalecimento do Estado, que deixa de ser de bem-estar para penal, criminalizando principalmente a miséria, os refúgios humanos do capitalismo. Por conseguinte, não só as penitenciárias são lugar de aprisionamento e exclusão, favelas, morros e bairros periféricos desempenham também esse papel.

A conquista dos morros pelo crime organizado foi estratégica, pois é em seu território de refúgio, que estes garantem a segurança na recepção, armazenamento e vendas das drogas. Nestes lugares não são assistidos pelo Estado, o poder do crime se estabelece. Dentro desta estrutura, o narcotráfico encontra terreno favorável ao seu crescimento, principalmente, porque são nestes territórios que estão a mão de obra social excedente, de jovens desempregados que veem no tráfico um meio de se tornarem consumidores, além de possibilitarem a efêmera ascensão, tornando-se "chefes" do morro ou de sua comunidade, mesmo que por pouco tempo, pois tendem a morrer precocemente no confronto com rivais e com a polícia. Suas vidas são descartáveis tanto para a sociedade capitalista quanto para o tráfico (RODRIGUES; LABATE, 2008).

Assim, o tráfico de drogas constitui um mercado altamente lucrativo que, por meio do crime organizado, tem tomado proporções gigantescas, no Brasil, que encontra na desigualdade social e na ambição de muitos, um extenso terreno fértil para proliferar. A falta de políticas públicas sociais, falta de infraestrutura e a abundância de mão-de-obra barata de adolescentes são condições ideais para o estabelecimento de um comércio ilegal de varejo das drogas, que recorre ao uso abusivo da violência e da corrupção de autoridades do estado para dominar cada vez mais a nossa sociedade.

Neste contexto, localizamos os participantes desta pesquisa que são adolescentes que vivem em contextos similares de domínio e expansão do tráfico de drogas. Inseridos em tal realidade, estão vulneráveis à sedução para o uso e para o comércio de drogas ilícitas, ainda que não se declarem diretamente envolvidos.

Consideramos, ainda, que a construção do conceito de drogas perpassa por várias dimensões e é inerente a sua história e seu contexto sociocultural. Assim sendo, podemos afirmar que a droga tem uma representação social, pela qual cada grupo e sociedade constrói suas próprias teorias e se posicionam diante dela. Como vimos, esses conceitos vão se modificando ao longo da história, das culturas e da dinâmica social.

> Existe uma necessidade de re-construir o senso comum, ou a forma de compreensão que cria o substrato de imagens e sentidos, sem a qual a nenhuma coletividade pode operar. De mesmo modo, nossas coletividades hoje, não poderiam funcionar se não se criasse representações sociais baseada no tronco das teorias e ideologias, que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre pessoas que, então, passam construir uma categoria de fenômenos a parte. (MOSCOVICI [2000] 2015, p.48).

Todavia, para compreender o conceito de representação social, é necessário primeiramente identificar quem é esse sujeito, o qual nos interessa conhecer suas memórias e representações sobre drogas. Em qual contexto social e grupal ele está inserido, e quais são os fatores que colaboram para as diversas interpretações que este pode fazer sobre sua realidade, sobre si mesmo e os fenômenos sociais que o cerca. Para tanto trataremos na próxima seção sobre a adolescência e suas vulnerabilidades.

3 ADOLESCÊNCIAS E VULNERABILIDADES

Nesta pesquisa escolhemos trabalhar com o termo adolescência seguindo os parâmetros brasileiro do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece adolescente como indivíduo entre 12 e 18 anos incompletos, para qual estão direcionados os programas de proteção social que fizeram parte deste estudo.

A adolescência é vista, por muitos estudiosos, como uma fase de desenvolvimento que marca o período de transição da infância à fase adulta, muitas vezes confundida com as metamorfoses da puberdade. Um período conflitante, em que os indivíduos percebem a necessidade de sair do ciclo familiar, ocupar outro lugar na vida social e definir a sua identidade. Também interpretado como uma construção social que reflete a cultura de uma sociedade. Ou seja, a maneira que cada sujeito vai vivenciar esta fase vai depender de fatores ambientais, da sua estrutura social, econômica e cultural, assim como fatores subjetivos determinam como cada um constrói sua identidade e elabora este momento de transição para a vida adulta.

Considerando que o adolescente torna visível a inquietação humana, a sexualidade, a impulsividade e, muitas vezes, a transgressão, evidenciando a disfuncionalidade da sociedade, das relações e os desamparos, eles também reproduzem e contestam as representações sociais, e as convenções sobre comportamento e modos de vida. Diante dos conflitos existenciais vivenciados no vazio entre a vida infantil e a adulta, e a emergente necessidade de se afirmar na sociedade e nos grupos de pertença, alguns adolescentes buscam no comportamento de risco, como envolvimento com drogas, um meio de tamponar a falta e se afirmar na relação com o outro.

Partimos de uma abordagem psicossocial, pelo qual este trabalho apresenta as variações teóricas acerca destes fenômenos, delineamos o contexto histórico, social e psicológico na construção do conceito de adolescência, as vulnerabilidades que esta fase pode apresentar, sobretudo ao se tratar de adolescentes pobres, que além dos desafios próprios da fase precisam se adaptar a um mundo de desigualdade e de exclusão, no qual estão mais expostos aos riscos sociais como o envolvimento com o tráfico de drogas. Diante disso, buscaremos nesta seção explicitar quem é este sujeito e quais são as políticas sociais existentes para promoção de seus direitos, para a proteção e prevenção ao envolvimento com drogas.

3.1 A construção social do conceito de adolescência

Etimologicamente, a palavra adolescência compartilha a mesma raiz na palavra adoecer, originando-se do latim *ad* (para) e *olecere* (crescer), que significa brotar, fazer-se grande, crescer em idade e força. Deveras, os indivíduos chamados de adolescente sofrem impactos biológicos, por meio do processo de transformação da puberdade, assim como vivenciam impactos sociais, pelas novas configurações que assumem em seu meio. E é por meio destes, que os indivíduos adquirem a maturação sexual e, por conseguinte, a construção de uma sua identidade. Assim, o processo de "adolescer" se dá não apenas na dimensão biológica, mas recebe interferência direta da dimensão simbólico social (PRATTA, 2008).

Logo, a adolescência é a etapa da vida compreendida entre a infância e a fase adulta, marcada por um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial. A Organização Mundial da Saúde circunscreve a adolescência à segunda década da vida (de 10 a 19 anos). A lei brasileira, de acordo com o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, BRASIL, 1990) considera adolescente a faixa etária de 12 a 18 anos. Na cultura ocidental contemporânea, existe o consenso de que os primeiros indícios da maturação sexual, introduzidos pela puberdade, marcam, concretamente, o início da adolescência. Porém, apesar da puberdade ser um parâmetro universal, só constitui uma etapa do desenvolvimento. Sendo a adolescência um fenômeno singular caracterizado tanto por implicações biológicas e processos psicológicos, como por influências socioculturais que vão se concretizando por meio de reformulações constantes de caráter social, sexual e de gênero, ideológico e vocacional. (BRASIL, 2007).

Conforme nos apresenta Philippe Ariès (1981), na obra **História social da criança e da família**, apesar de existir, nos escritos de Aristóteles na Grécia antiga, registros característicos desta fase da vida em que ele atribuiu esse período entre infância e vida adulta à marca do excesso e exagero, esse conceito tal como conhecemos, não aparece antes do século XVIII. Segundo o autor supracitado, durante o Império Romano, não havia marco de separação entre criança e adolescente, o pai era quem decidia a hora do filho abandonar as vestes de criança e assumir as de adulto. Até a Idade Média, na Europa, caracterizada pelo sistema feudal, as crianças e adolescentes eram considerados adultos em miniatura e eram introduzidas ao trabalho, em média, aos 7 anos de idade. Poucas estudavam e não havia separação de níveis por idade. Foi em meados do século XVI, na Europa, que iniciou-se a diferenciação entre *enfant*, *jeunesse* e *vieillesse* (infância, juventude e velhice), mas a adolescência foi confundida com a infância até o século XVIII.

Foi por meio da disseminação das ideias como a da valorização do homem e da racionalidade, do advento da Revolução Industrial e as profundas transformações sociais,

como o surgimento da família nuclear e do ensino escolar obrigatório, promovendo um retardo na incorporação do adolescente ao universo adulto e ao mercado de trabalho, que a adolescência ganha *status* de estágio de desenvolvimento. Na Idade Moderna, o Estado passou a interferir na esfera social, com proteção às crianças e aos adolescentes (ANDRADE, 2015).

A adolescência surge, portanto, como resultado da complexidade da sociedade moderna industrializada, com a escolarização estendida, o advento das ciências e da família burguesa, que passa a ocupar outro papel social, superando a dimensão de linhagem e assumindo a dimensão afetiva, pelo qual a mulher torna-se mais submissa ao marido e assume maior responsabilidade de zelar por seus filhos, iniciando a valorização da vida privada, do cultivo do amor e da relação de proteção, repressão e autoridade. A família passa a assumir uma função moral e espiritual (ARIÈS, 1981).

A escola, como supracitado, também assume novos papéis sociais de preparação para a vida. Até o século XVIII, as classes escolares eram frequentadas por crianças de 10 anos a adultos de 25 anos, sem discriminação por idade. A partir deste momento, seguindo a conjuntura social industrializada, a escola foi responsável por ampliar a noção mais significativa de idade e infância, considerando as diferenciações dos aspectos biológicos até então ignorados e o prolongamento da infância, afastando esses indivíduos do mundo social e do trabalho com a justificativa de capacita-los para tal, sendo, portanto, encarregada do ensino, da vigilância e do enquadramento da juventude. Assim também o exército neste momento histórico exerceu importante papel de emancipação individual aos jovens do sexo masculino, como uma espécie de iniciação do mundo adulto (ARIÈS, 1981).

No Brasil colonial, segundo Del Priore (2008), que equivale o século XVI ao XIX, as crianças se misturavam aos adultos, e precocemente, em média 15 anos, as meninas eram consideradas aptas a casar. Os meninos, com 9 anos, eram considerados plenamente capacitados para atividades laborais. Porém, por volta de 3 a 4 anos, as crianças já acompanhavam seus pais nas tarefas do dia a dia, e logo que possível iam trabalhar, desenvolvendo pequenas atividades, aprendendo um ofício e se tornando aprendizes, ou se fossem bastardas, estudavam a domicílio ou em escolas régias públicas. Em contrapartida, a realidade das crianças escravas era ainda mais cruel, que com média de 5 anos de idade já eram exploradas e submetidas à perversidade do trabalho escravo.

O movimento higienista, no Brasil dos séculos XIX e XX, teve fortes influências sobre as mudanças na organização social, adequando a sociedade as exigências da modernidade e da revolução industrial e as mudanças sociais ocorridas na Europa e outros países ocidentais,

como supracitado. De forma que a mulher passou a representar um papel materno, e a família, de educadora para vida em sociedade, assim como a escola. A criança tornara-se objetos de estudo e de interesse da vida pública, dando início ao processo de emergência da figura do adolescente no Brasil (PRATTA, 2008).

É no contexto de disseminação das ideias iluministas, de igualdade, individualidade e racionalismo e ciência, e posteriormente com a Revolução industrial, com as ideias capitalistas, de exigências do mercado de trabalho e consumo, e a crescente urbanização e falta de emprego, que surge a figura do adolescente como alguém que deve ser segregado, para ser preparado para idade adulta e para o trabalho, sendo tutelado pela família e pelo Estado. Contudo, com a disseminação da ideia de igualdade de direitos, ao mesmo tempo ele é visto como "símbolo do futuro" representava também um "grupo instável e perigoso" que ameaçava a ordem social sendo necessário educa-lo (TRASSI; MALVASI, 2010).

Mas foi o século XX, segundo Hobsbawm (1995), o grande momento histórico de ascensão da juventude. Período que ele vai chamar de "Era dos Extremos", marcado por duas grandes guerras mundiais, pela miséria e pela violência, e por revoluções na comunicação, imagem, entretenimento e consumo, pelo qual o autor aponta uma crise na relação dos sexos, evidenciada pelo aumento do divórcio e da configuração familiar incompleta. É neste momento que surge de maneira contundente a figura do adolescente, que assumem um papel de agente social com seu forte poder de contestação das estruturas. Neste período, segundo o autor, surgiu uma nova camada social e uma cultura jovem que determinavam os novos moldes da sociedade, com fortes influências nas artes, na política e no mercado de trabalho e consumidor.

Assim, a juventude assume o papel de agente social independente, promovendo as grandes contestações na sociedade, mas, também estabelecendo novos padrões sociais, principalmente de consumo. O autor supracitado, fala que ocorreu no século XX uma cultura jovem global, que causou uma revolução nos modos de costumes do mundo econômico e social. Nas palavras do autor, "um grupo com consciências própria que se estende da puberdade [...] até metade da casa dos vinte, agora se tornava um agente social independente" (HOBSBAWM, 1995, p. 317).

Vale destacar aqui que a década de 1960 ficou conhecida pela presença marcante do radicalismo cultural e político juvenil, como a revolta estudantil, a contracultura, o misticismo, e a revolução sexual, mas também pelo uso intenso de drogas pelos adolescentes como contestação da sociedade e busca da verdade. Contudo, valores antes defendidos ardentemente pelos jovens como amor, liberdade, justiça e fraternidade foram substituídos

pelo imperativo mercadológico de competição, eficácia e sucesso. O jovem passa a assumir um potencial de consumidor, com linha de produtos voltados para esse público, e a realizar sua busca de contestação na moda, na arte, no cinema, e na música (PRATTA, 2008).

A adolescência hoje tem seu lugar de destaque em nossa era, mas os estudiosos ainda apontam dificuldades na definição da adolescência, uma vez que as transformações vividas pelos os indivíduos perpassam dimensões biopsíquicas e sociais. Assim, esta fase da vida, passou a ter atenção da ciência e da sociedade, partir de vários olhares. É importante destacar que o surgimento desta nova categoria de desenvolvimento exerceu ao longo da história papéis sociais, refletindo as condições de seu ambiente e interferindo sobre ele.

Diante do que foi apresentado, o conceito ocidental atual de adolescência é resultante de um processo de construção social. E para compreensão da adolescência, devemos levar em consideração as condições que de cada sujeito, em seu tempo histórico e cultural. Esta visão contextualizada da adolescência, ressalta que as características do desenvolvimento psicossocial não são universais, pois o comportamento e manifestação da adolescência só adquirem valor e significado quando interpretados socialmente, variando de culturas e tempos. Trassi e Malva (2010, p. 25) afirmam que a adolescência, enquanto etapa da vida, deve ser compreendida como uma variante da condição social, dependendo da origem social dos sujeitos e suas condições objetivas de vida, com diferentes contextos culturais, marcado por ritos iniciais e de passagem.

A exemplo disso, os autores supracitados apresentam culturas que vivenciam de formas distintas esse momento de transição da infância a vida adulta, marcado pelo corpo através das transformações da puberdade. Como na cultura de Muria de Bastar (Índia Central), que tem a tradição com a chegada da puberdade, de mandar garotos e garotas à cabanas comunais, onde desfrutam de plena liberdade sexual, e passados alguns anos, retornam a sua sociedade e casam-se, respeitando a regra de não se unir a nenhum amante da adolescência. Há também outras culturas, que não consideram esta fase de desenvolvimento, como os javaneses, que tem na posição das crianças, na sequência de nascimento no grupo, o determinante para ocupar seu papel social. Ou nas comunidades mulçumanas, que determina meninas, que não vivenciaram ainda a maturação física sexual, a ocuparem o papel de esposas (TRASSI; MALVA, 2010).

Tomamos então a perspectiva de adolescência para além do período natural de desenvolvimento, mas como uma construção social construída historicamente, a partir de significações impostas pela sociedade, que colabora e, muitas vezes, determina a construção

da identidade do sujeito. Trata-se de uma dialética entre sociedade e indivíduos, na qual um contribui na construção do outro (BOCK, 2007).

Tendo em vistas os aspectos de pluralidade marcado pelo social, o adolescente cada vez mais vem ocupando um lugar de destaque na sociedade. Essa visão da adolescência como um ideal coletivo, segundo Colligaris (2000) é resultado da modernidade, como necessária recusa à tradição, e idealização da liberdade, independência e insubordinação. Assim, reunindo-se em grupos, os adolescentes apresentam ao mundo uma identidade própria, diferente do universo dos adultos e se tornam grupos de consumo facilmente comercializáveis. Tornando-se uma das formações culturais mais poderosas de nossa época, em uma sociedade que valoriza a eterna juventude que nega o envelhecer, e prolonga cada vez mais essa fase. Assim, "objeto de inveja e de medo, ela dá forma aos sonhos de liberdade ou de evasão dos adultos e, ao mesmo tempo, a seus pesadelos de violência e desordem" (COLLIGARIS, 2000, p. 9)

Luciana Coutinho (2009) nos apresenta um panorama amplo da questão da adolescência em nossa época, a partir de um enfoque histórico, das ciências sociais e da psicanálise e aponta que a sociedade contemporânea, enaltece a adolescência, e "muitas vezes eleva as 'culturas adolescentes' ao estatuto de verdadeiros 'ideais culturais' (COUTINHO, 2009, p. 23). Porém, para ela, este ideal cultural da adolescência representa mais um sintoma social típico da contemporaneidade, resultante da fragmentação das referências simbólicas e identificatórias e do enfraquecimento das figuras de autoridade. De modo que, o apagamento dos ritos antigos, que marcavam essa fase de transição social e inseriam os indivíduos na vida coletiva adulta, são substituídos hoje por comportamento desafiador, "errantes", como o uso jogos perigosos como "baleia azul"[17], transgressão, e uso de drogas.

Assim, o papel que o adolescente ocupa na sociedade atual é de destaque mas também de preocupação. De forma pejorativa, são intitulados por muitos como "aborrecentes", e se destacam em comportamento e em demanda. Sendo alvo dos olhares constantes de estudiosos e das instituições, como família, igreja, escola e Estado, e do mercado, que produz demandas próprias para esta fase, e lucra muito com seu potencial de consumo. Desta forma, o sujeito adolescente com seus comportamentos inquietantes, passa a ocupar um lugar no grupo social e, ao mesmo tempo, alcança sua individualização.

Portanto, para compreensão do que é adolescência, se faz necessário analisar o contexto sociocultural que os indivíduos que estão na fase de transição de infância à vida

17 O desafio conhecido como "Baleia Azul" refere-se a um suposto fenômeno surgido em uma rede social russa, ligado ao aumento de suicídios de adolescentes. (https://pt.wikipedia.org)

adulta estão inseridos, que se inscreve em reflexos e projeções das condições sociais. Considerando que vivemos em uma sociedade centrada no Eu, narcisista e egoísta, com predomínio para a superficialidade nas relações e a fluidez dos laços afetivos, no qual os sujeitos individualista, em uma busca incessante pela estética, em detrimento da essência, busca constantemente o prazer, o consumo e a autoafirmação exibicionista. O adolescente de hoje vive na ilusão de ausência de sofrimentos e faltas, e para isso cada vez mais faz uso de subterfúgios, como o uso de substâncias psicoativas, para neutralizar qualquer tristeza e angústia. Está imerso em uma sociedade que tem como problema a incapacidade de alteridade, abandonados à própria sorte, produz um novo individualismo, de vínculos humanos enfraquecidos e definhamento da solidariedade (MACEDO, 2012).

Em vista disso, constatamos que os desafios da contemporaneidade deixam efeitos no processo de subjetivação do adolescente, expondo-o à precariedade de possibilidades de enfrentamento dos seus conflitos e na produção de sintomas psicológicos e sociais.

3.1.2 “Quem sou eu? ”

Partindo da dimensão subjetiva, por meio das interpretações psicanalistas, entendemos que a adolescência é um período de maturação e individualização. Caracterizado por um momento gerador de angústia, que tem como questão norteadora a busca da resposta dos sujeitos a indagação existencial “Quem sou eu ?”

Por tratar-se de um período de prova do Eu, Blos (1998) afirma que, nesta fase, os sujeitos tendem a práticas de excessos e comportamento de risco. Mas, também, pode ser benéfico, uma vez que pode oferecer, ao indivíduo, a oportunidade de modificar ou retirar as exigências infantis que ameaçavam impedir seu desenvolvimento progressivo, superando conflitos infantis e remodelando o desenvolvimento.

Freud (1856-1939), fundador da psicanálise, não escreveu uma teoria sobre a adolescência, mas seus estudos sobre a sexualidade o conduziu até esse tema, ao tratar sobre o período de puberdade nos textos **Três ensaios sobre a sexualidade** (1905[1996]) e em sua conferência XXI, **O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais** (1916[1996]) em que versa sobre a diferenciação sexual de gênero, a mudança de escolha objetal, a desvinculação com os pais e o ingresso na comunidade social.

Os pioneiros nos estudos da adolescência, na psicologia, definem a fase como um momento crítico dos sujeitos e formação de identidade. Um dos primeiros estudos sobre esta fase da vida como um momento de inquietação humana foi do psicólogo Stanley Hall (1844-

1924) responsável por introduzir o estudo da adolescência à psicologia e defender os fatores genéticos como determinantes do comportamento, uma “agitação hormonal”, caracterizado por transformações de comportamento que aconteciam de forma imutável e universal. Ele descreveu a adolescência como um estágio especial do desenvolvimento humano, marcado por tormentos e conturbações vinculadas à emergência da sexualidade (FEFFERMANN, 2006).

Outro autor clássico nos estudos da adolescência foi Erik Erikson (1902-1994), que atribuía a crise de identidade da adolescência as descontinuidades de valores e padrões de comportamento, introduzindo o conceito de “moratória”, para explicar o momento de incertezas dessa fase do desenvolvimento e de uma adaptação do sujeito ao ambiente. Porém, para ele, apesar da crise normativa, não necessariamente os indivíduos neste período passaram por tormentas. Erikson (1976) descreve essa fase marcadas por sentimentos ambíguos que contribui para a construção de identidade pessoal, como um processo universal, que acontece no interior dos indivíduos e na cultura que este está inserido.

Descrita por Erikson (1976) como sendo uma fase especial no processo de desenvolvimento, um modo de vida entre a infância e a idade adulta difícil de administrar. Ele elaborou uma teoria acerca do desenvolvimento psicossocial, pautada na integração da psicanálise ao campo da antropologia social, com ênfase na interação intelectual, histórica e biológica. Classificando, sem impor uma determinação cronológica rigorosa, o desenvolvimento humano em 8 fases: os 4 primeiros durante a infância, adolescência e os 3 últimos na fase adulta e velhice.

Levisky (1998) também escreveu sobre crise de identidade do adolescente, que não é mais criança, mas também não é adulto. Segundo ele, trata-se de um processo, ao mesmo tempo, doloroso e prazeroso, assustador e fascinante, desejado e temido. Para o autor, a puberdade empurra o adolescente para vida adulta e, diante de desejos contraditórios, surgem defesas, busca de grupos iguais, mudança nas relações de figuras parentais e redirecionamento de investimento pussional. Mas, esta crise, deste momento da vida, se faz importante e necessário para o crescimento existencial humano. É neste processo de construção da identidade que o grupo tem um papel fundamental.

Os autores Aberstury e Knobel (1989) caracterizam, de forma sucinta, a adolescência pela perspectiva psicanalítica como: um doloroso luto pela perda do corpo infantil e de suas relações amorosas deste período; busca de si mesmo e da identidade; tendência a busca de referência no grupo; período de evolução sexual; deslocamento temporal, para o aqui e agora; necessidade de intelectualizar e fantasiar; atitude social reivindicatória; contradições

sucessivas e variações de humor. Essencialmente, “a consequência final da adolescência seria um conhecimento de si mesmo como entidade biológica no mundo, o todo biopsicossocial de cada ser nesse momento de vida” (ABERASTURY; KNOBEL, 1989, p. 30). E, nessa busca pela identidade, o adolescente, muitas vezes, prefere o caminho mais fácil, fazendo identificações maciças com o grupo. Em outras situações, ele opta por uma “identidade negativa”, já que para ele, “é preferível ser alguém perverso, indesejável, a não ser nada” (ABERASTURY; KNOBEL, 1989, p. 32).

Ainda na perspectiva psicanalítica, Philippe Lacadée (2011) no livro **O despertar e exilio**, refere-se a esta fase da vida como um momento de crise de luta de pulsões advindas do despertar da sexualidade com a puberdade, entre paixão e razão, natureza e cultura. Ou seja, ele se vê diante de enigmas da sua sexualidade e da sua existência gerando angústia e solidão. O adolescente então torna visível a importância da sexualidade (FOUCAULT,1985).

Como vimos, historicamente, em muitas sociedades, nessa etapa de vida que marcava o fim da infância, os sujeitos eram submetidos a convencionalizações de tradições e ritos de iniciação ou de passagem, que ofereciam modelos pelos quais estes pautavam sua solução pessoal, contribuindo para a construção de sua autoimagem, dando a ideia de tornar-se aptos a adquirir *status* social “quando a ritualização e a formalização liberam o indivíduo da necessidade de realizar sua própria resolução de exigências do crescimento, nenhum ajuste idiossincrático e pessoal tem que ser buscado” (BLOS, 1998, p. 150). Desta forma, os conflitos e instabilidade psíquica eram diminuídos, assim como o potencial de criação de variações únicas e originais. Hoje, cada vez mais os adolescentes, em nossas culturas, estão despossuídos destas convencionalizações sociais, o que os deixa sozinhos na difícil tarefa de resolução do Eu e, por isso, as singularidades destes sujeitos neste período, bem como suas dificuldades sociais de adaptação e a manifestação de sintomas estão em tamanha evidência na sociedade atual.

Peter Blos (1998), a caráter de estudo, divide as fases da adolescência em três períodos não-lineares. A primeira é a pré-adolescência caracteriza-se por um aumento quantitativo e qualitativo de pulsão, e o reaparecimento da genitalidade. A satisfação direta dos instintos, como a masturbação, defronta com um superego desaprovador e a socialização da culpa. É também neste momento que ocorre, normalmente, um entrelaçamento de amizades íntimas e idealizadoras com membros do mesmo sexo, e a busca desajeitada por valores novos. Inicia-se um processo de afastamento da família e a busca mais intensa de relações extrafamiliar. O ego se afasta mais do Superego, entidade controladora cujas funções são inibir e regular a autoestima e, neste momento, valores, padrões e leis morais adquirem certa independência

com relação à autoridade dos pais ou responsáveis e o autocontrole ameaça entrar em colapso. A retirada do objeto de amor inicial- figuras parentais - e o distanciamento do superego, resultam no empobrecimento do ego, que é sentido pelo adolescente como um sentimento de vazio, agitação interior e busca de alívio.

A adolescência, propriamente dita, é impulsionada pelas transformações da puberdade, que leva o adolescente à busca das relações objetais, agora com definição clara da sexualidade, afastando-se, comumente e de forma definitiva, do objeto de amor infantil. É nesta fase que os conflitos interiores chegam a um ponto máximo. O abandono do amor parental, produzindo vazio, e resultando no desvio de energia para o eu, ocorrendo um aumento do narcisismo. Essa fase narcísica, contudo, é positiva para o desenvolvimento dos indivíduos, pois é essencial a manutenção da autoestima, mas é também responsável pelo comportamento arrogante e rebelde dos adolescentes que agora subvalorizam os pais e desafia e questiona regras e autoridade. Nesta fase de intensificação de ego e de, muitas vezes, falsa sensação de poder, seu julgamento precipitado pode colocá-lo em situações de riscos. Contudo, normalmente o adolescente ao se "apaixonar" por um par amoroso, abandonam sua autossuficiência, e sua satisfação passa a ser buscada no outro (BLOS, 1998).

> A necessidade que o adolescente tem de pertencimento a um grupo como expressão da fome social tem características de um processo de restituição. Ao ganhar acesso a uma vida exterior plena e estimulante, o adolescente contra-atua seus sentimentos insuportáveis de vazio, isolamento e solidão. (BLOS, 1998, p. 244).

Na busca de identidade social e da resposta para a questão "quem sou eu? ", o autor supracitado afirma que o adolescente direciona-se para a sociedade, a fim de encontrar referências. Neste momento de descoberta do Eu, observa-se a necessidade de um lugar de fala e o adolescente busca recursos psicológicos, como diários, citados por Blos (1998) que funcionam como uma espécie de ponte entre a fantasia e o mundo objetal, pelo qual pode organizar os pensamentos e tornar-se, através da palavra, mais compreensivo. Atualmente, observamos fortemente o fenômeno das redes sociais, onde este universo das telecomunicações tem ocupado este lugar, globalizado, porém solitário, de escrita sobre si. Todavia, não podemos desconsiderar as múltiplas realidades da adolescência, como aqueles que são analfabetos funcionais, resultante na maioria dos casos de dificuldades de aprendizagem aliadas a um ensino de péssima qualidade, e por isso não podem expressar-se por meio da escrita, ou aqueles que não possui recursos para usar as redes sociais. Estes terão que buscar outra forma de expressar-se e tornar-se ouvidos pela sociedade.

Esse processo de “adolescer” não se dá de forma normativa e linear, e a identidade construída a partir da adolescência não é cristalizada, ou seja, sem sofrer alterações ao longo da vida. Mas a partir deste momento, ocorre a emergência do Eu, e a noção de si mesmo, que é constituída por meio de sua singularidade, mas também da influência das relacionações interpessoais e culturais. Logo, a construção da identidade é psicossocial, acontecendo de forma processual, por meio de ressignificações que ele faz de si mesmo, e por influências interpessoais, inscritos em sistemas simbólicos, de representações e memórias sociais, conceitos que trataremos na seção seguinte.

A forma como cada adolescente vai resolver, social e psiquicamente, sua questão “quem sou eu? ” Determinará como será sua passagem pela adolescência. Levisky (1995) ao falar da busca desta identidade adulta pelo adolescente, por meio de novos modelos de identificação, trata do contexto social que repercute na crise vivida nesta fase. Em um contexto pós-moderno de individualismo e descaso social, esse sujeito pode sofrer prejuízos na constituição. Essa conjuntura desfavorável de não acolhimento social, coloca o adolescente em situação de vulnerabilidade.

Uma vez que a construção do Eu se dá pela contanto com o outro e suas relações sociais, o adolescente que está em condição de pobreza, diante das limitações e injustiças impostas por seu meio, provavelmente poderá ter mais dificuldade de estabelecer uma construção positiva de si. Portanto, no estudo do adolescente em vulnerabilidade social, não podemos desconsiderar as peculiaridades que a condição socioeconômica acarreta na subjetividade destes sujeitos.

3.2 Vulnerabilidades e proteção social

Vimos que a adolescência é uma fase de desenvolvimento em que os sujeitos vivenciam sentimentos divergentes, como o luto da infância perdida, e seus desejos de progredir e conquistar a autonomia. De forma que estão mais suscetíveis à conflitos existenciais, podendo apresentar dificuldade em estabelecer uma identidade segura e estável. No entanto, a crise na adolescência não configura uma regra geral, segundo Bucher (1992), se o processo de identificação com figuras parentais foi bem-sucedido, o adolescente atravessará essa fase sem grandes problemas.

Todavia, a sociedade ocidental contemporânea considera a adolescência como um período do desenvolvimento humano de vulnerabilidade, pois estes possuem poucas ferramentas emocionais para lhe dar com estes conflitos, e estabelecer sua identidade social.

Nesta pesquisa, teremos como objeto de estudo para o adolescente pertencente a classe social empobrecida, o que os coloca em maior condição de vulnerabilidade: a emocional e a social.

Para compreendermos o que entende-se por vulnerabilidade social, é importante sabermos que o conceito tem sua origem na área dos direitos humanos, para "designar grupos ou indivíduos fragilizados, jurídica ou politicamente, na promoção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania" (PADOIN; VIRGOLIN, 2010, p. 1). Segundo Pessalacia, Menezes e Massuia (2010), é uma desvantagem que faz com que o sujeito não tenha suas necessidades atendidas, tornando-o frágil e suscetível, em risco de sofrer danos e incapazes de proteger seus próprios interesses.

A vulnerabilidade é entendida como um conjunto de fatores de caráter multifacetado, que abarca dimensões biológicas, sociais, culturais, individuais, familiares e econômicas. Em virtude disso, não podemos falar de adolescência, mas das adolescências, as quais são definidas por aquilo que está ao redor, pelos contextos socioculturais, pela sua realidade, situando-as em seu tempo e em sua cultura. Trabalhar com essa perspectiva é questionar e considerar o sujeito as partir das dimensões social, político-institucional e pessoal, de forma a possibilitar a identificação de questões relevantes que podem aumentar o grau de vulnerabilidade dos adolescentes frente aos riscos, tais como: questões de gênero transversais a raça/etnia e classe social; condições de vida; condições de saúde; acesso ou não à informação; insuficiência de políticas públicas em saúde e educação etc. (BRASIL, 2007).

3.2.1 Adolescência e os riscos

Termos como vulnerabilidade e risco podem ser empregados expressando distintas perspectivas de interpretação. Atualmente, o conceito de vulnerabilidade é amplamente utilizado em diferentes áreas do conhecimento, de forma polissêmica, multidimensional e transdisciplinar, mas basicamente expressa a incapacidade de um sujeito de defender seus próprios interesses, como foi explicitado nas linhas acima. Já o termo risco foi empregado a partir do século XVI, ligado às transações comerciais mercantilistas, relativo a ganhos e perdas. No entanto, esse conceito passou por transformações radicais ao longo do tempo, na Idade Moderna, em torno do século XVI até a metade do século XIX, o sentido de risco foi largamente utilizado como sinônimo de perigo (GIONDI,BACKES,ARGENTE,MERIRELES e SANTOS, 2010).

Na atualidade, o risco passa a ter uma conotação moral, que leva o indivíduo a optar determinados modos de vida. Pela epidemiologia, o termo risco é entendido como a probabilidade de ocorrência de uma doença, agravo, óbito, ou condição relacionada à saúde

em uma população ou grupo durante um período de tempo determinado (Almeida Filho e Rouquayrol, 1990). Na presente pesquisa empregaremos este termo ao nos referimos a comportamentos que colocam o sujeito em condição de perigo e vulnerabilidade, que ameaça do seu bem-estar físico, psíquico e social.

Tendo em vista que esta pesquisa parte de uma perspectiva psicossocial, uma junção de fatores sociais e da subjetividade, várias são as explicações que justificam o adolescente como um indivíduo mais vulnerável aos riscos sociais e ao comportamento de risco. Porém, entendemos que o adolescente possui características biológicas próprias, que podem interferir em sua vulnerabilidade.

Segundo Pinsky e Bessa (2004), a condição neurológica imatura do sistema inibitório do adolescente pode afetar o julgamento frente a situações que gera impulsividade. A incapacidade de controle do sistema de recompensa, supracitado, leva-os a uma busca incessante pelo prazer e pela novidade. Bem como, podem gerar sentimentos de ansiedade, tornando-os suscetíveis ao uso abusivo de substâncias psicoativas ilícitas ou lícitas, para evitar sentimentos desagradáveis e para gerar prazer.

Ainda sob a égide da visão psicossocial, partimos do olhar psicanalítico, pelo qual vimos que o aumento do narcisismo, resultante da retirada da energia libidinal dos pais para o Eu, centrado em si e no auto engrandecimento, provoca prejuízos na percepção do mundo e nos julgamentos, fazendo com que estes não percebam os riscos aos quais são submetidos. A idealização dos pais agora é deslocada para ídolos e amigos. O que pode expô-los ainda mais, como um adolescente construir a partir da figura do traficante local da sua comunidade a referência de realização e *status*.

Para Lacadée (2011), os comportamentos de risco acontecem no momento que o vazio assombra o adolescente que, na busca de tutela e autonomia para construção de sua identidade, testa fronteiras de si e do outro, e das proibições sociais. Ratificando, que cada um vai vivenciar esse momento diante de sua singularidade e história pessoal, e muitos atravessarão esse momento sem grandes sofrimentos e necessidade de desafios existenciais. Segundo o autor, o abandono e a indiferença familiar, ou o excesso de proteção, têm levado um número considerável de adolescentes a colocar-se em condutas de risco. Esse comportamento pode ser uma solicitação simbólica da morte, mas, sobretudo uma forma de assegurar sua existência e de situar-se no mundo, como uma espécie de rito de passagem à idade adulta.

Para além da abordagem psicanalítica, destacamos aqui que este abandono sofrido pelos adolescentes não se dá apenas na dimensão familiar, mas na negligência do Estado e da

sociedade por meio de da corrupção, privações, falta de oportunidades e perspectivas de futuro, e sobretudo na falta de garantias de direitos. Assim, a agressividade, pode ser resultado de uma insubordinação a este sistema injusto. Embora isso não seja exclusividade da adolescência, pois está presente nas demais esferas sociais, no comportamento das pessoas, na violência generalizada e nas violações de direito. Isso, também, pode resultar na exposição maior destes sujeitos à criminalidade e outros fatores de risco, como uso abusivo de drogas.

Em detrimento ao que foi posto, Bucher (1992) afirma que uma das possíveis saídas para a crise identitária da adolescência é a fuga ou enclausuramento, procurando refúgio em si mesmo ou em grupos. Estes últimos, como já afirmamos, têm uma função no polo identificatório. A coesão afetiva do grupo substitui a família, rejeitada pelo adolescente à procura de emancipação, e pela desconstrução do mito de unidade familiar, à medida que ele identifica as contradições, segredos não ditos nesta fase. Refletindo sua insegurança e sua procura de balizas firmadoras, o adolescente, imbuído de curiosidade, parte por uma busca pela verdade, por meio da contestação, e questionamentos de instituições e autoridades. Na crença de encontrá-la, ele idealiza o mundo e pode se engajar na construção deste, envolvendo-se em grupos ideológicos. A adolescência é marcada, segundo o autor, pelo despertar do prazer, e intensificação de suas experiências e sensações, pela qual parte para uma tentativa de completude superação de suas imperfeições, e em nome disso, podem assumir um comportamento transgressor, como o uso de drogas ilícitas ou o crime. Deste modo, o adolescente nega seus limites, seja para questionar a lei instituída, ou pela não inscrição da lei na sua formação de personalidade.

A dimensão do prazer propiciado pela droga, segundo Minayo (2003), corresponde às características de intensidade, próprias da adolescência e de seu espírito aventureiro, sua vontade de experiências novas e de se diferenciar socialmente e da família.

> A droga é uma questão que, seja pela oferta ou pela negação, a sociedade atual lhe coloca como alternativa para viver novas experiências. Se é verdade que também há ameaça de rejeições, dores e sofrimentos que podem conduzi-lo ao limiar da morte, do perigo e prazer andam juntos numa idade em que exatamente a dimensão e proporção do que é proibido provocam mais emoção em transgredir. (MINAYO, 2003, p. 25-26).

Suscetível ao comportamento de risco e ao questionamento das autoridades e normas, o adolescente que vivencia as desigualdades sociais, a negação de seus direitos, a exclusão social, e a falta de perspectiva no mercado de trabalho e de consumo, pode encontrar no seu comportamento desafiador meios de contestar as injustiças de suas condições de vida. Isso

pode torna-lo suscetível ao uso e tráfico de drogas, e um vez que o adolescente tende a seguir os impulsos de recompensas imediatas, sem medir as consequências a longo prazo, o narcotráfico apresenta-se como uma solução imediata para sua condição de despossuído. Portanto, vale destacar aqui que ao falarmos de drogas, estamos considerando tanto o uso que pode tornar-se abusivos e desencadear no quadro de dependência química, quanto nos referimos ao perigo propiciado pelo tráfico de drogas. Em ambos casos, o adolescente em situação de vulnerabilidade social está exposto de forma mais contundente, conforme apresentamos.

Por essa razão podemos afirmar que o adolescente pobre vive uma dupla situação de risco, sendo, portanto, alvo fácil tanto para o uso de drogas como para o narcotráfico. O que não quer dizer que os adolescentes ricos estejam isentos de se envolverem com o uso e o tráfico de drogas. O que consideramos é que a situação de pobreza expõe mais o sujeito pela própria negação de seus direitos e das condições dignas de vida e de trabalho. Mas apesar das dificuldades e violações de direitos, a maioria dos adolescentes pobres encontram outros meios de se afirmar que não associação de drogas ou criminalidade.

É inegável que, para além das construções de dúvidas e certezas que qualificam a fase da adolescência, estes também simbolizam os conflitos contemporâneos, catalisando e exteriorizando as tensões sociais, pelo qual Feffermann (2006, p. 13) vai chamá-los de "vitrine de conflitos sociais" e "retrato projetivo da sociedade". Para a autora, o adolescente é o protagonista da violência social, vítima e ator. O que corporifica o estigma18 dos responsáveis pelo "perigo generalizado", nos quais a sociedade imputa a responsabilidade pela distorção da ordem.

O indivíduo que está em fase de transição dos papéis sociais de criança para adulto, recebe forte carga de pressões do grupo e do sistema. Para Pinsky e Bessa (2004), essa transição de estado de dependência para uma condição de autonomia pessoal deve ser um processo assistido pela família e instituições como escola e Estado, o que, infelizmente, não é visto na prática, principalmente quando se trata de adolescentes em condições de vulnerabilidade social que não têm seus direitos de cuidado e proteção garantidos.

---

18 O conceito de estigma foi construído por Goffman (1993), que define que o sujeito torna-se estigmatizado quando perde suas características próprias, seus atributos pessoais, seu individualismo e passa a representar apenas características da classe estigmatizada, tal condição limita a capacidade de ação, marcando-o como desacreditado, assim, em nossa sociedade, o adolescente carrega consigo a marca dos estigmas sociais que lhe atribui características negativas, como sinônimos de transgressão e desordem. Mais fortemente o adolescente negro e pobre, é o estereótipo do "marginal", "criminoso" e "drogado".

Imersos em desigualdade sociais, negação de direitos e falta de possibilidades de saírem de suas situações desfavoráveis, estes adolescentes, segundo Minayo & Souza (1998, p. 515) são submetidos à violência estrutural, cometidas por instituições e sistemas econômicos, culturas e políticos que conduzem à opressão, e tornando-os mais vulneráveis ao sofrimento e à morte.

Ao mesmo tempo em que a estes sujeitos são negados os direitos e as condições de igualdade, há pressões do modo de vida capitalista, que impõe o consumo como determinante para a socialização. Como supracitado, vimos a importância das relações e do sentimento de pertencimento nos grupos para constituição de identidade na adolescência. Diante disso, a serem destituídos do poder aquisitivo para consumir, e das possibilidades de inserção no mercado de trabalho os adolescentes sentem-se excluídos socialmente.

Feffermann(2006) aponta a discussão sobre exclusão e inclusão de marginal como possível ao se tratar de adolescentes em vulnerabilidade social, uma vez que estes estão inseridos em uma dinâmica social consumista, como supracitado, ele tanto está na condição de excluído desta relação fundamental de consumo, como está incluído na marginalização, fazendo parte de um grupo de mão de obra excedente no mercado de trabalho formal, e mediante ao fato de estar fora do mercado de trabalho, não consegue meios de satisfação de necessidades criados pela indústria cultural.

Ainda sobre isso, consideramos que os adolescentes brasileiros pobres, durante todo o processo histórico, não foram acolhidos pelo sistema educacional que sempre foi elitizado, sendo absorvidos pela rua, pela delinquência e/ou pelo trabalho infantil. Segundo Pratta (2008) para estes foram criadas instituições, com objetivo de tirar as crianças e adolescentes da rua e da criminalidade, sob o véu de um caráter ressocializador. Teoricamente, seria para inclui-los, porém na prática, nada mais era do que instituições de confinamento, a fim de transformar e excluir, e não integrar à sociedade (PRATTA, 2008).

Perpetuou-se a condição de excluídos sociais, e mesmo aquelas instituições que estão integradas ao sistema educacional, muitas por exigência, para fazerem parte de programas sociais, como a Bolsa Família[19], não apresentam garantia de futura inserção, destes adolescentes, no mercado de trabalho. Contudo, a despeito do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990), que proíbe o trabalho de crianças menores de 14 anos,

---

19 Programa de transferência de renda do Governo Federal (Lei Federal n. 10.836) destinado mensalmente às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com renda per capita de até R$ 154 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro do acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social.

sabemos que muitas crianças e adolescentes atuam no mercado informal, ou ilegal, como o narcotráfico, como meio para complementação de renda familiar e de inserção social.

É importante salientar que não existe relação direta entre pobreza e uso de drogas ou criminalidade, conforme ponderamos anteriormente. Não é pelo fato de ser pobre que um sujeito se envolve com drogas e, obviamente, não é por morar em bairros periféricos pobres, onde o tráfico de drogas é mais evidenciado, que este se envolverá. Mas a sua condição instável, própria de quem está em busca de afirmação e de sentimento de pertencimento, pode ser agravada pelas condições econômicas e sociais. Assim sendo, não pretendemos aqui afirmar que todo adolescente pobre se envolverá com drogas ou tráfico, ou muito menos que o fator da sua condição econômica determina seu destino. Pinsky e Bessa (2004) afirma, que esses adolescentes em situação de vulnerabilidade, ainda podem ter chance de escolha. Mas, suas condições os colocam em desvantagens sociais, estando mais próximos da realidade do tráfico de drogas, assim como, em desvantagens nas condições de acesso a fatores e ações de prevenção e no tratamento do uso de drogas.

Isto posto, vimos que uma das formas de manifestação de suas inquietações e contestação na adolescência é a conduta de risco, como os usos de substâncias psicoativas de forma abusiva, o que pode ser resposta dos seus conflitos individuais, bem como do seu contexto social. Notamos que ao fazer a associação do adolescente em situação de vulnerabilidade social com uso de drogas, deve-se, necessariamente, considerar o fenômeno também como possível resultado das desigualdades sociais, da dificuldade de inserção no mercado de trabalho, nas limitações para obtenção de objetos e serviços de consumo, o que resulta na invisibilidade pública.

Destacamos que, no modelo social atual, as pessoas se reafirmam pelos bens que possuem, assim estes adolescentes tendem a buscar meios de saírem desta invisibilidade para se sentirem aceitos, é neste momento que narcotráfico vê a possibilidade de coopta-los como mão de obra, oferecendo-lhes ilusão de ganho fácil e rápido, além da identificação entre os pares e o reconhecimento social através do poder de consumo. Ademais, faz-se necessário refletir sobre a associação das substâncias psicoativas com ideia de prazer e diversão, e os valores e representações sociais de *status*, sucesso, felicidade e realização pessoal. Os usos de determinadas substâncias podem significar a amenização da realidade vivida ou um meio de ascensão social, uma forma de adquirir a realização pessoal diante dos modelos de felicidade impostos pelo sistema capitalista, com base em objetos de valor e de prazer.

Para Aratangy (1998), no que tange às drogas, independentemente da condição econômica, qualquer ser humano tem características para desenvolver a dependência. Porém,

esses fatores podem ou não ser potencializados quando os sujeitos estão expostos a uma baixa condição social, que é o caso do adolescente em situação de vulnerabilidade social, que possui menos acesso a direitos básicos como educação, saúde etc. E, por conseguinte, mais expostos ao tráfico de drogas.

Segundo Cruz Neto (2001, p. 180), no estudo realizado sobre juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro, apesar da importância das dimensões individuais e psicológicas, o autor afirma que a predominância recai sobre o social. Diante disso interessa-nos compreender o contexto do adolescente de baixa renda que está exposto ao tráfico de drogas.

3.2.2 O tráfico de droga e o adolescente em vulnerabilidade social

Como foi dito, o objeto de estudo desta pesquisa é compreender os sujeitos que, em um período marcante do seu desenvolvimento psicossocial, estão expostos às desigualdades sociais e aos prejuízos que esta condição acarreta. Ao tratar da questão das drogas com este público, não podemos apenas considerar a droga como um fenômeno de prejuízos e adoecimento dos sujeitos. Partindo da realidade destes, muitos não se tornam usuários ou dependentes, mas sofrem o prejuízo deste fenômeno por meio do envolvimento com o narcotráfico, que se instala em seu ambiente de convívio, que são os bairros pobres de periferia, alterando o modo de vida da comunidade, impondo sua cultura, sua lei e sua ideologia, que muitas vezes, atrai estes adolescentes com a promessa de dinheiro fácil e identidade social.

Desta forma, o adolescente das periferias pobres e das favelas, torna-se alvo fácil para captação de mão de obra para o tráfico, conforme considerado anteriormente. Pois, como supracitado, os traficantes escolhem estrategicamente seus pontos de vendas e distribuição nestas locais, justamente por esses serem lugares pouco assistidos e de difícil acesso para os aparatos policiais, acolhendo algumas demandas da comunidade, eles configuram-se como uma alternativa de gerar renda e satisfação dos seus anseios por meio do uso das drogas (CRUZ NETO, 2001).

Segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Brasil está entre os cinco países sem conflito armado que tem as piores taxas em homicídio de adolescentes e crianças do sexo masculino com idade entre 10 e 19 anos. De acordo com a OMS, as principais causas de mortes entre adolescentes brasileiros de 10 a 15 anos são, nesta ordem: violência interpessoal, acidentes de trânsito, afogamento, leucemia e infecções respiratórias. De acordo com números da edição de 2016 do relatório, publicado pela iniciativa Mapa da

violência, a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude. Nesse levantamento, que compilou dados de 2014, foi observado que jovens de 15 a 29 anos de idade representavam aproximadamente 26% da população do país, mas a participação deles no total de homicídios por armas de fogo era desproporcionalmente superior. O peso demográfico dos jovens nos casos de mortes com armas corresponde a quase 60% dos crimes.

A antropóloga Zaluar (2007) afirma que, para entender os motivos que levam um adolescente ao envolvimento com o tráfico de drogas é necessário fazer uma análise do espaço social. Ela aponta que é este problema é multifatorial, desde a ideologia de consumo do "aqui e agora", imediatismo próprios da fase, até a falta de perspectiva em relação à capacitação profissional e ao mercado de trabalho, passando pela prática arbitrária e discriminatória dos agentes repressores, como a polícia ou a milícia. Além da existência de uma subcultura que, por vezes, desqualifica o trabalho formal, há uma supervalorização da violência e do poder por meio do crime. A autora aponta para uma discussão multidimensional em seus estudos sobre violência urbana no Brasil, na perspectiva da complexidade, fazendo uma correlação entre a pobreza e a falta de emprego para os jovens pobres, e toda corrupção e ineficácia do sistema que deveria combater o crime.

> As consequências do florescimento de tais negócios ilegais no Brasil, assim como os estilos que aqui adquiriram não são explicados apenas pelas modificações havidas no consumo nem pela pobreza. Visto que as desigualdades nos planos social, econômico e institucional continuam, essas novas formas mundiais de atividades econômicas ilegais e violentas não podem ser consideradas estratégias de sobrevivência para os jovens que morrem antes de ter 25 anos. Os efeitos combinados da pobreza e da urbanização acelerada, sem que houvesse um desenvolvimento econômico necessário para oferecer emprego urbano aos migrantes e aos trabalhadores pobres, não são suficientes para compreender os conflitos armados que matam homens jovens. (ZALUAR, 2007, p. 34-35).

É preciso mais estudo de caráter histórico social, que contemplem a práxis exploratória do fenômeno, que vai para além de conceitos teóricos e classificações médicas, psicológicas e juristas. "A sociedade ainda não foi capaz de desvendar a complexidade dos interesses e mecanismos a que movimentam o tráfico de drogas" (CRUZ NETO, 2001, p. 37).

Para Schenker e Minayo (2005) existem três fatores fundamentais que devem ser considerados ao estudar o envolvimento do adolescente com o tráfico: o aspecto histórico dos grupos sociais, e as determinações conjunturais e estruturais que determinam suas condições de vida; as políticas sociais que possibilitam mudanças; e a liberdade humana de fazer opções, aceitando ou não o envolvimento e riscos com a atividade ilegal do narcotráfico.

Na perspectiva de alguns adolescentes, o envolvimento com o comércio ilegal de drogas é a única, ou aparentemente mais fácil, possibilidade de ascensão social, de forma a atender seu anseio de consumo alimentados pela sociedade atual. Este adolescente, com anseios de pertencimento e reconhecimento social, encontra-se e reconhece-se psicológica, física, cultural, política e financeiramente fragilizado. Dessa forma, podemos afirmar que a inserção dos adolescentes perpassa possibilidades individuais que podem ser determinadas pelas estruturas sociais. A vulnerabilidade social não causa uma relação de causa e efeito, mas media as relações de forma a refletir as frustrações desrespeito e privações que a sociedade impõe de determinados cidadãos.

> Imersos nestas situações, os cidadãos encontram-se e reconhecem-se psicológica, física, cultural, política, e financeiramente fragilizados, deparando-se com a prejudicial premência de uma escolha constrangida: não satisfazer suas necessidade, postergando-as para um futuro incerto e aprendendo a lhe dar com as frustrações, danos materiais e agravos a saúde acarretados, ou engrenar meios diferentes dos tradicionais para atingir seu objetivo, criando, então, procedimentos, que fatalmente serão encarados pela sociedade como 'marginais' e dela receberão pressão negativa, compatível com a intensidade com que ocorram. (CRUZ NETO, 2001, p. 48).

Não podemos ignorar que a forma de organização da nossa sociedade em torno de um sistema econômico baseado na competição entre os indivíduos e de consumo, diminui as opções dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social. É importante considerar que há diferenças qualitativas de motivação entre aquele adolescente de classe média, que faz uso de drogas ilícitas para "curtição", a um adolescente em situação de rua que "cheira cola" para iludir a fome, ou um adolescente que passa a noite inteira trabalhando e colocando sua vida em risco, em um ponto de vendas de drogas.

Privados dos direitos garantidos por lei, os adolescentes tornam-se destituídos de sua identidade social e cidadania. Zaluar (1994) foi uma das primeiras pesquisadoras do tema a sistematizar os efeitos do tráfico de drogas entre os jovens de bairros periféricos do Rio de Janeiro, que resultam em redução da expectativa de vida, seja pela guerra de poder do tráfico seja pela repressão policial, pelo distanciamento e esteriotipização dos jovens culpabilizados. Revelando, também, que a estrutura do narcotráfico possui uma hierarquia, inspirada no modelo de trabalho formal, com divisão de trabalho e com possibilidades de ascensão, tornando-se uma forte atração para os jovens pobres a fim de minimizarem as privações econômicas.

De acordo com a pesquisa realizada por Cruz Neto (2001), o que leva os jovens ao tráfico é a condição sócio–econômica, *status* e poder de sedução, a influência de quem já está

no tráfico e o acesso às drogas. Ali são submetidos a funções hierárquicas, típicas de um plano de carreira. Como já discutido, o autor identifica que o narcotráfico possibilita ao adolescente a satisfação de suas necessidades de consumo e desejos, pois com acesso ao dinheiro, eles têm poder de compra e são tratados como iguais nas lojas do mercado formal, desta forma sentem-se valorizados, encarados como consumidores, pois para o mercado não importa de onde vem o dinheiro.

Em vistas dos argumentos apresentados, não podemos incorrer no risco de determinar a desigualdade social como a única explicação para o recrutamento dos jovens ao tráfico de drogas, pois a associação pobreza-violência-criminalidade leva ao viés de criminalização dos pobres (ZALUAR 2004). E este não é nosso objetivo. Todavia, diante do exposto, concluímos que as adolescentes vítimas da desigualdade social e do descaso do Estado são os que mais pagam o preço do avanço do tráfico de drogas em nosso país, configurando-se como o bode expiatório da sociedade atual.

3.2.3 Políticas de prevenção às drogas e Rede de Proteção Social para adolescentes

O Brasil assumiu, sob influência da ideologia norte-americana de “guerra às drogas”, uma postura proibicionista diante do fenômeno, refletindo na legislação brasileira ao longo de sua história e perpetua-se até hoje com ações repressoras e punitivas. Com significativos avanços no olhar sobre o usuário, porém enquadrando-o no modelo de medicalização em um dispositivo adoecedor que classifica e determina o veneno/fármaco a ser estimulado ou condenado.

Foi em 1976, com a lei 6.368 (BRASIL, 1976) que, pela primeira vez aparece o tema da prevenção ao uso de drogas. Possuindo 47 artigos, ela foi dividida em 5 capítulos, a saber: da prevenção, tratamento e recuperação, crimes e penas, procedimento criminal e disposições gerais. A partir daí, houve algumas mudanças no marco legal sobre drogas. Contudo a legislação permaneceu com uma política de caráter repressivo e proibicionista.

Constatamos ainda, na discussão levantada anteriormente, que as políticas repressivas não diminuíram a incidência de uso de drogas. Cruz Neto (2001) destaca o aspecto ideológico fundamental das políticas públicas voltadas às drogas: a moralidade dos indivíduos e a manutenção da ordem. Entre os estudiosos da área, têm sido cada vez mais consensual que as políticas de repressão ou demonização do uso de drogas se mostram ineficazes, surgindo propostas que caminham cada vez mais para informação e educação, propondo um olhar diverso sobre o tema, e dando voz aos sujeitos de forma a compreenderem o fenômeno a

partir do ponto de vista destes (LABATE, 2008). Neste sentido, tivemos alguns avanços, pelo menos na teoria, com políticas públicas preventivas, que visam a impedir ou a minimizar o problema social da drogadição.

Todavia, partindo da premissa de que o fenômeno de drogas é multidimensional, se faz necessário destacar que, para atingir eficácia nas ações preventivas para adolescentes em situação de vulnerabilidade social é necessária uma rede de proteção social que garanta os seus direitos e desenvolvimento integral, com a construção de uma identidade positiva e uma adaptação ao mundo social. Para isso não bastam apenas políticas voltadas à prevenção e ao tratamento contra drogas, se não houver ações que garantam qualidade de vida e oportunidades iguais. Espera-se das políticas públicas, a contribuição para o desenvolvimento humano e a garantia dos direitos por meio de ações que promovam, por exemplo, prevenção contra às drogas e à criminalidade. Infelizmente, as políticas intituladas de combate às drogas, como o nome já diz, buscam combater as substâncias e não os contextos que levam ao uso, com duvidosa eficácia, conseguindo apenas engendrar um círculo de violências e corrupção sem precedentes (MOTA, 2009).

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas, são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e da mobilização social. Assim, visam ampliar e efetivar direitos de cidadania, também gestados nas lutas sociais e que passam a ser reconhecidos institucionalmente (TEIXEIRA, 2002).

Como vimos em seções anteriores, a política pública brasileira voltada às drogas, atualmente, é comandada pela Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SENAD), que foi criada pela medida provisória n°1669, de 1998 (BRASIL, 1998), e posteriormente transferida para o Ministério da Justiça pelo decreto n° 7.426 de janeiro de 2011 (BRASIL, 2011). A SENAD é responsável, dentre outras coisas, por propor atualizações de políticas, coordenar e articular ações de prevenção. Ela é composta por três diretorias, a saber: DAP (Diretoria de Articulação e Projetos), DGA (Diretoria de Gestão de Ativos) e DPA (Diretoria de Planejamento e Avaliação). As Competências da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas estabelecida pelo Decreto nº 8.668, de 11 de fevereiro de 2016, Anexo I são:

> I - assessorar e assistir o Ministro de Estado quanto às políticas sobre drogas;
> II - articular e coordenar as atividades de prevenção do uso indevido, a

> atenção e a reinserção social de usuários e de dependentes de drogas e as atividades de capacitação e treinamento dos agentes do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas; III - apoiar as ações de cuidado e de tratamento de usuários e dependentes de drogas, em consonância com as políticas do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social; IV - desenvolver e coordenar atividades relativas à definição, à elaboração, ao planejamento, ao acompanhamento, à avaliação e à atualização de planos, programas, procedimentos e políticas públicas sobre drogas; V- gerir o Fundo Nacional Antidrogas e fiscalizar a aplicação dos recursos repassados pelo Fundo aos órgãos e às entidades conveniados; VI - firmar contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres com entes federativos, entidades, instituições e organismos nacionais e propor acordos internacionais, no âmbito de suas competências; VII - indicar bens apreendidos e não alienados em caráter cautelar, a serem colocados sob custódia de autoridade ou de órgão competente para desenvolver ações de redução da demanda e da oferta de drogas, para uso em tais ações ou em apoio a elas; VIII - gerir o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas; IX - desempenhar as atividades de secretaria-executiva do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas - Conad; X - analisar e propor atualização da legislação pertinente a sua área de atuação; XI - executar as ações relativas à Política Nacional sobre Drogas e a programas federais de políticas sobre drogas; e XII - organizar informações, acompanhar fóruns internacionais e promover atividades de cooperação técnica, científica, tecnológica e financeira com outros países e organismos internacionais, mecanismos de integração regional e sub-regional que tratem de políticas sobre drogas. (BRASIL, 2016).

Assim, o cenário de políticas de prevenção parte da ideia de responsabilidades compartilhadas entre diversos segmentos da sociedade brasileira e órgãos governamentais (municipal, estadual e federal) em uma construção de rede social, que visa melhorar as condições de vida e de saúde, de forma a criar estratégias de prevenção, com base em evidências científicas, pautadas pela ética e pelos direitos humanos. As atividades de prevenção às drogas são previstas e devem ser realizada no âmbito da educação, da saúde, da assistência social e da comunidade, por meio da disseminação de informações, formação de educadores e profissionais de saúde, assistência social, segurança pública, conselhos municipais, líderes comunitários e religiosos. Prevendo uma atuação articulada, intersetorial e descentralizada entre o governo federal, estados e municípios, além de contar com a participação da sociedade civil e das universidades. Estão envolvidas nas ações os Ministérios da Justiça, da Saúde, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, junto com a Secretaria dos Direitos Humanos e a Casa Civil da Presidência da República, com criação de comitês gestores estaduais e municipais.

Diante disso, as políticas atuais visam reduzir a demanda de drogas por meio de programas, ações e serviços prestados pela rede social de atenção e cuidado, educação e saúde. Tais ações preventivas constituem-se em estratégias para redução de fatores de vulnerabilidade, fortalecimento dos fatores de proteção, e garantias do desenvolvimento saudável e seguro de crianças e adolescentes.

Sudbrack (2003) defende a ideia de que existem fatores de risco e proteção, e define fatores de risco como circunstâncias sociais e/ou pessoais que a tornam vulneráveis a assumir comportamentos arriscados, como usar drogas. E aponta para fatores de proteção aqueles que contrabalançam as vulnerabilidades, tomando a pessoa com menos chances de assumir esses comportamentos. Todavia, para conhecer os fatores de risco e proteção dos adolescentes pesquisados, se faz necessário conhecer seu contexto, e dos grupos de pertença.

Entendendo por fatores de risco e proteção, a oferta de condições de crescimento e de desenvolvimento, de amparo e de fortalecimento da pessoa em formação. No caso brasileiro, corresponde ao conceito da proteção integral prescrito no ECA (BRASIL, 1990). Dentro da premissa de proteção integral, uma das tarefas de quem atua na atenção aos adolescentes que usam drogas é determinar que fatores podem ser evidenciados pela técnica e pela experiência como relevantes para promover seu crescimento saudável, e evitar que corram riscos de dependências e de acirramento de problemas sociais.

Considerando que trabalhar com o conceito de vulnerabilidades sociais indica uma dialética possível, tanto de fatores negativos, como as dificuldades e a menor capacidade de comunidades, famílias e indivíduos de garantir seus direitos, quanto ao positivo, considerando possibilidades, ou a importância de se identificarem "recursos mobilizáveis nas estratégias das comunidades, famílias e indivíduos" (VIGNOLI, 2001, p. 58). Diante disso, os estudos sobre fatores protetores tendem a não se centrarem aos fatores de risco, mas, sobretudo, a enfatizarem o processo de formação da resiliência, fatores ou processos intrapsíquicos e sociais que possibilitem o desenvolvimento de uma vida sadia, por meio do desenvolvimento de competências que permitam uma pessoa obter sucesso diante da adversidade. Essa perspectiva sugere vislumbrar possibilidades na contribuição do fortalecimento e no desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais em detrimento aos riscos, por meio de ações e programas sociais (ASSIS, 1999).

Porém existem fatores principais de proteção e riscos à drogas que Albertina, Scivoletto e Zemel (2004) elencam em três eixos: individual, familiar e extrafamiliar/ambiental. No eixo individual eles apontam os vínculos positivos com pessoas e instituições, cooperação, habilidades para resolver problemas, autonomia, autoestima

desenvolvida, e habilidades sociais como fatores de proteção ao uso de drogas. E a insegurança, busca de prazer, insatisfação com a vida, curiosidade, e sintomas depressivos como fatores de risco para o comportamento de envolvimento com substâncias psicoativas.

No que tange à esfera familiar, esta representa um suporte e segurança para os sujeitos e vem a ser determinante em sua formação de personalidade. Para os autores supracitados, os pais que acompanham as atividades dos filhos, estabelecendo regras de conduta claras e hierarquia, além de respeito aos ritos familiares, mas com forte envolvimento afetivo, contribui na construção de quadro de proteção para o adolescente, já pais que fazem uso abusivo de drogas ou que sofrem de doenças mentais, negligentes, ou excessivamente autoritários e muito exigentes, favorecem a vulnerabilidade dos adolescentes. (ALBERTINA, SCIVOLETTO E ZEME, 2004)

O mesmo autores também apontam para fatores extrafamiliares que englobam as redes de relação interpessoal, como a escola, igreja, comunidade e outros, que apontam para o bom desempenho escolar, informações adequadas, o cumprimento de leis, a oportunidade de trabalho e lazer, consciência comunitária e mobilização social como fatores protetivos em detrimento a fatores de risco como violência, desvalorização das autoridades sociais, falta de recursos para prevenção e atendimento, descrença nas instituições, e facilidade ao acesso as drogas e outros como fatores que colocam os adolescentes vulneráveis a condição de risco para envolvimento com drogas.

Corroborando a estas ideias, Pinsky (2004) aponta a falta de relações empáticas e de apoio familiar, pressão de grupo, violência doméstica, baixa autoestima relatados como fatores preponderantes de risco. Em contrapartida, atividades que favorecem o desenvolvimento dos componentes cognitivos e morais dos jovens como educação, religiosidade, informação e estrutura familiar são fatores protetivos ao comportamento do uso abusivo de drogas.

Todavia, é equívoco atribuir apenas à família a responsabilidade pelo envolvimento do adolescente com drogas, pois isso isenta o Estado e a sociedade das suas negligências e das violências estruturais que estes submetem os adolescentes. Deste modo, a promoção de práticas de prevenção eficazes se faz por meio da oferta de condições necessárias para estabelecer uma vida saudável e isso requer também uma articulação dos serviços social, educacional e de saúde, em uma visão multidisciplinar e como responsabilidade, sobretudo da sociedade, com igualdade social e de oportunidades.

De acordo com o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas (OBID) (BRASIL, 2010) as intervenções voltadas ao fenômeno das drogas podem ser feitas em três

níveis: prevenção primária, secundária e terciária. Na prevenção primária, o objetivo é evitar que o uso de drogas se instale ou retardar o seu início. A prevenção secundária destina-se a pessoas que já experimentaram drogas ou usam-nas moderadamente e tem como objetivo evitar a evolução para usos mais frequentes e prejudiciais. Isso implica um diagnóstico e o reconhecimento precoce daqueles que estão em risco de evoluir para usos mais prejudiciais. Já a prevenção terciária diz respeito às abordagens necessárias no processo de recuperação e reinserção dos indivíduos que já têm problemas com o uso ou que apresentam dependência.

Por sua vez, no que diz respeito a políticas voltadas para adolescente, as mudanças da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998) e do ECA (BRASIL, 1990) foram responsáveis pela implementação de inúmeras inovações na área de políticas públicas, considerando-os, junto com a criança, como prioridade absoluta, merecedora de proteção integral por parte da família, sociedade e Estado, com a criação de uma rede de atendimento e de políticas voltadas para o cuidado. De acordo com o ECA (BRASIL,1990), a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, assegurando-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar "o desenvolvimento físico, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade" (BRASIL, 1990, art. 3º).

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, ao respeito, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL,1990).

Para tanto, é implementada no país um modelo de integração de políticas públicas para infância e adolescência entre educação, saúde, habitação, assistência social, esporte, cultura, lazer. Tais políticas compõem uma Rede de Proteção Integral, chamado de Sistema de Garantia de Direitos e introduz uma nova gestão de políticas públicas, que passa para os municípios a responsabilidade pela elaboração de políticas integradas e prevê a participação da sociedade na formulação, execução e fiscalização de políticas com a maior participação da sociedade e criação de conselhos.

Assim, é preconizado pelo art. 86 da lei nº 8.069/1990 (BRASIL, 1990) que o "atendimento aos direitos da criança e do adolescente dar-se-á por meio de um conjunto articulado de ações governamentais, não governamentais, da união, estados e municípios". Assim, é prescrita pela resolução n. 113 de abril de 2006 com o Conselho Nacional de Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA), que segue os princípios da

descentralização e participação da sociedade, de forma a garantir os direitos básicos das crianças e adolescentes, e estabelece a municipalização das ações, com a criação de Conselho de Direitos e Tutelares (BRASIL, 2006). Esse sistema está estruturado em três eixos: promoção, defesa e controle da efetivação de direitos. Sua pratica é consolidada pela rede de proteção, que visa à promoção do atendimento integral as necessidades da população infanto-juvenil. Essa noção de rede, traduz a conexão Inter organizacional, que baseia-se no sistema de garantia de direitos da criança e adolescente, no dinamismo do sistema e na conexão entre os diversos atores sociais (AQUINO, 2004, p. 329).

Dessa forma, podemos definir Rede de Proteção Social para crianças e adolescentes como forma de organização baseada na cooperação, na conectividade e na divisão de responsabilidades e competências, de ações conjuntas, compartilhadas, na forma de uma "teia social". É antes de tudo, uma articulação política, uma aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições), não hierárquica, que tem na horizontalidade das decisões, e no exercício do poder, os princípios norteadores mais importantes. A Norma Operacional Básica (NOB) de 2005, do Sistema Único da Assistência Social (SUS), descreve a Rede Socio-assistencial como sendo um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que oferta e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia básica e especial e ainda por níveis de complexidade. E, em 2012, passou por reformulações, com a resolução nº 33, de modo a imprimir um salto qualitativo na sua gestão e na oferta de serviços sócio-assistenciais em todo o território nacional, tendo como base a participação e o controle social por meio do serviço articulado de vários setores da saúde e assistência social (BRASIL, 2012).

Atualmente, a rede sócio-assistencial no Brasil, conta com a proteção social básica, que consiste em programas para a prevenção à vulnerabilidade e ao risco social, através do incentivo das potencialidades dos indivíduos e do fortalecimento dos vínculos familiares. Os participantes da pesquisa não sofreram violação de direitos, mas têm vínculos fragilizados e estão em situação de pobreza ou ausência de pertencimento social. Existe também, a média complexidade, um atendimento voltado a crianças, adolescente, idosos e pessoas com deficiência, cujos direitos foram violados. Por fim, a alta complexidade configura-se quando os usuários tiveram seus direitos violados e os vínculos rompidos. Esses serviços oferecidos variam de acordo a gestão de cada município, podendo ter abrangência local e/ou regional, sendo o primeiro financiado pela União, com serviços básicos, voltados principalmente para abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Os demais serviços, de média e alta complexidade,

dependem de cada gestor municipal da assistência custear, como é o caso dos municípios de gestão plena, que oferecem serviços de proteção social especial de média e alta complexidade, com abrangência regional (BRASIL, 2011).

Todavia, a institucionalização de leis, não necessariamente garante que o Estado cumpra com suas obrigações. Mesmo que o ECA (BRASIL, 1990) preconize a proteção integral, não é esta a realidade que encontramos na pesquisa de campo. Observamos que não há uma universalidade e as ações são limitadas, com um sistema de atendimento que conta com poucos recursos e vagas reduzidas. As leis de descentralização podem ser vistas como avanços para aumentar as chances em alcançar o envolvimento de todos na criação e na implantação de políticas e ações que garantam a proteção integral, mas não podem ser vistas como maior interesse dos poderes públicos, e sim como uma resposta ao contexto social atual, atendendo às exigências neoliberais voltadas para um Estado mínimo, por meio de práticas de seletividade, uma vez que os recursos não são para todos, e descentralização, com a ideia de afastamento do Estado de sua responsabilidade e a transferência desta responsabilidade para os setores privados.

Assim, também, com um olhar crítico sobre as políticas de prevenção sobre drogas, constatamos que, apesar dos investimentos na área, recentes pesquisas mostram um aumento no uso de drogas lícitas e ilícitas pelos adolescentes. Mediante essa discussão, podemos observar que, apesar das atuais políticas em vigência, há muito o que se avançar no que diz respeito a prevenção às drogas na adolescência e envolvimento destes com o narcotráfico. Por meio do que foi apresentado nesta seção, evidenciamos que a fase da adolescência possui características que corroboram para exposição de maiores fatores de riscos, que pode ser fortemente potencializado por um contexto desfavorável de desigualdade social, falta de proteção e garantia de direitos do estado e da sociedade. Sendo assim, de nada adianta tentar dominar o adolescente com leis, regras e imposições moralista de conduta, e em contrapartida nega-lo os direitos e garantias para uma vida digna.

De igual maneira, diante do exposto, podemos afirmar que o conceito de adolescência, assim como drogas, também é uma construção social que reflete as representações sociais, o conhecimento, a interpretação e a memória de um grupo e uma sociedade acerca desta fase da vida, refletindo, também, seus conflitos e inquietações inerentes. Para tanto, é preciso ouvir esse sujeito que sofre com as desigualdades, privações sociais e econômicas, ao mesmo tempo em que é tomado pelos imperativos sociais de consumo. Estão diante da busca de uma identidade social e da resolução de seus conflitos existenciais, expostos ao desamparo social, à falta de apoio e de condições para entrarem na vida adulta. Dar voz a estes sujeitos é uma

tentativa de entender como eles interpretam o mundo ao seu redor e se posicionam diante dos fenômenos sociais.

Doravante, identificar como estes compreendem as drogas, por meio da memória e das representações sociais, é fundamental para promoção de discussões que levem à elaboração de políticas eficazes de prevenção aos danos decorrentes do uso abusivo de drogas e envolvimento com o narcotráfico. Para tanto, é mister dominar os conceitos de representações sociais e de memória coletiva. De modo que a próxima seção será dedicada a conceituar tais teorias, estabelecendo um diálogo entre ambas e correlacionando-as ao nosso objeto de estudos, a saber, drogas e adolescência.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEMÓRIA COLETIVA

As drogas são vistas como um problema social, ou seja, resultante de uma construção que implica a visão de mundo e de valores sociais. Por esta razão, conceituar as representações sociais, tal qual o contexto histórico-cultural que envolve este fenômeno, é fundamental. Para tanto, tomaremos como teoria norteadora deste estudo, a Teoria das Representações Sociais (TRS) que, segundo Moscovici ([2000] 2015) representa a expressão de uma produção dos sujeitos, como estes percebem a realidade com base nas suas relações com os outros e em sistemas de valores, noções e práticas, modificando-o, reconstruindo e reordenando. Ao mesmo tempo em que orienta suas ações, de forma que não sejam apenas uma mera reprodução, mas uma construção entre indivíduos e o social. Por conseguinte, ao fazer emergir os sujeitos e suas representações sociais, esta pesquisa possibilitará, além de dar voz aos participantes, de forma a conhecermos seu universo, que estes façam uma elaboração sobre o fenômeno social a ser discutido.

Uma vez que o pensamento individual tem raízes sociais e os processos sociais se interagem com os individuais, Jovchelovitch (2000) refere-se às representações sociais (RS) como análise de fenômenos produzidos pelas construções particulares da realidade social, ou

seja, quando um adolescente ao participar da pesquisa fala sobre as drogas, ele está expondo um saber construído socialmente, mas também carregado de afeto, porque o saber envolve o desejo de saber ou não saber. Representar, portanto, segundo Jovchelovitch (2000), não é apenas construir um mapa cognitivo, é pensar e sentir, com motivos e intenções, de gente que sustenta uma identidade, sobretudo social.

Assim também, a memória coletiva é construída socialmente, nos grupos de pertencimento, e colabora para a construção da identidade dos sujeitos e da identidade social. Halbwachs ([1950] 1990, p. 144) afirma que:

> Cada um de acordo com seu temperamento particular e as circunstâncias da sua vida, tem uma memória que não é de mais ninguém. Esta não deixa de ser uma parte e um aspecto da memória do grupo, já que de toda impressão e de todo o fato, mesmo que, aparentemente, diga respeito apenas ao indivíduo, só guardamos uma lembrança duradoura à medida que refletimos sobre ela, isto é, quando ligamos a memória aos pensamentos que nos vem do entorno social.

Diante disso, faz-se necessário compreender à luz da Teoria da Memória Coletiva e das Representações Sociais, o que os adolescentes, de um determinado grupo, mais especificamente de condição econômica empobrecida, inseridos em programas sociais, pensam de forma consensual sobre droga. Sem desconsiderar, suas singularidades, uma vez que estes não pertencem apenas a este grupo. Mas identificar as memórias e representações mais recorrentes, que constroem uma identidade particular a este grupo.

Isto posto, os adolescentes, participantes da pesquisa, ao expressar suas ideias, pensamentos e imagens sobre drogas, estarão recorrendo a seus variados níveis de informação e conhecimento prévio sobre o assunto, conceitos convencionalizados pelos grupos de pertença e a suas memórias coletivas. Bem como, sua forma de compreender o mundo, de ajustar-se, comportar-se e resolver problemas. E, sobretudo, de compreender quem é, e sobre qual ponto de vista dos grupos aos quais pertence se identifica. E por esta razão, verificar as representações sociais e as memórias coletivas nos possibilitará conhecer a maneira que os adolescentes enxergam o fenômeno das drogas e a forma que justificam seus posicionamentos.

O estudo da teoria de Memória coletiva e da TRS tem sido de grande interesse nas ciências sociais. Nesta pesquisa, apresentaremos similitudes nestes campos epistemológicos, entendendo que o diálogo destas auxiliam na compreensão do fenômeno social aqui estudado, e suas dimensões psicossociais. Tratam-se de saberes que se complementam e interagem dialeticamente, de forma que as memórias ajudam a ancorar os novos conhecimentos, e as

representações ajudam na construção da memória. Ambas intervêm na sociedade e são influenciadas por ela. Pois ambas delimitam "o papel da linguagem, da cultura, dos grupos e das instituições, fazendo destas operações psicológicas, fenômenos psicossociais" (ALBA, 2014, p. 558).

Em vista disso, esta seção tem por finalidade estabelecer relações e identificar as principais semelhanças entre as perspectivas teóricas apresentadas. Nosso objetivo é construir pontes entre essas teorias, de forma a colaborar com a compreensão do universo da adolescência no que diz respeito ao tema drogas. Para tanto, dividiremos esta seção em três subseções: as duas primeiras tratarão acerca das teorias aqui apresentadas, suas características e principais conceitos, e a última apresentará algumas semelhanças e um possível diálogo que contribuirá para o enriquecimento desta pesquisa.

Acreditamos que a partir da compreensão da teoria da memória coletiva e das representações sociais, bem como de suas relações, que poderemos elucidar o modo como os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, inseridos em programas sociais, compreendem sua realidade e o fenômeno das drogas.

4.1 Teoria das representações sociais: principais conceitos e abordagens

A Teoria da Representação Social (TRS), foi estabelecida pelos limites entre a psicologia e a sociologia. Está relacionado ao estudo das simbologias sociais, ou seja, os modos como os sujeitos interpretam no coletivo sua realidade e os fenômenos que compõe a vida social. Foi desenvolvida inicialmente pelo psicólogo social Serge Moscovici (1928-2014), em 1961, que introduziu o conceito de representação social na obra ***La Psicanalyse: son image et son public*** como resultado de um estudo realizado na França sobre a apropriação da teoria psicanalítica por parte de diferentes grupos sociais. Ele analisou a apropriação e transformação por meio de significantes de um saber científico pelo senso comum. Doravante, observou que os indivíduos influenciados por interações sociais constroem teorias sobre os objetos sociais, tornando familiar aquilo que era não-familiar. Assim, a TRS considerou a importância do conhecimento construído de forma consensual, não apenas sobre teorias científicas, mas também sobre grandes eixos culturais, das ideologias, das experiências e comunicações (VALA, 2006).

O conceito de representação social possui, segundo Wagner (1998), múltiplas facetas, por um lado como processo social de comunicação e discurso, e por outro, como estrutura de

conhecimento individualmente acessível, embora compartilhada. De forma que a TRS pode ser compreendida em uma visão que o autor chama de distributiva, como um conteúdo mental estruturado – cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social que toma a forma de imagem compartilhada no grupo. Ou, em uma perspectiva coletiva, como um processo público de criação, elaboração, difusão e mudança do conhecimento compartilhado sobre um objeto social (WAGNER, 1998).

A representação social exprime a relação de sujeito com o objeto social, envolvendo construção e simbolização. Um produto de confronto da atividade mental de um sujeito e das relações complexas que mantêm com o objeto, pelo qual as representações deste serão um guia de ação e justificativa de comportamento. Essa relação não é desinteressada, mas é o resultado de um posicionamento de um sujeito ativo, inserido em um contexto social. Sujeito este que se constitui mediante suas relações com o outros, e é afetado pelas influências dos grupos de pertença e das representações que se constroem neles. A TRS, portanto, não se atém apenas às questões individuais, mas contempla os diferentes campos constitutivos da realidade: cognição, ideologia, social, socioeconômico, material e tecnológico (ABRIC, [1998]2001).

Assim sendo, a representação social é resultado de um processo coletivo, "produto de interação e dos fenômenos de comunicação no interior de um grupo social, refletindo a situação deste grupo, seu projetos, problemas e estratégias e sua relação com outros grupos" (VALA, 2006, p. 461). Mas os indivíduos não se limitam a receber e processar informações, são construtores de significados e sobre eles teorizam a realidade. Trata-se de uma dialética entre os determinantes sociais e as singularidades dos sujeitos. Uma teoria que busca compreender como se constrói um mundo de significantes, por meio do geral e do específico, do particular para o social. Se propondo a uma "análise dos processos pelos quais os indivíduos em interação social constroem teorias sobre objetos sociais" (VALA, 2006, p. 457-58).

Por conseguinte, as representações sociais são, de acordo com Jodelet (2001, p. 22) produto e processos de uma atividade de apropriação da realidade ao pensamento, e a elaboração psicológica e social desta realidade, e seu estudo contribui para uma abordagem mental, individual e coletiva. Além disso, a TRS tem caráter funcional, um "saber prático". Como afirma a mesma autora:

> [...] é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, como um objetivo prático e contribuindo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso

> comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico [...]. Um sistema de interpretação que rege nossa relação com o mundo e com os outros, e orienta e organiza condutas e comunicações sociais. E da mesma forma intervém em processos variados, tais como a difusão e assimilação de conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição de identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais. (JODELET, 2001, p. 22).

Ou seja, um trabalho social, realizado por meio do discurso. Trata-se de um sistema de pensamento e compreensão, de ordem simbólica, que se baseia em visões consensuais do grupo e influenciam comportamento. Portanto, as representações desempenham diferentes tipos de função, algumas cognitivas – ancorando significados, estabilizando ou desestabilizando situações evocadas – e funções sociais, mantendo e criando identidades e equilíbrios coletivos (MOSCOVICI, [2000] 2015). Assim, inspirado pelo pensamento de Durkheim (1858-1917), do qual trataremos logo adiante, Moscovici introduz a perspectiva social à psicologia, até então atribuída à subjetividade e à individualidade, afirmando a impossibilidade de manter qualquer distinção clara entre o individual e o coletivo, pois os fenômenos sociais são construídos dentro de uma relação interna e externa (esquemas cognitivos, de atitude e posicionamentos, dentro de modelos culturais e normas). Diante disso, entendemos que a cognição organiza o social desde que este a governe, e que o simbólico module as ações humanas sob a forma mais elevada que é a linguagem:

> As representações sociais são sempre complexas e necessariamente inscritas dentro de um referencial de um pensamento preexistente; sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência. Elas são, sobretudo, o objeto de um permanente trabalho social, no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode ser sempre reincorporado dentro dos modelos explicativos e justificativos que são familiares e, consequentemente, aceitáveis. (MOSCOVICI, [2000] 2015, p. 219).

Assim, as representações sociais podem ser entendidas como uma construção social de teorias sobre a realidade para explicar o mundo. Portanto, a percepção da realidade baseia-se no que estamos condicionados pelo grupo, pois os sujeitos são cercados por palavras, ideias e imagens. Assim, o indivíduo, por meio de sistemas de prescrições, inibições, tolerâncias ou preconceito, produz suas representações. Inscritas no referencial de pensamento preexistente, simbolizadas pela linguagem social e filtradas pelo discurso dos outros, da coletividade que pertencemos, construindo, de um lado um sistema de pensamento e compreensão e de outro adotando visões consensuais de ação que lhes permitem manter um vínculo social.

Para maior compreensão, Moscovici [2000] 2015) descreve em nossa cultura a existência de um o universo reificado e o universo consensual. No primeiro, a sociedade é transformada em um sistema verdades, de conceitos sólidos, invariáveis, indiferente às individualidades, sem possuir identidades, que o autor supracitado exemplifica com o uso social dos pronomes “nós” referindo a grupos de pertença, e “eles” como grupos dos quais não fazemos parte. Segundo o autor, essa necessidade de nos vermos em termo de “nós” e “eles”; de opor “nós” a “eles” e da impotência de ligar um ao outro, essa ausência de identidade, é a raiz da angústia do homem moderno.

É na ciência que temos o meio de compreensão deste universo reificado. Assim, o sistema social por meio das várias ciências vê somente objetos isolados, impondo sua autoridade de pensamento na experiência de cada indivíduo. A sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cuja participação dos membros se dá por meio da competência adquirida, como seu trabalho e a contribuição social. Segundo Moscovici ([2000] 2015) esses sistemas de regras estabelecem mapas de forças, dos objetos e acontecimentos que são independentes dos nossos desejos e fora de nossa consciência, aos quais nós devemos reagir de modo imparcial e submisso, enaltecendo precisão e empirismo. Diante deste sistema no qual estamos mergulhados, desenvolvemos as compulsões, como uso de drogas. De acordo o autor supracitado, essas compulsões são resultantes do sentimento de não podemos transformar a realidade conforme nossa vontade, é uma resposta a um sentimento de prisão ao um acordo social, superior à vontade pessoal que nos obriga a um comportamento e uma forma linguística adequados para todas as circunstâncias, e uma informação apropriada para um contexto determinado.

Já o universo consensual vê a sociedade como uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana, sendo a medida de todas as coisas. As pessoas são vistas como iguais e livres, podendo falar em nome do grupo, e por meio do discurso, criam uma base comum de significância, de ambiguidades e convenções. É deste universo que a TRS irá tratar, pois as representações resultam da consciência coletiva, explicando os objetos e acontecimento dentro da realidade prática e carregadas de significados para os indivíduos. Trata-se de um do conhecimento informal, amador, resultado da arte da conversação, discursos, que formam bases comuns de significâncias, conforme sua recorrência, cheia de ambiguidades e convenções, que autoriza as pessoas a compartilharem ideias e imagens. Pensando em voz alta, satisfazendo a necessidade de comunicação coletiva e consolidando o grupo e seus conhecimentos (MOSCOVICI ([2000] 2015).

Em vista destes argumentos, a TRS estuda os saberes que não estão limitados às ciências, mas são construídos por meio das interações sociais. Trata-se, portanto de um conhecimento do senso comum. Wagner (1998) vê a representação social como conhecimento científico vulgarizado, que cumpre as declarativas e instrumental delimitando objetos e fixando sentidos, descreve e demonstra o fenômeno; e exploratórias – fornecendo compreensão e instrumental. Integrada em sistemas morais preexistentes, a ciência serve a função justificatória as ideologias. Todavia, as coisas que habitam no mundo social criam vida, por meio de imaginação cultural, dando realidade as coisas que habitam no mundo social, como adolescência, loucura, doenças e outros.

Vimos que as representações sociais são uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, de forma psicossocial, convencionalizando objetos, pessoas e acontecimentos, categorizando-os por meio de dois processos propostos por Moscovici ([2000] 2015): ancoragem e objetivação.

A ancoragem é um mecanismo que transforma não familiar em familiar, inserindo-o em um sistema de pensamento já existente, comparando-o e enquadrando-o com aquilo que julgamos mais apropriado, estabelecendo uma rede de significações. Implica, portanto em atribuir sentido, instrumentalizar o saber, e enraizar o sistema de pensamento. Um mecanismo que tenta "ancorar" ideias estranhas e perturbadoras em categorias e imagens comuns, familiares, classificando-os e nomeando. Essa categorização nada mais é do que escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação, comparando com protótipos e atribuindo juízos de valores, particularizando ou generalizando. Um exemplo poderia ser solicitar a alguém para falar sobre algo novo, como o sabor e os efeitos de uma nova droga ilícita, até então desconhecida a ele. Para expressar uma definição ou ideia, o indivíduo precisará ancorar às ideias já conhecidas de outras substâncias, associando-a a categorias e classificando-a diante do que ela entende sobre drogas ilícitas (impressões, experiências passadas, memórias coletivas, informação, ideias consensuais etc.), e fazendo inferências conforme valores dos seus grupos de pertença (MOSCOVICI, [2000] 2015).

Para fazer tal classificação, é necessário dar nome a alguma coisa. Para tanto, tiramos algo da esfera do estranhamento, e os enquadramos dentro dos modelos socialmente aceitos. Para Moscovici ([2000] 2015), é impossível classificar sem nomear, caso contrário o objeto não pode tornar-se uma imagem comunicável que se liga a outras imagens, permanece confuso, incerto, incômodo e inacessível. A classificação e nomeação não acontecem apenas para rotular objetos e pessoas, mas para facilitar interpretação e compreensão e formar uma opinião. Ao ser nomeada a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquiri características, torna-se

distintas dos demais e torna-se o objeto de uma convenção. E assim é dada uma identidade social, um sentido no mundo consensual.

Outro processo, descrito pelo autor, é o da objetivação, que une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, transfere o que está na mente em algo que existe no mundo físico, do abstrato para o concreto. Consiste em descobrir a qualidade e reproduzir um conceito em uma imagem ou núcleo figurativo, em uma tendência a personificação de objetos, sentimentos e ideias transformando em imagens, possibilitado pela linguagem. Implica em três movimentos: a seleção e a descontextualização; a formação de um núcleo figurativo; e a naturalização dos elementos. Portanto, são os significados que tentamos dar às informações que recebemos por meio da interação humana e que pressupõem as representações sociais (MOSCOVICI [2000] 2015).

Seguindo a teoria desenvolvida por Moscovici, basicamente, a TRS tem seus desdobramentos em três abordagens: cultural ou processual (liderada por Denise Jodelet), societal (Willem Doise) e estrutural (Jean-Claude Abric).

A primeira abordagem, fomentada por Denise Jodelet, compreende as Representações Sociais (RS) como "uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum ao conjunto social" (JODELET, 2001, p. 220), tendo como objeto a relação de simbolização e interpretação, que envolve processos cognitivos, psicológicos e sociais da realidade. No caso do presente estudo, podemos inferir que que as RS guiam o modo dos sujeitos de nomear os fenômenos sociais como drogas, por exemplo, assim como a forma se posicionar diante de sua realidade.

Ainda segundo a autora supracitada, um estudo em RS deve abarcar os discursos dos grupos que criam representação social de um dado objeto; os comportamentos e práticas sociais que se expressam por meio delas; o exame dos documentos e registros que institucionalizam os discursos e práticas do grupo; e as interpretações a eles dados pelos meios de comunicação, os quais influenciam na manutenção destas. A autora destaca três particularidades marcantes da TRS: a vitalidade, a transversalidade e a complexidade, que faz com que a mesma tenha conquistado espaço no campo das ciências sociais e da psicologia social, integrando elementos sociais, mentais, afetivos, pensamento, linguagem e comunicação. As RS segundo a autora, também possuem cinco características fundamentais: é sempre representação de alguma coisa (objeto) ou de alguém (sujeito); tem um caráter imagético relacionado a simbolização e interpretação; é uma forma de saber; serve para agir

sobre o mundo e o outro; trata-se de um ponto de vista psicológico, social, cultural e até ideológico dos sujeitos e da coletividade (JODELET, 2001).

A segunda abordagem é denominada de societal, segundo Almeida (2009), foi fundada na Escola de Genebra, liderada por Willem Doise, que propôs a articulação de explicações de ordem individual e societal, de modo a evidenciar que os processos subjacentes ao funcionamento dos indivíduos em sociedade são orientados por dinâmicas sociais de diferentes ordens (interacionais, posicionais e/ou crenças e valores) (ALMEIDA, 2009). Essa abordagem propõe investigações que visem à integração de distintos níveis de análise no estudo dos fenômenos e das representações sociais. As representações sociais são tomadas como princípios geradores de variações de tomada de posições dos indivíduos, ligados a interseções dentro de um grupo de relações sociais e organizam os processos simbólicos que inervem nas relações, são pontos de referências para discussão e elaboração do pensamento sobre um dado objeto social compartilhado. Portanto, estudar representação social é estudar as regulações de metassistemas cognitivos de ordem social no sistema cognitivo individual, ou seja, um mesmo indivíduo pode referir-se metassistemas diferentes de acordo com as situações.

A terceira abordagem, na qual nos apoiaremos para nortear as análises desta pesquisa, trata-se da abordagem estrutural de Jean Claude Abric (1941-2012). Assim, como Moscovici abandona a distinção clássica entre sujeito e objeto, assumindo uma visão global dos sujeitos, cognitivo e social e considera que a representação é um produto e processos de uma atividade mental pela qual o indivíduo e um grupo constituem a realidade que enfrentam e lhe atribuem significação especifica. Para ele a primeira função de uma representação social é construção de um saber comum, depois de orientação de condutas e comportamentos, assim como construir e reforçar a identidade, e por fim, possui função de justificar os comportamentos e tomadas de posição. Assim, as representações sociais funcionam como:

> […] *un sistema de interpretación de la realidad que rige las relaciones de los indivíduos com su entorno físico y social, ya que determinará sus comportamientos o sus prácticas. Es una guía para la acción, orienta las acciones y las relaciones sociales. Es un sistema de pre-decodificación de la realidad puesto que determina un conjunto de anticipaciones y expectativas.* (ABRIC, 2001, p. 13).

Para Abric (2001), toda representação está organizada ao redor de um núcleo central (NC), sendo, portanto, composta por um duplo sistema, o central e o periférico. O primeiro desempenha um papel mais estável e duradouro nas representações sociais, o segundo, mais

flexível pode modificar-se mais facilmente, e tem por função proteger o núcleo central. Uma das principais referências para orientar os indivíduos, o NC é determinado de um lado pela natureza do objeto representado e pelas relações que o grupo mantem com o objeto, valores, normas, ideologias. Possui duas funções básicas: geradora, para que os elementos adquiram sentido de representação; e unificadora, que integra e estabiliza a representação.

O NC será o elemento que mais resistirá a mudanças, caso contrário ocorrerá uma transformação completa na representação social. Com dimensão quantitativa e qualitativa, o NC possibilita estudos comparativos de representações sociais, bem como sua natureza, a significação dos outros elementos, e consequentemente seu caráter tem mais peso significativo do que os demais elementos. Segundo a natureza do objeto a finalidade da situação o NC poderá ter duas dimensões distintas, a funcional, em situações com finalidade operatórias; e a normativa, em todas as situações que intervém diretamente nas dimensões socioafetivas, sociais e ideológicas (ABRIC, 2001).

O segundo sistema, composto pelos elementos periféricos, que se orienta ao redor do núcleo central, desempenham também papel essencial nas representações sociais, funcionando como mediadores entre o núcleo central e a situação concreta. São maleáveis, pois adaptam-se às mudanças do contexto social, e também permitem a contradição que protege o núcleo central. São as variações conceituais que afirmam o núcleo central. As principais funções dos elementos periféricos nas representações, segundo Abric (2001), é a função de concretização, como ancora da realidade, revertendo em termos concretos e transmissíveis, integrando elementos da situação em que a representação se produz; função de regulação, adaptando as representações as evoluções do contexto; função de defesa da representação, sofrendo as primeiras contradições, adaptações, novas interpretações e mudanças antes de atingir ao NC; e por fim possui caráter de justificação de comportamento e tomadas de decisão dos indivíduos e grupos.

Considerando a representação social, na perspectiva de Abric (2001), como uma construção sociocognitiva, que pressupõem um sujeito ativo e um sujeito social, regidas pelas suas próprias regras, e que determina comportamento e práticas, nessa pesquisa buscaremos identificar o núcleo central e sistema periférico por meio da aplicação de um teste de associação de livres palavras, que identificará esses elementos. Uma vez que nos interessa saber o porquê de, apesar das informações e das atuais políticas públicas de prevenção, o consumo de drogas entre adolescentes continua aumentando no Brasil, segundo pesquisa de IBGE (2016), como supracitado, é necessário então conhecer quais suas representações sociais acerca do fenômeno.

Abric (2005) também considera que as representações não são expressas tão facilmente e, em alguns casos de temas tabus, como é o caso das drogas, observa-se a presença do que ele chamará de “zona muda das representações sociais”, que é a discrepância do discurso com a prática, que pode ser explicitada e verbalizada ou não. Algo que está no consciente, mas não pode ser expresso, pois são considerados contra-normativos diante do contexto. Por isso, para fazer emergir a zona muda, deve-se diminuir a pressão normativa sobre os sujeitos.

Assim sendo, esta pesquisa debruçará sobre os sistemas de pensamentos simbólicos construídos socialmente por sujeitos ativos sobre o objeto drogas. Essas construções e reconstruções se dão a partir de informações que eles recebem sobre o objeto e do objeto, essas informações estão na memória coletiva. Ao solicitar que os adolescentes manifestem suas imagens, ideias e conceitos sobre o tema indutor “drogas”, estes terão que fazer emergir não apenas suas representações sociais como também suas memórias sobre este tema. Conforme considerado, anteriormente, para Moscovici ([2000] 2015), os processos que desencadeiam as representações sociais (ancoragem e objetivação) são maneiras de lidar com a memória, tirando e colocando nomes e ideias para tornar familiar, objetos e pessoas.

Desta forma, considerando que uma maneira de interpretar e pensar a realidade cotidiana, ao identificarmos as representações sociais sobre drogas de determinados grupos de adolescentes podemos compreender o que eles têm de conhecimento sobre o tema de forma consensual, mas também sua maneira de explicar tal fenômeno e justificar suas tomadas de posição. Não se trata aqui de uma tentativa de reproduzir o real ou ideal, nem apenas a subjetividades dos participantes da pesquisa, ou extrair a objetividade das respostas. Mas, sobretudo analisar o processo pelo qual se estabelece a relação destes sujeitos no mundo por meio da interação social e das memórias coletivas que convencionalizam os fenômenos sociais como as drogas. Segundo Moscovici ([2000] 2015, p 37):

> Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação da memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente.

Logo, ao obtermos acesso as representações sociais dos sujeitos, consequentemente, também acessaremos a memória coletiva do grupo, pois aquelas se constroem por meio de pensamentos pré-existentes e ideias, mas também de experiências passadas (ALBA, 2014). Por outro lado, a prescrição de tradições e memórias interferem na percepção, pensamento,

imaginação e na convencionalização da realidade que culmina na formação de representações sociais. À vista disso, compreender como se dão os processos de construção de memórias coletivas será de grande enriquecimento para esta pesquisa, e essencial para identificarmos a o que os adolescentes participantes da pesquisa pensam sobre a realidade das drogas.

4.2 Memória coletiva

O estudo da memória há tempos desperta interesses de vários saberes, seu conceito nasce na antiguidade clássica, com os filósofos Platão e Aristóteles, centrados no tema *Eikon*, tratando da problemática imagem na lembrança, pelo qual o primeiro discute memória como representação presente de algo ausente, e o segundo defende a ideia de representação de algo anteriormente percebida, adquirida ou aprendida (RICOEUR, 2007). Também a psicologia se interessou nos estudos da memória e no final do século XIX por meio do psicólogo alemão Hermann Ebbinghaus (1850-1909), que iniciou os primeiros estudos experimentais sobre a memória, no aprendizado de sílabas sem sentido, para avaliar a capacidade e o tempo de armazenamento da informação, bem como a facilidade de recuperação do material armazenado. Este estudo atribuía ao cérebro a função de armazenar informações, que vem à tona por um de processo mecânico (SANTOS, 2003).

A partir daí, destaca-se como estudioso da memória o filósofo Bergson (1859-1941), que contrariando a visão mecânica da memória, apresenta o modo como acessamos as lembranças com a concepção da passagem de uma memória pura para uma lembrança imagem, pelo qual a lembrança passa de um estado virtual (do espírito) para o estado atual (BERGSON, 1999). Admitindo uma memória espontânea, meio de subjetividade humana, ligado ao espírito, e uma memória prática, apreendida, a memória hábito.

Outros nomes surgiram ao longo da história que se debruçaram pelo estudo da memória. Freud foi um destes estudiosos de memória, sendo este tema de grande valor a sua teoria, pois na percepção freudiana do aparelho psíquico, tem-se como pressuposto central a crença no papel organizador da memória, do qual integra a topologia do mecanismo psíquico. No texto "**Nota sobre o Bloco Mágico**", Freud ([1925]1996) usa a analogia do bloco de cera, pelo qual ao se retirar o papel com inscrições, as marcas ficam sutilmente no bloco, para explicar o funcionamento da memória. Para ele, o objetivo do tratamento na clínica psicanalítica é sobretudo preencher as lacunas da memória por meio das relações entre as lembranças e os esquecimentos, focando sobretudo os esquecimentos, nas obras de 1898 e 1899 e principalmente, em 1914, no texto intitulado **Recordar, repetir e elaborar**,

evidenciando ainda mais seus componentes inconscientes da memória, e a importância da rememoração em detrimento à repetição do ato, que produz sintoma, e é resultante de resistência e do recalque dos sujeitos sobre sua memória.

Porém, a teoria freudiana encerra-se dentro de uma perspectiva mais individual, embora alguns autores como Gondar (2008) defendam a ideia da teoria freudiana perpassada por uma memória social. E que a memória, na perspectiva freudiana, assim como o inconsciente, é múltipla, e constrói-se de forma relacional, recebendo, portanto, influência direta da alteridade. Freud ([1921] 1996), na organização do conceito da memória ao longo de sua obra, e enquanto pensador dos fenômenos culturais e sociais, evidencia em seu texto **Psicologia dos grupos e análise do ego** que todas as relações que se constituem como temas da pesquisa psicanalítica podem reivindicar serem consideradas como fenômenos sociais e que sua completude é retirada da influência de outras pessoas.

Mas, foi de fato, o psicólogo inglês Frederic C. Bartlett (1886-1969) que inaugurou o conceito memória social, estabelecendo as bases teóricas que rejeitam a ideia de uma memória apenas individual, e concebeu como construção social. Bartlett, psicólogo social fortemente influenciado pela escola inglesa de antropologia, em sua obra ***Remembering: a study in experimental and social psychology***, trabalhou no estudo do funcionamento individual da memória humana introduzindo a noção de esquema. Ele critica Ebbinghaus (1850-1909) e afirma que não se pode pensar em uma memória puramente mecânica, e em percepção sem significado (SANTOS, 2003). Bartlett ([1932] 2012) acreditava que não existiriam memórias específicas guardadas na mente ou no cérebro, mas apenas traços deixados pela experiência (esquemas) que se transformariam toda vez que fossem ativados para atender à demanda do presente, dando um sentimento de continuidade. Para ele, a memória é evocada conforme o significado que tem para o indivíduo e seu grupo.

Ele considerava que recordar é reconstruir o passado no presente, por meio de influências particulares, psicológicas e sociais. Para Bartlett ([1932] 2012), os indivíduos têm razões e intenções com significados próprios no processo de construção de suas memórias. Ele defendia que a memória que existe é a memória “no” grupo e não “do” grupo (SANTOS, 2003). Tanto os hábitos sociais e as interpretações pessoais desempenham função de influência, e a cultura desempenha papel fundamental na maior ou menor probabilidade de fixação de conteúdo. Ele acreditava que a recordação dos sujeitos é afetada por transformações inconscientes, em função de interesses e sentimentos (individuais ou comuns), que se caracteriza por atitude afetiva. Enquanto o conteúdo da recordação é conforme os interesses coletivos, o modo de recordação é visto como uma questão de temperamento e

caráter, dando um enfoque ao predominantemente interno. Para ele a memória é um processo adaptativo e voltado para busca de sentido (BARTLETT, [1932] 2012).

A principal contribuição de Bartlett ([1932] 2012) ao estudo da memória foi a introdução da noção do processo de convencionalização social na atividade mnemônica humana, processos pelo qual um sistema cultural ou um de seus elementos é transformado quando ele é transferido de um grupo para o outro, até tomar uma forma distinta, estável e aceita pelo grupo, de modo que a lembrança vai se adaptando às convenções do grupo que as constitui, construindo memória carregada de significados (FRENTRESS; WICKHAM, 1992; SANTOS, 2003).

Ainda segundo Santos (2003), Bartlett ([1932] 2012) relaciona três processos básicos ao processo de convencionalização social: a) Assimilação social, que se refere aos processos pelos quais os diferentes aspectos ou detalhes do material transmitido são diretamente adotados se já corresponde a um patrimônio do grupo; b) Simplificação e elaboração, processo no qual os detalhes que se separam da forma central da representação do objeto – e que não são mais importantes por sua significação – são excluídos ou consideravelmente simplificados; c) Construção social, último processo, pelo qual o material não só é assimilado como novo elemento cultural, mas também torna-se elemento constitutivo do esquema social do grupo, no qual adquire uma nova forma que lhe permite integrar novos elementos.

Mas foi o sociólogo francês Halbwachs (1877-1945) que firmou da Teoria da Memória Coletiva, pela qual iremos nortear nossos estudos. Influenciado pelas ideias durkheimianas[20] que priorizam os aspectos sociais dos indivíduos, inaugura um olhar sobre a memória na perspectiva de fato social. Ele afirma que os indivíduos lembram dentro de um grupo social, e por meio de referências determinadas pela sociedade, como a linguagem, utilizando imagens do passado, convenções sociais, e das referências dos outros para recordar, e por meio da interação e dos quadros sociais: família, religião, classe etc. Assim, os seres humanos e suas memórias se constituem, como um eco da estrutura social da qual estão inseridos (HALBWACHS, [1950] 1990).

A memória individual, para o autor supracitado, está compreendida dentro de uma memória mais ampla, que o autor chama de memória coletiva. As lembranças não são isoladas do mundo social e suas representações apoiam-se nas dos outros, nos pensamentos, em ideias, em valores, em escolhas, em posicionamento. Ao fazer parte de um grupo e

20 Durkheim ([1924] 1970) apresenta o conceito de representação coletiva, que traduz como a sociedade representa a si e o mundo, como o grupo pensam nas suas relações com os objetos que o afetam. De forma que sua maneira de pensar, sentir e agir de um indivíduo está subordinado a sociedade, suas estruturas e instituições.

compartilhar ideias e significados, o homem é capaz de identificar-se e confundir seu passado com o do grupo, adquirindo seu habito de pensar, assumindo o mesmo enfoque e usando as noções ou representações que são comuns. Portanto não há memória individual sem a memória coletiva. “A memória coletiva envolve memórias individuais, mas não se confundem com elas, evolui segundo suas leis” (HALBWACHS, [1950] 1990, p. 53).

Nos escritos da obra póstuma **Memória Coletiva,** de 1950, o autor mostra que um indivíduo não consegue lembrar de tudo que viveu, há lembranças que ficam mais fortemente fixadas que as outras, ou acontece fatos que contribuem para uma maior fixação na atenção, mas à medida que os indivíduos relacionam-se com novos grupos ou tem acesso a novas informações, as lembranças se renovam e se completam. As lacunas da memória podem ser preenchidas por imaginação e narrativa de outros, e representação histórica.

Assim, para falar da memória que surge do interior, seria necessário excluir tudo que é externo ao homem. O que não seria possível uma vez que o homem se constitui enquanto tal no convívio com o outro. Portanto, memória é uma construção social, fruto de relações, acumulando e renovando lembranças em uma constante duração e vir a ser. Logo, não há uma memória pura, uma vez que o homem pensa e interpreta o mundo pelos códigos sociais. Trata-se, segundo Halbwachs ([1950] 1990), de uma construção de memória, que não restitui a realidade do passado, mas toma como apoio para atender à necessidade do presente. As impressões mais afetivas tendem a se manifestar em imagens e representações coletivas. Para autor, tudo que se lembra vem do exterior, são influências sociais que se recebe do meio.

> Cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e este ponto de vista muda conforme o lugar que ali ocupo, e este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influencias que são, todas, de natureza social [...] nossas lembranças mais pessoais resultam da fusão de tantos elementos diversos e separados. (HALBWACHS, [1950] 1990, p. 51).

É importante ressaltar que um grupo existe não pela presença material de seus membros, mas pela ideia, sentido e importância que seus membros dão aos fatos e fenômenos, e que reconstrói imagens. A permanência do tempo social é relativa, pois o pensamento não é ilimitado, conforme o grupo muda a percepção de tempo pode passar por transformações, e assim tem-se tempos distintos vivendo em grupos comuns, pois os interesses variam, como nos grupos geracionais (criança, adolescente e idosos). Assim também, um indivíduo é

membro de vários grupos e partilha de vários pensamentos sociais e em vários tempos coletivos.

É por meio de significados que o homem em conjunto enxerga seu meio externo, em uma identificação, ancorando suas memórias nos significados coletivos. Assim, o grupo recebe a marca do lugar e age no espaço, e os membros do grupo podem resistir aos afetamentos do lugar ou modificá-los. Assim sendo, os grupos são ligados a lugares e compõem as relações sociais. Logo, para Halbwachs ([1950] 1990), não há memória que não se desenvolva em um quadro social, que influencia nas percepções sobre fatos e experiências humanas, sujeitas a mudanças por meio de posicionamentos destes em seus grupos de pertença, grupos estes que estabelece significados pelos quais o mundo e os fenômenos serão interpretados, e guardados na memória.

Fentress e Wickham (1992) também comungam da ideia de Halbwachs ([1950] 1990) da origem social das recordações pessoais, de que os grupos sociais constroem suas próprias imagens mediante a influência dos grupos e da comunicação. Mas eles tecem uma crítica ao autor quando este, ao sujeitar a memória individual a construção social, enfatiza excessivamente a natureza coletiva da consciência social. E segundo os autores, concebe um relativo desprezo as questões do relacionamento entre consciência individual e das coletividades que esses indivíduos efetivamente construíram, concebendo os indivíduos como uma espécie de autómato, passivamente obediente a uma vontade coletiva (FENTRESS; WICKHAM, 1992). Para evitar um posicionamento determinista quanto à coletividade, estes autores sugerem a designação de memória social.

Todas essas perspectivas de memórias sociais poderiam ser relevantes para o nosso trabalho, seja estabelecendo uma relação de poder das instituições sobre os adolescentes e suas memórias, seja por suas resistências a estes modelos determinantes na estrutura social pelos instrumentos de poder, ou seja, em uma visão de dimensão mais simbólica, que produz sistemas de representação do passado por meio de quadros de significados do presente e da cultura. Mas a título metodológico iremos nos ater a teoria da memória coletiva.

Para Sá (2007), a memória social é composta com várias instâncias, sendo que uma não exclui a outra, e a memória coletiva faz parte da memória social. Além desta, existem outras concepções de memória social, a saber: Memória Pessoal; Memórias comuns; Memórias históricas documentais; memórias históricas orais; Memórias Práticas; e Memória públicas. Desta forma, o autor afirma que a memória é complexa e multifacetada, com princípios unificadores, uma vez que a manifestação de uma não exclui a outra. Sendo todas

constituídas por uma construção de experiências passadas em função da realidade presente e com apoio e recursos proporcionados pela sociedade e cultura (SÁ, 2007).

Perante o que já afirmamos, esse trabalho tem como alvo focar nas teorias desenvolvidas por Halbwachs ([1950] 1990), uma vez que acreditamos que esta são as perspectivas de memória que mais se aproximam com a teoria das representações sociais de Moscovici ([2000] 2015), possibilitando um diálogo fecundo que contribuirá para a compreensão do nosso objeto de estudo.

O importante aqui é destacar que, segundo Sá (2007), memória e pensamentos sociais estão intrinsecamente associados, o que se lembra do passado está associado com aquilo que se sabe sobre ele. Assim, a memória na noção halbwachiana ([1950] 1990) é construída por meio de "quadros sociais", pelos quais essa remete a um grupo; ou seja, o indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo na sociedade. Consideramos a memória como forma de conhecimento que contribui para a formação de representações sociais, por meio do processo de ancoragem de experiências novas em conhecimentos preexistentes.

4.3 Diálogo entre memória coletiva e representações sociais

Em virtude do que foi apresentado, iremos aqui concentrar nossos olhares sobre as similitudes entre a TRS e Memória Coletiva , uma vez que ambas possui um caráter psicossocial, que considera tanto a perspectiva social como as singularidades, admitindo a existência de um sujeito ativo e de interesses pessoais, que influenciam diretamente no processo de construção de suas memórias e das representações que tem do fenômenos sociais, seja por significados e interpretações pessoais influenciados pela cultura, seja por posicionamento conforme os grupos de pertença.

Na perspectiva de Sá (2005), tanto Halbwachs ([1950] 1990) quanto Moscovici ([2000] 2015), admitem que conhecimento e memória estão intrinsecamente associados. Portanto, a articulação destas teorias é de inegável contribuição para as Ciências Sociais e para a Psicologia, por isso nos interessa identificar os denominadores comuns entre essas teorias. Obviamente, elas possuem divergências, mas o nosso objetivo aqui é somente pontuar as características que se correlacionam, de forma que possamos identificar o papel da memória na construção das representações sociais e vice-versa.

Um ponto comum central entre as teorias das Representações Sociais e a Memória Coletiva é a importância que elas atribuem aos fatores sociais na construção e no funcionamento do pensamento e da memória em sociedade (ALBA 2014). Sabemos, pelo que já foi exposto, que ambas partem de quadros de referência ligados ao passado, ancorados no presente, e ambas são construídas sob símbolos, palavras, e imagens, de forma coletiva como resultado das interações sociais, produzindo interpretações da realidade e do mundo. A memória se alimenta de lembranças do passado atendendo a uma demanda presente e a representação social se constrói por meio de elementos da memória, e de forma dialética estes saberes se complementam (ALBA, 2014).

> Nossas representações, pois, tornam o não familiar em algo familiar. O que é maneira diferente de dizer que elas dependem da memória. A solidez da memória impede de sofrer modificações súbitas, de um lado e de outro, fornece-lhe certa dose de independência dos acontecimentos atuais – exatamente como uma riqueza acumulada nos protege de uma situação de penúria [...]. É dessa soma de experiências e memórias comuns que que nós extraímos as imagens, linguagens e gestos necessários para superar o não familiar. (MOSCOVICI, [2000] 2015, p. 78).

Também observamos, como ponto unificador das teorias, a sua origem epistemológica influenciada pela obra de Émile Durkheim que estabeleceu o conceito de representações coletivas, como fenômenos sociais exteriores e independente dos indivíduos, existente antes da formação dos indivíduos, determinando-os e exercendo forte poder de coerção. As representações coletivas, portanto, expressam a maneira como o grupo pensa de si e de suas relações com os objetos sociais. Em seu artigo **Representações individuais e representações coletivas**, Durkheim ([1924] 1970) estabelece a existência de certas entidades espirituais que constitui tanto a vida individual como a coletiva dos indivíduos: ocupando de forma individual funções específicas do cérebro, e de forma coletiva as determinações dos sujeitos.

Durkheim ([1924] 1970), em um esforço de estabelecer a sociologia defendeu uma separação radical entre representações individuais e coletivas, conferindo a primeira à psicologia, e restringindo os estudos sobre representação coletiva ao campo da sociologia. Contrariando essa afirmativa, Moscovici ([2000] 2015), psicólogo social, buscou fazer uma ciência mista, associa o conceito durkheimiano de representações coletivas a representações individuais. Para ele, as representações sociais, assim como as representações coletivas se cristalizam nas grandes produções como mitos, crenças, ideologia, mas também nos gestos da vida cotidiana, palavras, relações e na maneira de ver o mundo. Embora, para Moscovici ([2000] 2015), as representações sociais sejam conceituadas como fenômenos específicos que

precisam ser descritos e explicados, e que estão relacionados com o modo particular de compreender e se comunicar, um modo que cria tanto a realidade como o senso comum.

Ao sugerir o termo social no lugar de coletivo, Moscovici ([2000] 2015) enfatiza a qualidade mais dinâmica das representações, que interessa-se nas variações e diversidades das ideias coletivas na sociedade moderna, explorando os processos sociais que têm na mudança e novidade, parte da vida social, tanto quanto a preservação, em contraste a um caráter mais fixo da representação coletiva. Diferentemente de Durkheim ([1924] 1970) que defende que as representações coletivas deveriam ser estudadas como eventos sociais separados dos indivíduos, Moscovici ([2000] 2015) propõe desenvolver uma psicologia social, do conhecimento particular e social, não se preocupando só com o conteúdo das representações, mas com os processos de construção elaboradas por indivíduos e grupos, por meio de sua interação.

Halbwachs ([1950] 1990), discípulo de Durkheim, herda a visão determinista da sociedade para os indivíduos, contudo ele acreditava que a sociedade não influenciava os indivíduos de forma tão rígida e coercitiva e imutável como defendia Durkheim. É por meio da interação dos indivíduos nos grupos que se constituirão as referências, quanto maior o grau de pertencimento de um grupo maior será sua influência. São os grupos dos quais os sujeitos interagem que deixam a marca nos indivíduos.

Tomando o termo representação emprestado de Durkheim ([1924] 1970), Halbwachs ([1950] 1990) utiliza-o como mecanismo psicológico que participa do processo de construção da memória. Ou seja, para Alba (2014) as representações são insumos para a produção de memória. Além disso, considerando as perspectivas teóricas apresentadas, que tanto a sociedade modifica o homem, como este é influenciado por ela, Alba (2014) afirma que a noção de memória coletiva se aproxima mais do conceito de representação social do que de representação coletiva. Considerando a memória como um processo inteligente, em que as representações desempenham um papel primordial, como insumos simbólicos que possibilitem uma visão do passado.

Podemos destacar que, tanto na memória coletiva quanto na TRS, a questão central está na relação indivíduo e sociedade. Ambos consideram a importância do grupo na formação das representações e da memória. Admitem o homem como um ser social, e a sociedade como heterogênea, flexível e dinâmica. Em suas teorias, os principais autores da Memória Coletiva e da Representação Social têm como pressuposto básico as interações sociais como fator fundamental, ambos possuem uma perspectiva psicossocial. Tanto a construção das representações sociais quanto a memória coletiva estão submetidas ao olhar do

outro, apoiados em quadros sociais, espaciais, temporais. Expressam uma tomada de posição, ligadas à história do indivíduo e do grupo, que vão depender da quantidade e qualidade de informação que eles têm sobre o objeto. No caso desta pesquisa, o que os adolescentes entendem sobre drogas, conceito e informação que eles têm acesso sobre o tema.

Para Halbwachs ([1950] 1990), a lembrança está condicionada ao ponto de vista do grupo, ou seja, não há lembrança sem sujeito social, a capacidade de pensar e se comunicar depende das convenções sociais, mas o indivíduo não está determinado pela influência de apenas um grupo, e sim de vários ao longo da vida. Diante disso, os indivíduos podem posicionar-se para memorias dos grupos de maior afinidade. A memória é resultado da interação social, assim como as representações sociais é um processo de indivíduos que se encontra em um grupo social.

Observa-se essa dialética claramente nos processos de construção das representações sociais, a objetivação e a ancoragem. No primeiro em que os sujeitos materializam ideias tanto em função de suas individualidades e experiências pessoais como das normas e valores sociais. No segundo, todo elemento vai ser interpretado com base em antigos paradigmas ou quadros de referência e inserindo novos elementos aos sistemas de ideias existentes. Contudo esses processos de criação e recriação de categorias para interpretar o estranho sugere o elemento criativo dos sujeitos (ALBA, 2014).

Desta forma, o foco da TRS é como os sujeitos constroem suas representações a partir de suas experiências, e de seus grupos de pertença, sua posição social e conhecimentos pré-existentes. Trata-se, segundo Alba (2014), da recuperação do sujeito, que embora seja socialmente determinado possui uma margem de originalidade e criatividade. Portanto, já podemos destacar que a noção de que os sujeitos estão inseridos nos grupos e na cultura, e que estes são inseparáveis está em ambas teorias, outorgando significados à memória e às representações sociais.

Mas Halbwachs ([1950] 1990), em sua obra, destacou a predominância das influências sociais dos grupos nos indivíduos. Ao distinguir duas memórias, a individual, na qual os sujeitos criam a partir de noções sociais; e a memória coletiva, que é compartilhada pelos grupos, comunidades e sociedade, ele se posiciona de forma psicossocial, seja porque os indivíduos se recordam no grupo, ou porque a memória se constrói e manifesta nas memórias individuais. Considerando que a memória dos grupos não é estática, os indivíduos se posicionam nos grupos, mudando de grupos, e sendo transformados por eles. Portanto, a teoria da memória coletiva, segundo Alba (2014), apesar de acusada de determinismo social, não nega a importância do papel dos membros sociais, como sujeitos ativos, que constroem

seu pensamento e memória por meio da reflexão, o que Halbwachs ([1950] 1990) chamou de raciocínio com traços particulares e Moscovici ([2000] 2015) caracterizou como pensamento natural ou senso comum.

Outro denominador comum destas teorias aqui apresentadas é o fato de ambas serem socialmente elaboradas e coletivamente compartilhadas, parafraseando Jodelet (2001). Vimos que memória coletiva e representação social são resultados do processo de comunicação nos grupos, construídas por meio de discursos públicos. As representações como um conhecimento criado pelo grupo por meio da interação dando significados e realidade a objetos sociais (WAGNER, 1998), e a memória também construída a partir de interação do grupo por meio do discurso (HALBWCHS [1950] 1990).

A comunicação e o discurso são fatores essenciais na constituição tanto das representações como da memória. A TRS tem por finalidade fundamental tornar a comunicação dentro de um grupo. Comunicação e representação social são, portanto, inseparáveis. É por meio da comunicação que se produzem universos consensuais, os conhecimentos compartilhados na junção entre o individual e o coletivo, tanto o cognitivo quanto o social. “Tem como finalidade primeira e fundamental tornar a comunicação, dentro de um grupo. Apresenta-se como uma rede de ideias, metáforas e imagens mais ou menos interligadas livremente e, por isso, mais moveis e fluidas que teorias” (MOSCOVICI, [2000] 2015, p. 210). Concomitantemente a memória também se expressa por meio da linguagem e do discurso, “entender a narrativa pode dar pistas bastante importantes sobre como a memória está organizada e como ela se coloca no contexto de interação que exigiu seu resgate” (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p. 8).

Por conseguinte, ao que foi exposto, verificamos que ambas as teorias aqui trabalhadas definem a identidade no grupo e o sentimento de pertença. Assim também desenvolve a consciência de grupo e a identidade social, que confere um sentimento de continuidade e de pertencimento aos membros do grupo (JODELET, 1999). A identidade social envolve o conhecimento de qual grupo alguém pertence, e as experiências comuns de conhecimento, senso comum, e padrões justificatórios (WARGER, 1998). É por meio das representações sociais que os sujeitos conseguem interpretar o mundo e a si mesmo, assim como justificar suas ações e suas escolhas. São elas que permitem definir identidades e salvaguardar as especificidades dos grupos (SANTOS; ALMEIDA, 2005). Ao ancorar algo ou alguma coisa que é estranho a ideias e significados por meio da construção de representação social, é dada identidade social ao que não estava identificado (MOSCOVICI, [2000] 2015). E é por meio das interações com outros que eles tomam consciência de si e de sua posição no grupo de

pertença, portanto, a identidade coletiva procede da memória, e esta por sua vez, segundo Halbwachs ([1950] 1990), se constrói por meio de quadros sociais que precedem os indivíduos.

Também podemos destacar, como ponto de interseção destas teorias, a perspectiva da noção de tempo e o espaço. Na perspectiva halbwachiana, são noções essenciais de consciência coletiva. E na TRS, tal noção é implícita no contexto geográfico e histórico do sujeito, e dos objetos (ALBA, 2014). Ambos são limitados no tempo e espaço dos grupos. E, sobretudo aproximam-se quanto à possibilidade de transformar o passado em presente, interpretando o presente a partir de quadros de referências ligados ao passado, mas ancorados no presente.

Para Halbwachs ([1950] 1990) as pessoas lembram em conjuntos, uma lembrança pode construir o fragmento de um todo. Esses sistemas de noções são o que Halbwachs chamara de marcos sociais, instrumentos dos quais a memória coletiva se serve para compor a imagem do passado, como uma lente por meio das quais se vê o mundo presente e passado, em um sistema de noção que determina a forma de pensar dos indivíduos. Ele defendia a ideia que os indivíduos constroem o passado a partir de sua posição social, sua identidade, e seu estado emocional no presente (ALBA, 2014). De modo que o tempo e o espaço são definidos socialmente e vividos a partir da própria experiência, que seleciona a atenção a determinados eventos, pessoas e objetos mais que a outros, se recordando mais facilmente. Ou seja, a memória não se conserva intacta, é reconstruída através do presente.

> Toda vez que ressuscitamos uma das nossas impressões no contexto de nossas ideias atuais, o contexto transforma a impressão, mas a impressão, por sua vez modifica o contexto. É um momento novo, um novo lugar, que se agrega ao nosso tempo, ao nosso espaço, é um novo aspecto do nosso grupo, que nos faz vez essa impressão sob outra luz. (HALBWACHS, [1950] 1990, p. 135).

Assim, identificamos na teoria da memória coletiva um sistema de representação do presente que possibilita a reconstrução do passado, ou seja, a contribuição das representações sociais na construção da memória. Halbwachs ([1950] 1990) admite que tempo, espaço e cultura constituem os marcos gerais do pensamento e memória, que dão identidade e estabilidade aos grupos (ALBA, 2014). A memória dos acontecimentos, objetos e pessoas mudam à medida que esses se transformam, ao mesmo tempo em que nos transformamos. Trata-se de um tempo coletivo, exercido no contexto social da memória que nos permite reconstruir lembranças a partir de demandas sociais de um determinado período, o ponto de

encontro dos tempos coletivos. De acordo com Moscovici, [2000] 2015) a ancoragem das TRS permite inserir novidades nas categorias pré-existentes, provenientes da sociedade e da visão de mundo de grupos. As representações sociais, a partir do presente, modificam a visão do passado, e a bagagem de conhecimentos em que as representações sociais se ancoram é a memória coletiva. Em uma troca mútua, as lembranças ajudam na construção das representações, e estas modificam o passado, sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, classificando e nomeando. Para ele, o passado é mais real que o presente e as representações sociais derivam do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através de ontem e da continuidade que isso pressupõe.

> Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições científicas, implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação da memória coletiva e uma reprodução na linguagem que, invariavelmente, reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (MOSCOVICI [2000] 2015, p. 37).

De certo modo, o processo de objetivação das RS consiste em criar, por meio de esquemas correspondentes a memória, "esquemas figurativos", que é "filtrado pelo sistema de representações composto pelos valores sociais e morais que modelarão a reconstrução da memória" (ALBA, 2014, p. 559). O indivíduo tira de suas referências sociais e memórias coletivas conceitos e imagens para ajudar a interpretar e compreender o mundo externo, tornando conhecido o que não é conhecido, acomoda-os, e para isso recorrem a memória, e ao sistema de noções, os marcos sociais.

> A solidez da memória impede de sofrer modificações súbitas de um lado e de outro, fornece certas doses de independências dos acontecimentos atuais [...]. É nessa soma de experiências e memória comuns que nos extraímos as imagens, linguagem e gestos necessários para superar o não-familiar. (MOSCOVICI, [2000] 2015, p. 78).

Por fim, destacamos a semelhança entre a memória e a noção de sistema central da abordagem estrutural das representações sociais. Para Abric (2001) uma representação tem, dentre outras características, a de ser intrinsecamente ligado à memória social e à história do grupo. Nesta perspectiva, observa-se a importância do papel da memória em sua constituição da representação social, sobretudo no que o autor supracitado chamará de Núcleo Central (NC), que resiste à mudança, e assim assegura a permanência e a continuidade da representação, pois é independente do contexto imediato no qual o indivíduo está inserido. Os elementos do NC atribuem significado geral à representação, aí elas se ancoram, em

consonância com suas memórias, e os elementos periféricos transitam na parte mais prática concreta e do cotidiano (SÁ, 1998).

Isto posto, ao obtermos acesso às representações sociais dos participantes da pesquisa, consequentemente, também acessaremos a memória coletiva do grupo, pois aquelas se constroem por meio de pensamentos pré-existentes e ideias, mas também de experiências passadas. Logo, a prescrição de tradições e memórias interferem na percepção, pensamento, imaginação e na convencionalização da realidade, que culmina na formação de representações sociais. Uma vez que as representações sociais extrapolam o presente imediato, no qual o passado se faz presente, por meios dos processos de ancoragem e objetivação, trazendo consigo as memórias coletivas. Assim também, a memória coletiva é uma construção social que surge nas interações entre membros de grupos de pertença, mas de suas representações sociais da realidade. Sendo assim, associar os dois saberes pode ser de grande relevância para o estudo do fenômeno social aqui proposto.

Vimos, portanto, que ambas se enriquecem ao serem relacionadas: as memórias por meio dos marcos sociais enriquecem o processo de ancoragem da TRS e, por sua vez, as representações sociais do presente por meio da objetivação trazem clareza aos esquemas de lembrança preconizados por Halbwachs ([1950] 1990). Deste modo, a identificação destes elementos, memória e representação social, nos levará à compreensão do universo consensual dos participantes inseridos em seus grupos de situação de vulnerabilidade social e no contexto da institucionalização. Assim, também, nos permitirá identificar seu modo particular de compreender os fenômenos sociais e se comunicar, a maneira como estes pensam de si e de suas relações com o objeto droga. E, por fim, por meio desta pesquisa buscaremos analisar o modo como eles ancoram suas memórias nos significados coletivos e constroem seu sistema de pensamentos e significantes que justificarão seus posicionamentos e suas condutas sociais diante das drogas. Por seguinte, no fazer emergir da consciência coletiva por meio de conhecimento consensual e memórias coletivas sobre o tema, contribuir na discussão sobre políticas eficazes de prevenção às drogas.

A próxima seção contemplará a pesquisa de campo, descrevendo os passos metodológicos adotados e as análises feitas a partir da voz dada a um grupo de adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

5 PERCURSOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS

Tendo em vista contemplar os objetivos propostos para esta pesquisa, traçamos um itinerário metodológico, de natureza qualitativa, com base nas orientações teóricas aqui apresentadas. Seguiremos, nesta seção, caracterizando o campo da pesquisa, seus participantes e os critérios de inclusão amostral. Bem como descreveremos os instrumentos e técnicas de coleta utilizados e, por conseguinte, os métodos analíticos para elucidar as respostas encontradas durante o percurso do estudo, de forma a apresentar os dados obtidos, sua devida análise e interpretação em consonância com a pesquisa bibliográfica de maneira a delinear e desvendar a realidade estudada.

Por ser uma pesquisa no campo social, tende a reverberar polêmicas, contradições, debates perenes e não conclusivos. Ou seja, não se trata de uma busca por verdade, e sim, pelas variáveis que compõem um fenômeno social estudado. Para tanto, consideramos aqui a diversidade do humano, a dinâmica social e das relações, de forma que tecemos uma pesquisa

interdisciplinar, perpassamos por vários olhares científicos e interpretativos da realidade, em uma tentativa de compreender, de forma crítica e dinâmica, o objeto da pesquisa, a partir das perspectivas de um determinado grupo. Em conformidade com a concepção de pesquisa de Minayo (2013, p. 47) como:

> [...] a atividade básica das ciências na sua indagação e construção da realidade [...]Pesquisar constitui uma atitude e uma prática teórica de constante busca, e por isso, tem a característica do acabado provisório e do inacabado permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados, pensamento e ação.

Desta forma, buscamos a compreensão consensual de um grupo plural para uma determinada realidade, em determinado contexto social. Assim, essa pesquisa se dividiu em dois momentos, o primeiro de levantamento bibliográfico e a fundamentação teórica, pelos quais buscamos compreender os conceitos das categorias aqui apresentadas, seu contexto sócio-histórico e as contribuições da perspectiva individual e social da psicologia e da psicanálise, bem como na compreensão das teorias da Representações Sociais e Memória Coletiva e seu diálogo com o objeto de estudo. O segundo momento foi evidenciado pelo caráter prático da pesquisa de campo, em conformidade com as teorias norteadoras.

As perspectivas de pesquisa qualitativa "incorporam a questão dos significados e intencionalidade como inerentes atos, às relações, e às estruturas sociais" e "visa compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores" (MINAYO, 2013, p. 22-23) Isto posto, ao optamos por uma abordagem qualitativa, estamos considerando a relação dinâmica e indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos participantes, bem como o contexto social e singular destes, potencializando uma dimensão crítica de pesquisa, de forma a compreender as percepções de mundo que os sujeitos apresentam, pelo qual modelam o próprio mundo social, enquanto espaço de relações sociais, de produção simbólica e cultural. Assim, os fenômenos e aspectos que perpassam o cotidiano dos sujeitos são interpretados mediante suas próprias vivências do senso comum. Portanto a abordagem qualitativa compõe-se por:

> [...] estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. [...]. Esse tipo de método que tem fundamento teórico, além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação.

> Caracteriza-se pela empiria e pela sistematização progressiva de conhecimento até a compreensão da lógica interna do grupo ou do processo estudado. (MINAYO, 2013, p. 57).

Tomando como objeto de estudo as representações sociais, nos dispomos ao estudo do ser humano, suas crenças e ideologias, as variadas circunstâncias que os grupos se comunicam, tomam decisão, agem e buscam revelar ou esconder algo (MOSCOVICI, [2000]2015, p. 43). Para o autor, toda interpretação humana pressupõe representação social, e estas não são criadas isoladamente, pois somos resultado do meio e das relações. São elas que vão determinar nossa maneira de enxergar o mundo e nossas ações sobre ele. A representação social é um guia para a ação, contribuindo para a formação de processos que orientam a comunicação e o comportamento social, e por isso que não podemos conceber uma ação preventiva eficaz sobre as drogas nos grupos de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, se não compreendemos quais suas representações sociais sobre o fenômeno.

Ainda nesta direção, partimos do pressuposto da Teoria do Núcleo Central (TNC) das Representações sociais, proposta Jean Claude Abric ([1998]2001), que dá ênfase à dimensão cognitivo-estrutural, e defende que as representações sociais constituem-se como um sistema organizado de interpretação da realidade, e portanto, "é indispensável para compreender a dinâmica das interações sociais e clarificar os determinantes das práticas sociais" (ABRIC, [1998]2001, p. 27). Ele aponta algumas funções fundamentais da representação social, que tomaremos como base para nossas análises. Destacamos aqui a função identitária, uma vez que são as representações sociais que, segundo o autor, definem a identidade grupal, e sujeitos, por sua vez, se definem pelo grupo. Por meio das representações é possível compreender melhor as particularidades do grupo, os valores determinados socialmente que os orientam, a direção suas ações, e as justificativas da tomada de decisão e comportamento, que determinam o que é aceitável ou não no grupo (ABRIC, [1998]2001).

Considerando o que discutimos acerca das correspondências entre Teoria das Representações Sociais e Memória Coletiva, entendemos que ao identificar as representações sociais dos participantes estaremos também referindo-nos as memórias coletivas, uma vez que Moscovici ([2000]2015) afirma que as representações sociais, ao convencionalizar os objetos e acontecimentos, localizando em um determinado modelo e categoria, faz uso de uma memória coletiva.

> Todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições cientificas, implica um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação da

> memória coletiva e uma reprodução na linguagem, que invariavelmente reflete um conhecimento anterior e que quebra as amarras da informação presente. (MOSCOVICI, [2000]2015, p. 37).

Partimos do pressuposto que a memória e o pensamento social estão intrinsecamente associados, pois o que é lembrado do passado está associado com aquilo que se sabe sobre ele (SÁ, 2007), e a partir dos dados coletados, discutiremos de forma conjunta as múltiplas dimensões sobre as memórias e representações sociais de adolescência acerca de drogas. Assim sendo, ao tratar de um conceito estaremos também correspondendo ao outro.

5.1 Local do estudo

A pesquisa foi desenvolvida em um município do interior da Bahia que por questão de ética e de segurança, seu nome não será divulgado. Este município possui um alto índice de mortalidade de adolescente por arma de fogo e registros de casos envolvendo tráfico de drogas, principalmente, por se tratar de uma cidade que faz parte de um entroncamento rodoviário importante no estado.

O cenário desta pesquisa foram oito instituições que fazem parte da rede socioassistencial que é definida pela Norma Operacional Básica (NOB), do Sistema Único da Assistência Social, como sendo "um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade que oferta e opera benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia básica e especial e ainda por níveis de complexidade" (BRASIL, 2005, p. 22). Ou seja, tratam-se de organizações governamentais e não governamentais que têm como objetivo compartilhar causas e projetos, que visam à proteção de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, assim como a garantia dos seus direitos. De maneira coletiva, essas organizações compartilham ações e objetivos, na forma de uma "teia social", por meio de articulação política, e aliança estratégica entre atores sociais (pessoas) e forças (instituições).

Antes de realizada a pesquisa, foi solicitado junto à Secretaria de Desenvolvimento deste município a autorização para realização da coleta de dados, que atendeu ao nosso pedido e emitiu um documento informativo para as instituições. Porém, no decorrer da pesquisa, houve mudanças de gerência, o que demandou novas autorizações, e tomou-nos mais tempo na pesquisa prática.

5.2 Participantes

A pesquisa foi feita com 58 participantes em idade entre 12 à 17 anos, considerando a classificação do ECA (BRASIL,1990) para a fase da adolescência, matriculados e regulares nas instituições da rede de proteção socioassistencial. Inicialmente, pretendíamos um número de 100 participantes, porém, diante das dificuldades encontradas não foi possível atingir este número.

A escolha da amostra foi aleatória, feita pela própria instituição, que distribuiu de 10 à 15 termos de consentimento entre seus educandos. Porém, poucos foram os adolescentes que trouxeram as autorizações assinadas pelos responsáveis. A pesquisa se deu à partir da disponibilidade no momento da pesquisa.

5.3 Coleta de dados

Em consonância com a Resolução n° 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- CEP/UESB, sob protocolo de registro número 88393517.7.0000.0055, sendo assegurados aos participantes os direitos de sigilo, voluntariado e desistência da participação da pesquisa. Durante o percurso da pesquisa precisamos voltar em todas as instituições para buscar novas autorizações, em conformidade com a solicitação do CEP-UESB de adequar os termos ao modelo proposto por este comitê. E, por conta disso, nosso cronograma foi alterado, e a pesquisa de campo se deu em tempo tardio.

Os dados foram coletados pela aplicação de um questionário sociodemográfico, pelo Teste de Livre Associação (TALP) e observação registrada no diário de campo. Também foram realizadas observações acerca da realidade e estrutura de cada instituição e das práticas preventivas voltadas à temática das drogas. A pesquisa foi autorizada pelas instituições participantes, assim também com o esclarecimento e anuência dos pais e responsáveis dos adolescentes, por meio da assinatura do termo de consentimento (APÊNDICE A). Os adolescentes participantes assinaram termos de assentimento, nos quais constavam informações e esclarecimento sobre a pesquisa e a manifestação da adesão espontânea de participação (APÊNDICE B).

5.3.1 Diário de campo

Um ponto relevante deste estudo foram as observações realizadas durante as visitas às instituições, seja para entrega e busca de autorizações, seja para a aplicação do questionário e

TALP. Minayo (2013) afirma que a observação do participante é complementar do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, por ser vista como uma estratégia no conjunto da investigação e um método em si mesmo, de modo que o pesquisador relativize o seu espaço social, de forma empática, para adquirir a confiança necessária para coleta dos dados como para uma análise de dados menos parcial. De acordo com Cruz Neto (2001, p. 59), “a técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos”.

Foram feitas inúmeras visitas a mais de 15 instituições governamentais e não governamentais do município. Algumas se mostraram dispostas a colaborar. Porém, dentre estas houve aquelas que, no percurso da pesquisa, sobretudo na busca de consentimento dos responsáveis, desistiram da participação, apresentando seu contexto, pelo qual estão inseridos em comunidades que sofrem diretamente com o tráfico de drogas, onde muitos dos responsáveis pelos educandos estão envolvidos, e a participação em uma pesquisa com a temática drogas poderia, segundo os locutores das organizações, comprometer a relação de parceria e confiança conquistadas com estas famílias. Houve, também, instituição que não se manifestou contrária, todavia evitava-nos com justificativas diversas, inviabilizando a realização da pesquisa.

Assim também, muitos educandos voltaram com seus termos de consentimentos não autorizados pelos responsáveis, com a adesão inferior à metade dos termos distribuídos. A recusa de alguns pais para assinarem o termo deu-se pelo fato de não quererem comprometer a segurança de seus filhos, ao exporem a fala destes, diante de um fenômeno perigoso como o narcotráfico ou com receio de comprometer a vaga do seus filhos e sua imagem diante da instituição. Observamos que existe uma cultura do silêncio nestas comunidades, onde a droga é um tema tabu. As instituições tendem a não trabalhar muito essa temática, com o medo de provocar um desconforto com as famílias de educandos que estão envolvidas com o comércio ilegal de drogas. Os adolescentes também se posicionam contrários a falar sobre o assunto, com exceção de alguns, que manifestaram em suas falas no decorrer da pesquisa sua insatisfação e angustias diante deste fenômeno. Colaboradores, educandos e responsáveis também temem por suas vidas ao exporem sua opinião sobre drogas em uma pesquisa cientifica, mesmo que estes tenham sido informados do sigilo de suas identidades, e do objeto da pesquisa, que não se trata da dinâmica do tráfico, mas apenas compreender o que pensam os adolescentes.

Diante dos fatos descritos e das negativas encontradas, este estudo foi comprometido, em termos quantitativos, esbarrando-se em muita resistência, que impossibilitou a coleta de dados planejados anteriormente. Resistência esta proveniente de um objeto de pesquisa que cujo tema carrega consigo marcas de sofrimento e riscos, e diante da vulnerabilidade do ambiente, permanece na condição do não dito. Isto posto, nosso objetivo inicial para coletar dados de 100 participantes ficou inviabilizado.

Durante as visitas, representantes das instituições, além de relatarem os riscos que estavam expostos com a violência e o tráfico de drogas, também apresentaram as dificuldades encontradas na realização de suas atividades, como a falta de verba ou apoio do município, que impossibilitava a realização de um trabalho de qualidade, na contratação de pessoas e na continuidade de projetos, além da fragilidade de garantirem o trabalho em rede. Ademais, além das limitações sócio econômica descritas, também foram relatadas várias formas de violações de direitos, como trabalho infantil, diversos tipos de abusivos familiares, dificuldades de aprendizagem, envolvimento com o narcotráfico da família, fome, abandono, dentre outras.

Constatamos por meio de observação que os sujeitos da pesquisa corroboram com a ideia aqui apresentada de “adolescências”. Uma vez que não se pode caracterizar um único modelo de adolescente encontrado nas instituições. Cada um carregava consigo marcas do coletivo que constituía sua memória, assim como sua identidade, sua singularidade e seu universo idiossincrático. Porém, apesar de sua multiplicidade, é relevante destacar que os adolescentes que encontramos, não se afasta da figura do adolescente contemporâneo descritos nas literaturas aqui estudadas, que se destaca pela imagem (mesmo tendo que bater de frente com as regras de algumas instituições mais normativas, como as religiosas, que proíbem tatuagem, uso de *piercing*, roupas curtas e cabelo pintado), estes adolescentes manifestam em sua aparência sua resistência, afirmando-se e destacando-se junto com seu grupo de pertença.

Por meio de observações e relatos constatamos que estes, à sua maneira e do grupo, manifestam conflitos existenciais, corroborando com características aqui descritas de sujeitos na adolescência, que por meio de atitudes e falas, manifestam a emergência de sua sexualidade, sua postura questionadora às regras e modelos sociais, seu narcisismo e sua capacidade limitada de mensurar consequências aos riscos. Assim como, ao observa-los, vimos que seus comportamentos e imagens evidenciam uma busca de pertencimento ao grupo, por meio de comportamentos padrões, influenciados pela indústria cultural, aparelhos midiáticos e redes sociais.

A vista disso, estes adolescentes, independentemente de sua condição econômica social, carregam consigo as vulnerabilidades de sua fase de desenvolvimento e inserção do mundo adulto, correspondendo ao contexto que está inserido. São sujeitos em conflito, e em sua realidade também apresentam demandas emergentes do adolescente da sociedade atual, como gravidez não planejada, automutilação21, *cyberbulling*22, uso de jogos virtuais perigosos, uso abusivo de álcool, depressão e tentativa de suicídio dentre outros.

A influência da globalização e da revolução da informação sob esse adolescente pobre que, apesar de sua condição econômica, atualmente tem mais acesso à informática e meios de comunicação, desconstrói a memória e representação que se tem do adolescente pobre estereotipado, que não sofre os conflitos desta fase por terem que antecipar sua entrada no mercado de trabalho, sendo obrigados ao amadurecimento precoce.

Lembrando que o adolescente pesquisado, apesar das ocorrências pontuais de trabalho infantil, está institucionalizado, frequentando escola e instituição social, ou seja, está oficialmente afastado do mercado de trabalho e por isso do mundo adulto. Eles então carregam consigo, a despeito de sua condição socioeconômica, seus temores diante das descobertas do amadurecimento e sua busca por uma identidade social, de ocupar um papel no grupo de pertencimento, e sentir-se aceito. E diante dos estímulos da cultura vigente, almejam tornar-se consumidores para serem incluídos. Porém muitos não sabem que caminho irão percorrer para conquistar esta condição.

5.3.2 Questionário sociodemográfico

O questionário sociodemográfico (APÊNDICE C), composto por 22 perguntas, sendo 19 objetivas e 3 abertas, foi essencial para caracterizar o perfil dos sujeitos da pesquisa. Categorias como gênero, faixa etária, cor, religião, foram identificadas como na tabela 01. Assim como, por meio das questões abertas buscamos identificar os fatores de risco para drogas e narcotráfico e os fatores de proteção segundo a opinião dos mesmos.

As categorias encontradas para classificação dos participantes foram:

---

21 Autolesão ou lesão autoprovocada intencionalmente é qualquer lesão intencional e direta dos tecidos do corpo provocada pela própria pessoa, mas sem que haja intenção de cometer suicídio.

22 É um tipo de violência praticada contra alguém através da internet ou de outras tecnologias relacionadas. Usando o espaço virtual para intimidar e hostilizar uma pessoa (colega de escola, professores, ou mesmo, desconhecidos), difamando, insultando ou atacando covardemente.

Tabela 01: Distribuição dos dados sociodemográficos dos adolescentes (idade, sexo, religião e cor) em um município do interior da Bahia, 2019.

Idade	n.	Sexo	n.	Religião	n.	Cor	n.
12-13	39	Fem.	32	Cristã	43	Branca	10
14-17	19	Mas.	26	Outras	15	Outras	48
Total (n.): 58 adolescentes							

Fonte: Elaboração própria.

A maior parte dos participantes é do menor que 14 anos, porque, segundo relato das equipes pedagógicas das instituições, conforme o adolescente vai ficando mais velho o índice de evasão aumenta, por conta do trabalho infantil. Ou seja, a família julga que o adolescente já está pronto para inserção no mercado de trabalho, mesmo que informal, para ajudar nas despesas da casa. Nota-se também, que esta pesquisa foi realizada com maior número de participantes do sexo masculino, esses dados refletem a maior aceitação da família para participação dos meninos na pesquisa, e ao fato que dentre as instituições pesquisadas havia uma especifica, voltada para o treino de futebol, que era composta majoritariamente pelo público masculino. Na realidade que encontramos, tanto no trabalho empírico, quanto nas pesquisas levantadas, podemos constatar que o maior prejuízo do uso abusivo de drogas e sobretudo do envolvimento com o tráfico acontece com o gênero masculino.

Constatamos também, que a religião predominante declarada foi a cristã - católica ou evangélica. E a raça negra e parda foi a com maior índice de auto declaração. Apesar de observar três casos onde os adolescentes eram visualmente negros e se autodeclaram brancos, refletindo a dificuldades destes pela auto aceitação, em um contexto cultural ainda eminentemente racista. Assim como, observamos também que havia uma predominância por crianças e adolescentes negros nas instituições pesquisadas.

Nas respostas encontradas no questionário, destaca-se o fato de apenas dois participantes assumirem fazer uso de álcool, e todos negarem o uso ou ter experimentado outras drogas. Além do número reduzido da amostra por instituição, levamos em consideração que os adolescentes ao falar sobre este assunto temem ser julgados e por isso tendem a manifestar opiniões mais normativas. Todavia, em observação, foi relatado problemas relativos ao álcool envolvendo os educandos adolescentes em quase todas as instituições visitadas.

Quanto às ações de prevenção às drogas realizadas nas instituições desta pesquisa, segundo o relato dos participantes, são insípidas, dado à resistência do tema e as dimensões que ele abarca, limitando-se a fala pontual de alguns educadores, para o não uso, além de

algumas palestras. Destacamos que estas ações são baseadas no modelo repressivo que parte da ideia do poder - saber e desconsidera o conhecimento das vivências de cada adolescente. Estes, sentem-se inibidos ao falar sobre o que conhecem de drogas, pois temem serem reprimidos e julgados.

5.3.3 Teste de Associação Livre de Palavras (TALP)

Para identificação das representações sociais, aplicamos o TALP (APÊNDICE D) que de acordo com Wolter (2013), é uma técnica de associação livre de palavras, verbal, evocação livre, muito popular nos estudos de representações sociais, pela sua facilidade na aplicação e o fato de permitir o acesso simultâneo ao conteúdo e à estrutura representacional, a partir da análise de evocação hierarquizada. Esta técnica consiste em pedir aos participantes que evoquem de três a cinco palavras, que vêm à mente quando se deparam com um termo indutor referente ao objeto de estudo, que pode ser palavra, figura, expressões artísticas etc.

Segundo Nobrega e Coutinho (2003), o TALP tem uma aplicação e entendimento fácil, e torna possível a manifestação e identificação das representações sociais de um grupo. Possui, na sua gênese, elementos da filosofia aristotélica das associações de ideias, e tem suporte dos fundamentos teóricos da psicanálise de inconsciente e livre associação. Visa identificar as dimensões latentes de cada sujeito ao ser exposto a um estimulo, de forma a desencadear uma rede associativa de conteúdos não elaborados ou filtrados pela censura. Trata-se de um teste projetivo, possuindo condições essenciais para estimular; tornar observável; registrar; e obter a comunicação verbal. Assim como o teste segue a ideia de que as estruturas psicológicas da personalidade do sujeito tornam-se conscientes por meio de manifestações de conduta, reações, evocações, escolhas etc.

Nesta pesquisa, o TALP foi aplicado de forma individual e oral, considerando a dificuldade de muitos, segundo relato das instituições, na escrita e interpretação. Antes de iniciarmos a coleta, foi feita uma aplicação teste com 6 educandos, para possíveis ajustes. Especificamente, na presente pesquisa, utilizamos da palavra indutora “droga”, solicitando aos participantes que falassem as cinco palavras que viessem à cabeça referentes ao tema sugerido. O TALP foi dividido em três partes, ou três perguntas (APÊNDICE D). A primeira questão solicita que o educando: Descreva as 5 primeiras palavras que vem a sua mente ao pensar em DROGAS? A segunda pergunta: O que você acredita que pensam seus amigos sobre DROGAS? E por fim, a última pergunta: Qual a ideia que os adolescentes de hoje têm sobre DROGAS? Todas objetivando identificar as representações dos participantes sobre

drogas, por meio de palavras que traduziam o que estes interpretavam sobre este fenômeno, nas variadas perspectivas.

Destacamos que a maioria dos participantes mostraram-se dispostos em colaborar, mas receosos quanto à compreensão. Antes de pronunciar a palavra indutora “droga”, utilizamos exemplos como futebol, amizade, diversão, e outros termos, para que eles se apropriassem das regras e do entendimento do teste. Diante deste fato, observamos significativas limitações, tanto no que concerne à interpretação, quanto na elaboração verbal de memórias e representações sociais.

5.4 Análise dos dados

Para análise dos dados coletados nas perguntas abertas do questionário, apropriamos-nos da Análise de Conteúdo do tipo temática (BARDIN, [1977]2011) e utilizamos como suporte analítico a esse método de análise, um software denominado IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Dentre as diversas possibilidades de análises realizadas pelo IRAMUTEQ, utilizamos a nuvem de palavras, que corresponde a um tipo de análise que reúne graficamente as palavras-chave dos dados textuais, levando em conta a frequência com que essas palavras aparecem (CAMARGO; JUSTO, 2013). Esse recurso corroborou como recurso imagético e de análise, para as categorias que emergiram da análise de conteúdo, que serão analisados e discutidos à luz das teorias aqui apresentadas.

5.4.1 EVOC

Visando à análise dos dados colhidos no TALP, utilizamos o *software* EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant L’analyse des Évocations*), desenvolvido pelo grupo liderado por Abric e seus colaboradores, versão 2000, 3.0. Este propicia verificar a organização das palavras evocadas por um grupo em função da hierarquia implícita de cada uma, gerada pela combinação entre a sua frequência e a ordem de sua respectiva evocação. Composto por dezesseis programas, os quais executam funções diferenciadas. Para o nosso estudo, utilizamos cinco dos programas que compõem o *software*. O primeiro é o *Lexique*, cuja função é isolar as unidades lexicais do arquivo utilizado. O segundo, *Trievoc*, que realiza uma triagem das evocações, organizando-as por ordem alfabética. O *Nettoie* realiza uma limpeza do arquivo, eliminando possíveis erros de digitação, unidades lexicais e ortografia.

Em seguida, o *Rangmot* disponibiliza uma lista de todas as palavras evocadas em ordem alfabética, indicando quantas vezes elas foram evocadas e a ordem de sua evocação. Ainda, o *Rangmot* fornece: a frequência total de cada palavra; a média ponderada da ordem de evocação de cada palavra; frequência total e média geral das ordens de evocação, ele também organiza num quadro de quatro casas os elementos que compõem o núcleo central e a periferia de uma representação (VERGÉS, 2002).

Ratificamos que as representações sociais constituem-se em um duplo sistema formado por dois componentes: o núcleo central e os elementos periféricos, que funcionam como uma entidade, onde cada parte tem um papel específico e complementar da outra (MOREIRA; OLIVEIRA, 1998). Estes estão ligados à memória coletiva e à história do grupo, neste caso, adolescentes em situação de vulnerabilidade social, que frequentam instituições sociais no turno oposto a escola. A emergência das representações sociais e as memórias coletivas deste grupo permitirá a integração de seus conhecimentos compartilhados de forma consensual sobre drogas, aliado as experiências e histórias individuais e de outros grupos dos quais fazem parte.

O núcleo central das representações caracteriza três funções básicas: a) uma função geradora que "é o elemento pelo qual se cria ou se transforma o significado dos outros elementos constitutivos da representação, ganhando um sentido, um valor", b) uma função organizadora unindo os elementos da representação, unificando e estabilizando a representação" c) uma função estabilizadora seus elementos são os que mais resistem às mudanças. Através dessa função, é possível perceber diferenças essenciais entre representações (ABRIC, 1998 p.31). O núcleo central tende a ser estável, coerente, rígido. Já os elementos periféricos são mais flexíveis, tolera as contradições, resiste às mudanças, são sensíveis ao contexto imediato e tem como maior função gerar o significado da representação. Por meio da aplicação do *software* EVOC, identificamos o núcleo central e os elementos periféricos, compondo quatro quadrantes. Conforme Vergés (2002), o quadrante superior esquerdo representa os elementos que compõem o núcleo central da representação. Estes elementos são os mais prontamente evocados e citados com frequência elevada pelos sujeitos.

No segundo quadrante direito superior, estão os elementos que obtiveram uma frequência alta, mas que foram citados em últimas posições. No quadrante inferior direito, encontram-se os elementos que foram citados numa frequência baixa, porém foram evocados primeiramente. Evidenciam os prováveis elementos constituintes do sistema periférico, elementos que se orientam ao redor do núcleo central, desempenham também papel essencial nas representações sociais, funcionando como mediadores entre o núcleo central e a situação

concreta. São maleáveis, pois adaptam-se às mudanças do contexto social, e também permitem a contradição que protege o núcleo central. Por fim, o quadrante inferior esquerdo representa os elementos de contraste, sem enfoque de discussão no presente estudo. Os elementos de contraste abarcam palavras que reforçam os sentidos da primeira periferia (SÁ, 1996; ABRIC, [1998] 2000).

5.4.1.1 **Representação social de drogas**

Uma vez que a primeira questão os participantes foram direcionados a falar as cinco primeiras palavras que emergissem em seus pensamentos quando estes ouviam o termo indutor DROGAS, foram evocadas 2423 palavras, das quais apenas 139 não se repetiram. Evidenciando a presença de pensamentos consensuais no grupo, que correspondem as representações sociais sobre o tema.

É importante destacar, que ao preparar o *corpus*, resultantes dos dados coletados, trabalhamos com 4 variáveis por indivíduos, sexo, idade, religião e cor, correspondendo e gerando um código para cada participante. Os dados evocados foram organizados de acordo com a padronização das palavras similares, o que resultou em um *corpus* de palavras e variáveis quantitativas a ser tratado pelo EVOC. Foram feitas aproximações semânticas como os termos morte para expressões como “acaba com a vida” e “perde a vida’. A palavra doença correspondem a respostas como “bom para saúde”, “falta de saúde”, “loucura”, “não saudável”. O termo mal substituiu as expressões “caminho mal”, “não é legal”, “*bede*”, “maldade”, “mal-estar”, e o termo família quando se referiram a “problemas familiares”, “preocupação da família”, “violência doméstica” e “perder gente da família”.

A partir da construção do *corpus*, o EVOC realizou um processamento denominado análise lexográfica, e demonstrou, através de um gráfico, as palavras que fazem parte do núcleo central e as que compõem o sistema periférico das RS, identificando a frequência e a ordem de aparecimento dos termos evocados (COUTINHO; SARAIVA, 2011). Observamos que a palavra MAL apareceu com maior frequência (35), seguidas das palavras MORTE (25) e DESTRUIÇÃO (12). Assim, no Quadro 01, oferecido pelo EVOC, podemos visualizar o provável núcleo central, localizado no quadrante superior esquerdo. Constatou-se que as representações sociais e as memórias estão ligadas a fatores negativos, reproduzindo uma ideia maniqueísta da droga, e próximo ao núcleo central, encontramos também a associação dos termos DOENÇA e MORTE**.**

Quadro 01: Quadrantes de distribuição das evocações livres ao termo indutivo "DROGAS" que expressa as representações sociais dos adolescentes em situação de vulnerabilidade em um município do interior da Bahia, 2019.

	OME 2,7	OME 2,7
F>= 8	Destruição Não Mal	Doença Morte
F< 8	Errado Jovem Maconha Prisão Vicio	Decepção Desrespeito Família Nada Perda Roubar Trafico Vicia Violência

Fonte: Resultado da análise lexográfica com base no software EVOC.

O quadrante inferior esquerdo ou "zona de contraste", de acordo com Abric ([1998]2001), pode revelar expressões que reforçam os elementos presentes no núcleo central e na primeira periferia. Inclusive revelar a existência de um subgrupo, que sustenta uma representação distinta da maioria. O quadro de elementos de contraste do nosso estudo foi composto também por termos associados a fatores negativas como ERRADO, VÍCIO, PRISÃO. No caso dessa representação social em questão, os elementos de contraste parecem reforçar os demais elementos periféricos como DECEPÇÃO e o DESREPEITO COM A FAMÍLIA**,** o TRÁFICO**,** o ROUBO e a VIOLÊNCIA**,** corroborando com o núcleo central.

Ou seja, os adolescentes participantes da pesquisa compartilham de representações sociais associadas à fatores negativos, ou pelo menos conseguem reproduzir por meio de palavras esta representação que prevalece no discurso social vigente que é também o discurso punitivo, proibicionista e condenatório. Tanto o núcleo central quantos os elementos periféricos contribuem para evidenciar esse discurso maniqueísta, médico, e religioso, que associa as drogas ao que é errado, à morte e destruição. E já no quadrante mais afastado do núcleo central, vimos a presença de termos como família, decepção, tráfico, violência, vício. Que já traz mais elementos de sua realidade, mas ainda está associado ao que é considerado ruim.

Esses dados corroboram com o que foi apresentado na fundamentação teórica acerca dos diversos significados e papeis sociais que ocupam as drogas nos mais variados contextos

históricos e sociais, e suas dicotomias que encerram as drogas, à depender dos grupos de uso e dos interesses econômicos, como substâncias representantes do mal ou do bem (CARNEIRO, 2005), (VARGAS; LABATE, 2008) e (ESCOHHOTADO,1995). Assim também como as representações sociais de um fenômeno variam conforme as mudanças sociais, valores, e ideologia de uma cultura e dos grupos de pertencimento (JODELET, 2001).

5.4.1.2 As drogas para os amigos

Com base nas leituras realizadas, vimos que o amigo ocupa um lugar importante para o adolescente, uma vez que ele representa a inclusão deste no mundo social, e, portanto, possui um papel de referência identitária extrafamiliar, que contribui significativamente na construção da identidade do adolescente.

Para saber se representações que emergiram na pesquisa traduzem o pensamento consensual dos adolescentes e não uma reprodução do discurso social que dá respostas consideradas mais adequadas do que eles acreditam que lhe é esperado, buscamos o afastamento dos sujeitos direcionando a mesma pergunta para o que eles acreditam que os amigos pensam. Partindo do pressuposto que, para os adolescentes matriculados nas instituições, manifestar ideias positivas de drogas poderia de alguma forma prejudicar sua imagem e comprometer a sua aceitação diante da instituição e dos outros.

Assim sendo, aplicamos a técnica do afastamento proposta por Abric (2005), que percebeu que a depender da temática, principalmente quando esta trata-se de um tema tabu, havia discrepância no discurso com a prática, gerando uma resposta explicita, verbalizada, mas uma não verbalizada que ele chamou de Zona muda. Sendo da ordem da consciência, porém não podendo ser expressa pois está determinada pela situação. Ela é constituída por elementos da representação social que possui uma caráter contra- normativo, presente em objetos fortemente investido de valores, que implica na aceitação social e em riscos. Como os participantes temem serem julgadas e até estigmatizados pela instituição eles tendem a manter suas representações na zona muda, não verbalizando-as, mas reproduzindo as representações sociais adotada pela instituição, a qual ele julga ser mais segura para sua imagem e aceitação.

Logo, por considerar que nosso objeto de pesquisa encontra-se me uma dimensão de resistência, o que contribui para os participantes temerem se comprometer ao expressar suas opiniões, nós utilizamos do que Abric (2005) denominou “zona muda” (*zone muette*) pela qual**,** por meio da descontextualização dos sujeitos**,** temos acesso a uma região de difícil explicitação das representações sociais. Tendo em vista as dificuldades dos participantes em

expor sua interpretação do fenômeno, buscamos identificar as representações sociais dos participantes para além do seu ponto de vista, o que eles acreditavam ser a opinião dos seus amigos e depois por adolescentes que representam a sociedade atual (APÊNDICE D).

Assim, no segundo momento objetivando acesso à zona muda, solicitamos que eles falassem por seus amigos, o que eles acreditavam que estes pensavam sobre as drogas. Foram evocadas 192 palavras das quais 73 não se repetiram. Na construção do *corpus* aproximamos termos como “passa tempo” e “brincadeira”, com a palavra DIVERSÃO, ou substituímos pelo termo NÃO todas as expressões como “não vicia”, “não mata”, e “não andar com quem se envolve”. Esses dados analisados pelo EVOC resultaram em um quadro de núcleo central e elementos periféricos.

Ao solicitar o que estes acreditavam ser a representação social de drogas por amigos, observamos que há uma consonância com discurso apresentado por eles sobre drogas. A representação social está ancorada e associada ao mal, ao ruim, a morte, e ao que deve ser negado. Todavia, já encontramos aqui o termo contraditório BOM, evidenciando um possível afastamento dos participantes que ao responder, não se prendendo tanto ao julgamento do outro.

Quadro 02: Quadrantes de distribuição das evocações livres que expressa as representações sociais dos adolescentes em situação de vulnerabilidade em um município do interior da Bahia, 2019.

	OME 2,4	OME 2,4
F>= 6	Bom Mal Morte Não	Destruição Diversão Usar
F< 6	Bandido Errado Gostar Influencia Normal Nunca Querer	Doença Família Futuro Legal Maconha Perda Prisão Sem-Problema

		Tristeza Vício

Fonte: Resultado da análise lexográfica com base no software EVOC.

Aqui ainda observamos uma forte associação das drogas com o discurso maniqueísta, proibitivo, condenatório e médico. Porém, com destaque da emergência do termo BOM no núcleo central, com maior índice de frequência, seguidos dos termos MAL, MORTE e NÃO . Contrariando os demais elementos o termo BOM evidencia a dicotomia da representação social das drogas por adolescentes. Próximo ao núcleo central, apesar de encontrarmos o termo DESTRUIÇÃO, já observamos termos contrários como DIVERSÃO e USAR. Os elementos de contrastes sustentam essa discrepância com termos que variam entre errado e normal, gostar e querer com nunca, ou bandido. Destaca aqui o termo influência como elemento de contraste.

É relevante destacar, com base nas leituras realizadas, que o adolescente possivelmente esteja vivenciando um processo de desenvolvimento pessoal, em que a relação com os amigos é mais estreita. E diante disso, comprometer o amigo nas respostas é o mesmo que comprometer-se, pois eles projetam-se na extensão daquele. Ainda que apareça o termo influência, ou seja, o uso de drogas pode ser influenciado pelo mais próximos. Segundo Bloss (1998) o amigo é defendido pelo adolescente contra qualquer interferência, como se a própria vida dependesse deles. Assim sendo, a zona muda que envolva amigos, não consegue atingir no adolescente a totalidade do afastamento necessário para que o sujeito possa responder sem se preocupar com julgamentos e reprovação.

5.4.1.3 As drogas para adolescentes

Em vista disso, aplicamos uma terceira questão ao TALP, buscando maior afastamento do sujeito ao discurso, solicitamos que falassem o que eles acreditaram como representações dos adolescentes em geral acerca das drogas. Percebemos que a associação agora, não mais comprometida, se afasta do discurso condenatório. De forma que aparecem 27 vezes o termo BOM e 17 vezes DIVERTIDO, porém a associação maniqueísta ainda está presente no possível núcleo central. Próximo a ele, de forma mais idiossincrática, tem-se os elementos periféricos caracterizados por termos como GOSTAR, USAR, LEGAL, PODER, INFLUÊNCIA, AMIZADE, FELICIDADE e outros.

Quadro 03: Quadrantes de distribuição das evocações livres que expressa as representações sociais dos adolescentes em situação de vulnerabilidade em um município do interior da Bahia, 2019.

	OME 2,5	OME 2,5
F>= 7	Bom Divertido Mal	Gostar Usar
F< 7	Amizade Felicidade Fumar Influência Legal Não Poder Tranquilo Vício	Agradável Bonito Morte Prisão Querer Roubar Sexo Vender

Fonte: Resultado da análise lexográfica com base no software EVOC.

Diante dos dados emergentes do núcleo central e próximo a ele, podemos inferir que apesar de mal, as drogas podem ser divertidas, passíveis de uso, e de apreciação. E até ser considerada como algo bom. De fato, com base nas leituras apresentadas podemos concluir que as drogas produzem sensação de prazer e satisfação, sendo instrumento para diversão, além de alivio e interação social. Suas consequências é que podem ser danosas, sobretudo quando usada de forma abusiva, ou quando já está instalado o processo de dependência. Todavia, a maioria das ações voltadas para a prevenção de drogas em adolescente desconsideram essa informação, e se utiliza de uma espécie de pedagogia do medo, com o discurso maniqueísta e condenatório para afasta-lo do uso de drogas.

A verdade é que ignoram-se o fato destes adolescentes obterem as informações dos efeitos prazerosos das substâncias psicoativas por outros meios, como o relato de membros do seu grupo de pertença ou até da experiência pessoal. Isso sem contar com o fácil aceso as informações que os adolescentes têm com o advento da revolução da informação.

Por conseguinte, destacamos aqui, pontos de análise que correspondem à discussão teórica apresentada, acerca da representação social e memória sobre drogas, que são elas: o discurso moral e medicamentoso; o imperativo social do princípio do prazer, da satisfação constante independente das consequências a longo prazo; a relação das drogas negativa das com a morte e destruição; e a dicotomia própria da adolescência que ora associa as drogas ao mal, em conformidade ao discurso social, e ora associa ao que é bom, pois está ligado ao prazer.

As imagens, ideias, palavras compartilhadas pelo grupo em questão direcionam à convenção e à memória mais que a razão, direcionando a um caminho pelo qual o grupo tenta compreender o não familiar da droga e do narcotráfico. “Categorizando o fenômeno a partir de paradigmas estocados em suas memórias estabelecendo uma relação positiva ou negativa com ele”[...] “é dessa soma de experiências e memórias comuns que nós extraímos as imagens, linguagens e gestos necessários para superar o não-familiar” (MOSCOVICI 2003 p. 63-78).

Bertoni (2015) afirma que nossas representações não são produções de um indivíduo isolado, mas que para entendermos a criação dessas representações somos instigados a descobrir quando e de que maneira elas foram instituídas. Todavia, constatamos, que as representações sociais refletem não apenas seu grupo de pertença e como o modelo de vida social capitalista e seu contexto.

Assim, também, as memórias coletivas são passadas de geração em geração. Uma vez que a memória coletiva sobre droga, ao longo da a história na humanidade, foi construída conforme os significados que esta teve em cada grupo e cultura, como alimento, remédio, elemento integrador de prazer e de acesso ao sagrado, a que, em grande parte, foi apropriação do discurso moralista e proibicionista por instituições de poder, como o Estado e a Igreja. Assim sendo, a memória foi construída sob vários pontos de vista, primeiro como elemento integrador, associado ao sagrado, a vida e ao prazer. Depois foi assumindo um cárter negativo como elemento de destruição e morte.

Por meio das leituras realizadas na presente pesquisa, relativo à genealogia da droga, vimos que esta possuiu diversas representações sociais e memórias ao longo da história. Todavia, podemos inferir que todos os momentos históricos, as drogas representaram uma forma de alivio aos sintomas decorrentes do modo de vida social. Esse recurso sempre existiu e existira, com surgimento novas substâncias, agora não mais pela natureza e sim em laboratórios. O que mudou foi a condição do ser humano de optar sobre a busca deste alivio. Uma vez que o Estado e o capital apropriaram-se deste direito, seja com a guerra contra as drogas, por meio do proibicionismo, ou na produção e estimulo de demanda pela indústria farmacêutica. De forma que as substâncias psicoativas além de elemento de alívio, passaram a ser instrumentos de poder, problema social e de criminalização (VARGAS 2008).

A partir dos dados coletados na pesquisa de campo, concluímos que as drogas transitam na esfera dos valores, crenças e ideologia. A dicotomia que acompanha as representações de drogas não é própria do grupo desta presente pesquisa. Suas memórias sempre estiveram ligadas a diferentes contextos, a depender dos grupos e cultura, e ao longo

da história foram assumindo diversos significados, ligando-as ao sagrado e ao profano, à doença e à cura, ao veneno e ao fármaco. Assim, estas contradições identificadas nas representações sociais dos participantes correspondem a construção de uma memória coletiva múltipla e maniqueísta sobre drogas que ora representava o bem, ora o mal.

Diante disso, constatamos que os dados obtidos na presente pesquisa, correspondentes à memória e representações sociais sobre drogas, evidencia também o dispositivo social das drogas aqui descrito, refletindo os efeitos da repressão e incitação, pelo qual ao longo da história vimos que tanto estimulou de forma maciça o uso der determinadas drogas, como proibiu e criminalizou outras substâncias. Os efeitos perversos destas dicotomias na memória coletiva levam-nos ao fenômeno da drogatização, que associa as substâncias psicoativas a uma memória do ponto de vista da doença, da ilusão, e morte, mas também do prazer e alívio.

As definições das representações sócias apresentadas nesta pesquisa também refletem as memórias coletivas construídas nos diversos grupos e contextos sociais, que por ameaçar as premissas das sociedades modernas ocidentais, de disciplina, produtividade e saúde passaram a ser vistas como um problema social. Passando a definir algumas drogas de forma maniqueísta e seletiva, de forma a atender a uma necessidade de adaptação ao modelo capitalista e de normalidade, direcionando os sujeitos na busca constante de prazer, e na negação da dor e o sofrimento (MORAIS 2005; VARGAS 1998; SIMÕES; LABATE, 2008; FOUCAULT, 1994)

.

5.4.2 Eixos Temáticos e Categorias

Os dados coletados nos questionários sociodemográficos foram analisados com base na Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (1979, p. 42) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (qualitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Desta forma, a análise de conteúdo constitui em uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, de forma a compreender os significados da comunicação, e seus sentidos, e o modo de pensamento dos participantes acerca do fenômeno a partir do conteúdo das suas falas (MACIEL; MELO, 2011, P.180).

A análise de conteúdo, para além de um procedimento técnico, é uma busca teórica e prática no campo de investigações sociais, que permite processos de inferências do

pesquisador, apesar de também possuir a mesma lógica das metodologias quantitativas, considerando a frequência e regularidade da fala. Assim, essa metodologia permite tanto o rigor da suposta objetividade dos números, quanto a fecundidade da subjetividade, constituindo-se em várias modalidades de análise, sendo elas a Analise lexical; de expressão; de relações; de enunciação; e a temática (MINAYO 2013).

Optamos por uma análise de conteúdo temática, por ser simples e mais apropriada para atender o alcance dos objetivos da pesquisa, e por se aproximar mais dos aportes teóricos aqui trabalhados. A análise temática classifica e a agrega os dados, escolhendo as categorias teóricas ou empíricas, responsáveis pela especificação do tema, sendo este uma "unidade de significação" que se liberta naturalmente de um texto, que serão analisados a luz das teorias escolhidas na pesquisa. O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados, e em preposições portadores de significações isoláveis" (BARDIN, [1977]2011, p. 105).

A análise dos dados foi realizada seguindo algumas etapas, primeiro, cada documento recebeu um código numérico com as categorias de pertencimento de cada participante, sexo, idade, religião e cor, visando facilitar as etapas posteriores. Estes foram transcritos e após a preparação dos dados, foi realizada uma leitura flutuante, uma releitura atenta do material empírico pela qual foram definidas as categorias de análise, considerando os objetivos e problema da pesquisa. As categorias temáticas foram definidas, elegendo os elementos mais importantes a serem interpretados, mediante a frequência de aparição, e ao conteúdo em consonância com a teoria. A partir daí, propomos interpretações, inter-relacionando-as com o quadro teórico desenhado inicialmente (MINAYO, 2013).

Nessa direção, para aporte da análise dos dados obtidos na aplicação dos questionários, utilizamos o software IRAMUTEQ, especificamente a função de nuvens de palavras, como subsidio para definição das categorias emergentes que serão analisadas pela análise de conteúdo.

Quadro 04 – Categorias de análise de conteúdo

CATEGORIA	SUB-CATEGORIAS
Fatores de risco para uso de drogas	-Busca da identidade e o grupo - Prazer e alivio

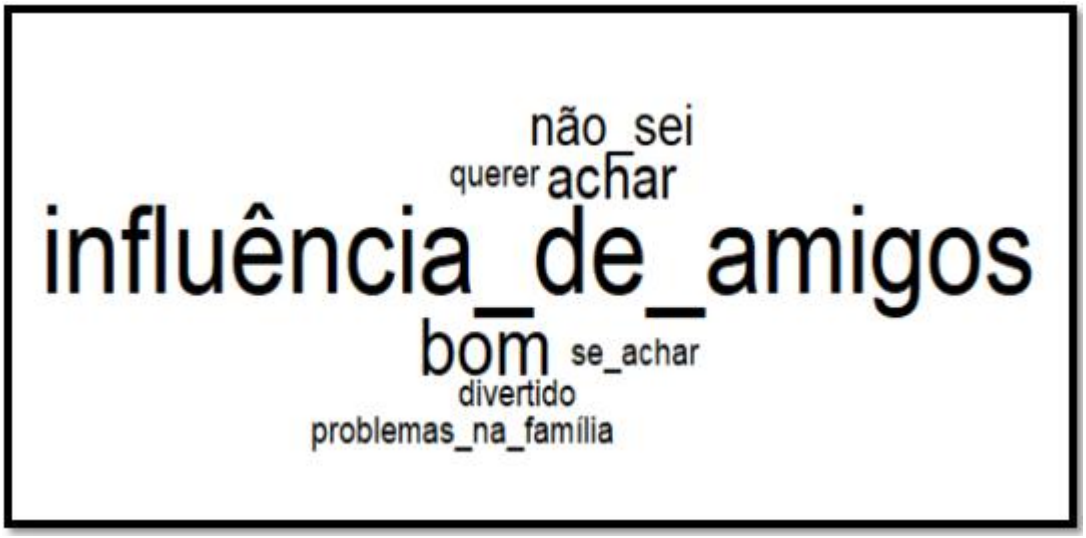
Fatores de risco para envolvimento com o tráfico	- Aceitação social - Vulnerabilidade
Fatores de proteção contra as drogas	- Família - Rede de apoio social e religião

Fonte: Elaboração própria

5.4.2.1 **Fatores de risco para o uso das drogas**

No primeiro momento, os dados coletados e trabalhados produziram a primeira nuvem de palavras, referente a pergunta: “Na sua opinião o que leva um adolescente a usar drogas ?” Gerando respostas que por meio da análise do IRAMUTEQ interpretada por meio de um gráfico de palavras representadas no quadro abaixo:

Quadro 5 - Nuvem de palavras- Fatores de risco para drogas



Fonte: Resultado com base no software IRAMUTEQ.

Percebemos que alguns elementos assumem um destacado grau de representatividade sobre outros, emergindo por meio de palavras, suas respostas surgiram por meio de suas representações sociais e memória coletiva referente ao tema. O elemento destaque que podemos perceber é a **influência de amigos** correspondendo ao que discutimos acerca da necessidade de aceitação do adolescente. Depois destaca-se os termos **bom** e **divertido**, associado a ideia de prazer. E por fim temos outros elementos, não com tanto destaque, mas com sua relevância, que pelas expressões **quer, achar** e **problemas familiares**. Podemos inferir ai a presença de conflitos, tendo a drogas como um meio de fuga e fonte de prazer.

a) Busca da identidade e o grupo

Diante do quadro podemos evidenciar que as representações que estes têm sobre drogas estão ligadas à memória coletiva que transitam nos grupos de pertença, relacionado às experiências vivenciadas no âmbito familiar e nos grupos de amigos ou religiosos. Destacamos que o consumo de substâncias psicoativas, necessita de um critério relacional, da "influência" de outros.

Considerando a definição da adolescência tanto uma construção social, cujas manifestações variam conforme seu contexto e seus grupos de pertença, como um período de desenvolvimento humano, marcado por sentimentos ambíguos, onde os sujeito ativos, se posicionam e fazem escolhas, em direção a constituição de sua identidade pessoal e social. O sujeito adolescente precisa do outro para constituir-se. Em uma crise identitária, o adolescente, que tende se afastar das referências familiares em busca de sua autonomia, tem nos grupos de amigos um refúgio e uma referência. Portanto, na construção da identidade, o grupo tem um papel fundamental (LEVISKY ,1998), (ABERSTURY e KNOBEL1989), (BUCHER 1992).

Moscovici ([2000]2015) afirma que os sujeitos posicionam na sociedade, e é por meio da relação com os outros que ele define sua identidade social e o sentimento de continuidade e pertencimento. Já Halbwachs (1990), acrescenta que quanto maior o sentimento de pertencimento em um grupo, maior será a influência que ele terá sobre os sujeitos.

É por meio da busca por essa identidade social que o adolescente, muitas vezes, faz identificações com o grupo, mesmo que estas identificações sejam negativas, traçando caminhos da errância e da ilegalidade, como o uso de drogas ou o envolvimento com o narcotráfico. Para o autor Lacadée (2011), os comportamentos de risco acontecem no

momento que o vazio assombra o adolescente que, na busca de tutela e autonomia para construção de sua identidade, testa fronteiras de si e do outro, e das proibições sociais.

Ao analisar, por meio dos resultados adquiridos na pesquisa, a percepção dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social sobre drogas, constatamos que seu uso de drogas se justifica sobretudo por meio da influência do outro, em uma impossibilidade de garantir-se sob suas ações, estando sujeito a outro para responder pelas suas escolhas. Isso corrobora com as ideias aqui apresentadas, que caracteriza a adolescência como uma fase de busca de si mesmo e da identidade; e que necessita do pertencimento de grupo para encontrar-se, transferindo para outros, no lugar da família, a sua dependência. O grupo passa a ser o meio de acesso ao mundo externo até a fase adulta. (ABERASTURY E KNOBEL (1971) (1989), (BOLSS1998, P 244)

Destacamos aqui as expressões **quer, achar** e **se achar** como referência para autoafirmação no grupo. Pois o adolescente que tem um comportamento desafiador destaca-se como mais corajoso e mais forte diante do grupo. Se no grupo de pertença, for comum o uso de substâncias psicoativas entre os pares, não fazer uso pode caracteriza-lo de forma negativa, sendo interpretado como fraqueza ou não adaptação, podendo até ser excluído deste grupo. Em vista de achar-se, que o adolescente muitas vezes busca nas drogas e no grupo ferramentas para superar seus conflitos e conquistar autonomia. É, porém, ai que mora a contradição, pois o mesmo objeto que remete a liberdade de escolha e autonomia, pode representar na vida deste sujeito o elemento de prisão, onde o sujeito irá perder-se. Para Moscovici (2003, p 50) a " falta de identidade é a raiz da angustia psíquica do homem moderno, é um sintoma dessa necessidade de vermos em nós e eles, de opor a nós a eles, e por conseguinte, nossa incompetência de ligar um no outro".

Segundo Halbwachs (1990), somos eco das relações com o grupo, e é por meio deste que construímos nossa identidade, pois nossas lembranças, e nossa "consciência de si" apoiam-se nas lembranças nos outros.

> Desde o momento em que nós e as testemunhas fazíamos parte do mesmo grupo e pensamos em comum sob alguns aspectos, permanecemos em contato com este grupo e continuamos capazes de nos identificar com ele e de confundir nosso passado com o seu [...] colocando-se no seu ponto de vista, usando todas as noções que são comuns aos seus membros. (HALBWACHS 1990, p 28/29).

Portanto cada participante traz consigo uma concepção de drogas, a partir de suas influências sociais e seus grupos de pertença, seja religioso, familiar, escolar ou comunitário.

Suas memórias individuais são resultantes de ponto de vista comuns, e, portanto, são memórias coletivas. Assim também, nossa identidade é construída a partir de nossas experiências e memórias, estas se dão por meio da memória coletiva, uma vez que estamos dentro da história dos outros e estas narram parte da nossa, na qual não conseguimos acessar. Os outros, então, completam as lembranças no nosso passado e a memória social de fatos nãos vividos, compondo quadros coletivos de memória, e contribuindo para a formação de nossa identidade.

b) Prazer e alívio

Aqui partimos de uma análise psicanalítica, para compreender como o ser humano tende a busca do prazer e evitar o desprazer. Para Freud ([1920] 2006), as drogas, dentre outras coisas, cumpririam com o papel de amenizar tal sofrimento causado pela vida civilizatória, que afasta o homem da sua natureza e os submete a regras, imposições sociais, e abdicação de prazeres, para ser aceito pela sociedade. Portanto as drogas têm uma função social de produzir prazer e alivio.

O sujeito que tende a fazer uso contínuo da droga, em detrimento aos prejuízos, segundo Lacan (1968), não se submete à interdição do prazer e se inscreve a um “mais de gozar absoluto”. Ou seja, ele não consegue dizer não ao prazer, mesmo que este resulte em prejuízos para sua saúde, sua vida social e psíquica, submetendo-se ao imperativo do gozar em detrimento da sua realidade.

Assim, os termos **bom** e **divertido** apresentados na nuvem de palavras do IRAMUTEQ representam a ideia de algo que produz prazer, e diante do possível prazer, o adolescente direciona-se às drogas. Este prazer justifica sua escolha, pois o adolescente vive uma fase narcisista que tende à busca de prazer e a não dimensionar a realidade e as consequências. Quando o usuário de drogas instaura-se em uma dimensão de uso que atende a uma compulsão por repetição, esse comportamento passa a ser destrutivo, associado à pulsão de morte, que tampona a falta. Ou seja, em uma tentativa de eliminar a dor física, psíquica e existencial, os sujeitos direcionam-se para seu prazer, por meio da busca de gozo constante (BUCHER,1992).

Ademais, além de refletir sobre a associação das substâncias psicoativas com ideia de prazer e diversão, observamos na presente pesquisa, a associação de drogas com valores e representações sociais de *status,* sucesso, felicidade e realização pessoal do modo de vida capitalista no imperativo social “gozo” por meios dos bens de consumo. Uma forma de

adquirir a realização pessoal diante dos modelos de felicidade impostos pelo sistema capitalista, com base em objetos de valor e de prazer.

Assim como a sociedade hedonista traz um modo de vida que tem o prazer como sinônimo de sucesso, as práticas resultantes do processo de medicalização dos corpos e vida do dos séculos XVIII E XIX (FOCAULT, 1982) refletem a negação da dor, patologiza o sofrimento, e evita constantemente o desprazer, buscando várias formas de alívio para angústia humana e contribuindo para a expansão farmacêutica do século XX.

Portanto o uso de determinadas substâncias pode significar a amenização da realidade vivida, como observamos nos dados coletados, traduzido pelos termos "problema na família". Esse modo de vida é estimulado pela indústria farmacêutica que produzem o quê Vargas (2008) chamara de "balas mágicas" que aliviam. Segundo o autor, reflete no aumentando o número de jovens que usa álcool e drogas, como tranquilizantes ou estimulantes, para suportar a angustia de viver, os estados de tensão ou a monotonia em que se encontram, voltando-se para uma busca de prazeres por meio das drogas, em direção a destruição egoística e plenitude do êxtase.

5.4.2.2 Fatores de risco para envolvimento com o tráfico

A segunda nuvem de palavras obtidas pelo IRAMUTAC representa as respostas obtidas da pergunta: "**Para você, o que leva um adolescente a se envolver com o tráfico de drogas?** " Aqui nos referimos não apenas ao fenômeno do uso de drogas, mas também o do narcotráfico, cuja realidade faz parte do contexto destes adolescentes que moram em bairros da periferia pobre, que estão dominados pelo tráfico de drogas, sendo alvos fáceis para o recrutamento de mão de obra barata. Em alguns casos, como relatos da pesquisa de campo, para alguns participantes, a realidade do tráfico se faz presenta dentro da sua própria casa, com o envolvimento direto de membros da família.

Quadro 6- Nuvem de palavras- Fatores de risco para o tráfico de drogas

Fonte: Resultado com base no software IRAMUTEQ.

Evidenciamos nos elementos destacados na nuvem de palavras a questão econômica e social, como os termos **dinheiro**. Uma vez que o narcotráfico é, na maior parte das vezes, o meio mais acessivo de obtenção de recursos disponível na realidade de muitos adolescentes pobres. Segundo relatos dos participantes, a entrada de uma criança e adolescente no tráfico é relativamente simples, com oferta de 50 à 100 reais para cada entrega de pequenas mercadorias.

Neste contesto aparece a justificativa de **ajudar a família,** que sofrem com as desigualdades sociais e condições limitadas de sobrevivência, por meio do recurso obtido com o trabalho no narcotráfico. Também destaca-se o termo **vingança**, referindo-se à perda de um ente querido, morto pela polícia ou por grupos rivais que levam o adolescente a sentir-se obrigado a entrar no narcotráfico para vingar a morte deste. E por fim, destacamos novamente a incidência da palavra **influência**, que pode ser de amigos e familiares, como fator de risco para entrada no tráfico de drogas.

a) Aceitação social

Ao questiona-los sobre a entrada do adolescente no tráfico, destacam-se na frequência de respostas o termo **dinheiro** e abaixo a palavra **fácil**. Mais uma vez, aparecem com frequência considerável os termos **influência, querer e achar.** O que podemos inferir que a escolha do adolescente para entrada no tráfico de drogas, conforme a interpretação dos participantes, direciona-se na busca da aceitação do grupo e na necessidade de corresponder às demandas sociais que giram em torno de possuir o dinheiro.

Os aspectos históricos dos grupos sociais, e as determinações conjunturais e estruturais que determinam suas condições de vida; as políticas sociais que possibilitam mudanças; e a liberdade humana de fazer opções, aceitando ou não o envolvimento e riscos com a atividade ilegal do narcotráfico, para Schenker e Minayo (2005) são principais fatores que devem elucidar a pesquisa sobre o adolescente com o tráfico, considerando uma escolha tanto individual, como determinada pelas estruturas sociais, que encontra, no anseio do adolescente pelo pertencimento de grupo, e no reconhecimento social, uma armadilha para seu recrutamento.

Sabemos que o sujeito adolescente sofre a carga de pressão social que exige deixar a infância, transitando da dependência absoluta para autonomia pessoal, para isso precisa tornar-se capazes de realizar os seus desejos de consumo. Assim, seguindo a ideia apresentada aqui por Ribeiro (2003), o uso de drogas é reflexo da difusão de certos ideais que fundamentam nossa cultura atual, como a individualidade, autonomia e o culto às felicidades com base no consumo.

O comportamento de consumo compulsivo reflete a realidade social, e está relacionado à felicidade e a realização pessoal, tampando as faltas e reafirmando os sujeitos em seus grupos de pertença. O consumo de drogas, como de outras mercadorias fetiches, responde a este modelo de vida contemporâneo. O tráfico de drogas, contudo, propicia o acesso a esse consumo, por meio da aquisição de dinheiro “fácil”. Que de fácil não tem nada, uma vez que muitos pagam o preço deste envolvimento com suas próprias vidas, como nos mostram os índices de morte de adolescentes no Brasil, conforme pesquisa apresentada.

Todavia, o caminho para obtenção de recursos do comércio ilegal de drogas é mais rápido que o modelo normativo proposto pela sociedade de capacitação profissional, em que, na maioria dos casos, o adolescente em situação de vulnerabilidade social é desprovido deste meio, uma vez que a educação pública é deficitária e não contribui para uma formação justa que coloque este sujeito em igual direito com outras adolescentes com melhor poder aquisitivo (LORENCINI JR, 1998; FEFFERMANN, 2006).

Para Bucher (1992), o uso abusivo de drogas, assim como o tráfico de drogas, é um protótipo da sociedade de consumo e estas substâncias que antes exerciam um papel social de elemento de integração, de coesão, em nível social e emocional da população, em nossos dias, observamos como possíveis elementos de adoecimento social e desintegração. Porém, ao analisarmos por outra perspectiva, a droga ainda exerce uma função integradora, tanto no sentido de incluir o sujeito a um grupo, para uso ou para venda, quanto, na obtenção do dinheiro proveniente do narcotráfico, um meio de sentir-se incluído no social, uma vez que,

em nossa sociedade, é o dinheiro, ou poder de consumo, que tira o sujeito da invisibilidade. Portanto, para compreender a inclusão dos sujeitos no tráfico de drogas, devemos compreender seu contexto e necessidade e os meios encontrados de entrar no mundo social.

b) Vulnerabilidade

Ao analisar as respostas sobre os motivos que os participantes creditam para entrada no narcotráfico, devemos considerar o seu contexto de abando do Estado, no que diz respeitos a garantia de direitos básicos, como condições de vida e segurança. Assim, parte deles inicia-se no crime como um meio para ajudar financeiramente sua família ou por influência do meio, como nas referências dos dados a vingança de outros entes queridos que morreram nas mãos de policiais ou de facções criminosas. Desse modo, para compreendermos as razões que levam um adolescente ao envolvimento com o tráfico de drogas, é necessário fazer uma análise do espaço social (ZALUAR 2007). Pois segundo Cruz Neto (2001), a condição socioeconômica, o poder de persuasão do dinheiro e de quem já está envolvido no crime, juntamente com o *status* e poder que o tráfico oferece, são os grandes fatores que levam os adolescentes a entrarem no narcotráfico.

Diante disso, vimos que estes são vítimas de um sistema de exclusão social e alienação econômica, que contribuem como fator de risco para entrada do mundo do crime. Para Zygmunt Bauman **(**2005), o modelo capitalista, produz contingentes populacionais descartáveis que, sem espaço no mercado, uma vez que não possuem capacidade de compra e sem a assistência do Estado, constituem-se em refúgios humanos do capitalismo, e passam a representar a população de risco que ocupam os bairros pobres de periferia e se tornam contingente potencial para o crime. É neste lugar que o comando do narcotráfico instala suas bases e recrutam mão de obra, cada vez mais precoce, impondo suas leis e amenizando a pobreza com o dinheiro lavado do crime organizado.

É relevante ressaltar, que o envolvimento com drogas e o narcotráfico não é exclusivo a classes menos favorecidas, pelo contrário. Por meio das leituras, vimos que os grandes financiadores do narcotráfico são empresários e políticos de alta classe social. Porém o comércio varejista se concentra nos bairros pobres periféricos, muitas vezes, por conta do seu contexto de abandono do Estado. E são os jovens pobres, não necessariamente consumidores das drogas, que são os maiores alvos e as maiores vítimas da “guerra às drogas”.

Para Escohotado (1995), a “guerra contra as drogas” é, sobretudo, a guerra contra pobres, negros, imigrantes e outros ameaçadores da ordem, criminalizando a miséria, em uma

tática de perseguição seletiva e controle social, pois são estes as maiores vítimas do narcotráfico e da política proibicionista. São estes que morrem todos os dias, e sua morte nem sempre é velada pela sociedade, pois suas vidas são excedentes para o sistema capitalista.

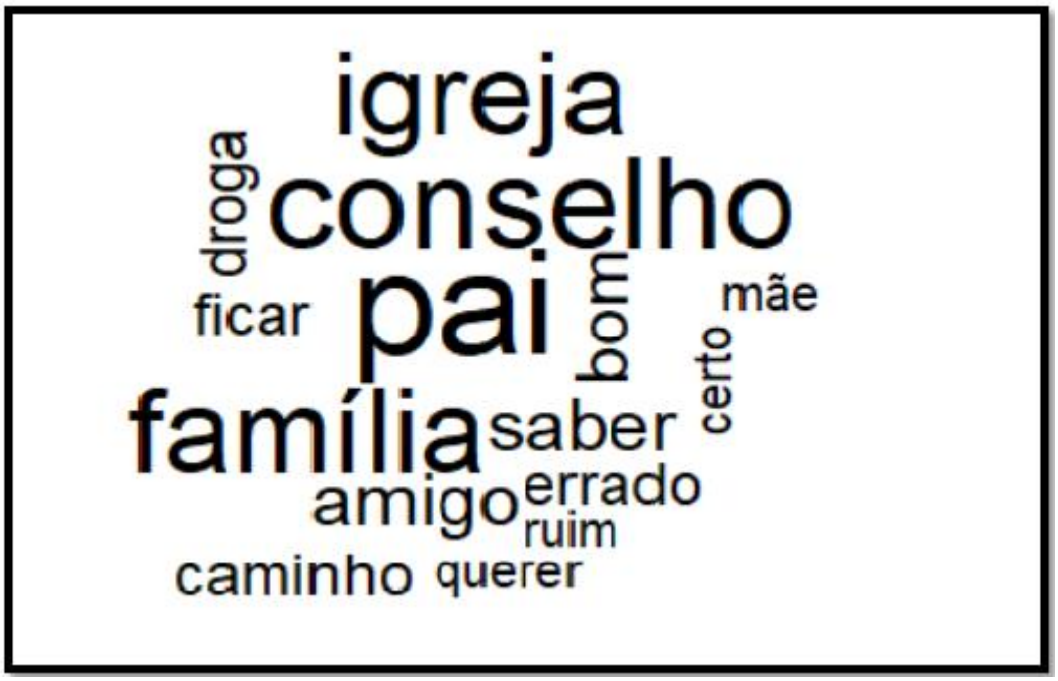
Diante do exposto, constatamos que a sociedade abandona o adolescente em situação de vulnerabilidade social, que entregue a si mesmo, muitas vezes, parte para opções perigosas como o tráfico de drogas. O sistema cria a injustiça e faz a armadilha para os adolescentes caírem, em nome da busca de tornarem-se visíveis. Tornando-se o protagonista da violência social, vítima e atores. Excluídos do mercado formal de trabalho e do poder de consumo que qualifica as pessoas, estes são incluídos na marginalidade, crescendo ainda mais o grupo de mão de obra excedente do capitalismo moderno (FEFFERMANN 2006).

Mas, não são todos os adolescentes pobres que caem nesta armadilha, apesar de todo o dispositivo que facilita sua entrada no crime, a maioria resiste. A despeito do caminho da criminalidade parecer mais fácil e mais curto que o da capacitação para o mercado de trabalho, por meio de uma educação pública deficitária, não podemos associar os adolescentes em vulnerabilidade social o crime e ao tráfico, pois isso só reforça a ideia de estigmatização do adolescente pobre como perigoso, delinquente e bandido, e desvia os fenômenos sociais que estão diretamente associados à questão das drogas (GOFFMAN, 1975; MOTTA, 2009).

5.4.2.3 Fatores de proteção contra das drogas

Na terceira nuvem, apresentamos a resposta do questionamento; "**O que você acredita que mantem adolescentes afastados das drogas? "** De forma que objetivamos identificar quais são, na interpretação dele, os fatores que protegem os adolescentes do envolvimento com uso de substâncias psicoativas ou narcotráficos.

Quadro 7- Nuvem de palavras- Fatores de proteção contra as drogas



Fonte: Resultado com base no software IRAMUTEQ.

Destacam-se as palavras **família** e **igreja, conselho e pai como termos mais evocados**. Podemos inferir que o conselho está associado a família, pai e igreja. Estas instituições família e igreja são elementos sociais que buscam garantir a ordem social e do discurso vigente. Destacamos a importância dada pelos adolescentes a família, termo que outrora aparece como fatores de risco, aparece agora como fator de proteção. A igreja pertence a função de grupo ideológico e social, que garante os valores e normas vigentes na sociedade, na percepção dos participantes faz com que o adolescente se sinta aceito em um grupo e não necessite buscar outros meios de realização.

a) A família

Segundo o ECA, é debitado primeiramente a família o dever de assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos dos adolescentes à vida, à segurança e proteção (BRASIL,1990). Vale ressaltar porém, que na presente pesquisa a família aparece tanto como fator de risco para uso de drogas e envolvimento com o narcotráfico, como de proteção, ainda que exerça o principal fator de proteção para crianças e adolescentes no eixo individual, é a família que contribui primeiramente e de forma determinante para formação de personalidade e desenvolvimento de competências para criar ferramentas para enfrentamento de problema e frustrações, representando um suporte e segurança para os sujeitos. Se ela falha em sua função, tornar-se um forte fator de risco. Segundo Bucher (1992), se o processo de

identificação com figuras parentais foi bem-sucedido o adolescente atravessará essa fase sem grandes problemas.

Segundo Pinsky (2004), a falta de relações empáticas e de apoio familiar, pressão de grupo, violência doméstica, baixa autoestima tem sido relatada como fatores preponderantes de risco. Além disso, segundo o autor, o uso de drogas por parte dos pais, que vai destes ansiolíticos/ depressivos, até álcool, cigarro e drogas ilícitas, carrega forte poder de influência, dado ao aprendizado social, pois é na família que os sujeitos tem suas primeiras referências sociais e comportamentais, e onde a criança aprende a desenvolver estratégias para enfrentar situações difíceis na vida.

A acepção de família, nas obras freudianas, é dada por intermédio da teoria do Complexo de Édipo, por meio da releitura do mito de Sófocles. Esses três heróis, Édipo (inconsciente), Hamlet (culpa do desejo) e irmãos Karamazov (morte do pai real), são transferidos por Freud para o psiquismo individual através do complexo de Édipo. Segundo o autor, antes da família edipiana existia a família primeva, (primitiva), caracterizada pela ausência da lei. A civilização e a religião foram responsáveis pela formação da família edipiana, que se caracteriza por uma estrutura composta por papeis simbólicos e reais de pai e mãe. Segundo Lacan (1985), em uma família, há lugares ou funções que se articulam na constituição do sujeito, e é no contato da criança com esses outros, inicialmente representado pela mãe, e pela linguagem, que ela se constitui como sujeito. A forma como irá operar as relações familiares será determinante para a construção da capacidade do sujeito lhe dar com a vida, suas angustias e as influências do meio sociocultural.

Referimo-nos aqui ao termo **pai**, destacado na pesquisa, podemos fazer uma correlação da teoria psicanalítica que tem, na figura do pai, a lei necessária para barrar esse sujeito de uma inscrição de prazer compulsiva, como o uso de drogas, ou outras formas de prazer perigosas. Aliado a isso, ressaltamos, na realidade contemporânea a fragmentação das referências simbólicas e identificatórias e o enfraquecimento das figuras de autoridade, o que expressa em comportamento de risco e uso abusivo de drogas, resultante da falência da figura simbólica do Nome-do-Pai que exerce um corte necessário na estrutura de personalidades dos sujeitos (COUTINHO, 2009; ALMEIDA, 2010).

Partindo do olhar das memórias coletivas, como responsáveis na construção da identidade social dos sujeitos, Halbwachs (1990), credita à família, junto com os demais grupos de pertença, a responsabilidade pela perpetuação de nossas memórias. Segundo o autor, tomamos como base de nossa história as memórias construídas e repassadas pelo meio familiar, cenário de nossas primeiras lembranças. O autor fala sobre a influência da história

dos pais nos filhos, como primeiras referencias de história pessoais. E é no discurso familiar que preenchemos as lacunas de nossa memória, individual e coletiva, e construímos a memória de si.

Contudo, não podemos debitar apenas à família a responsabilidade de constituição dos sujeitos, pois estes recebem influencias do meio social. Lembremos que a responsabilidade, também é Estado e da sociedade, que expõem os sujeitos à condição de injustiça social e vulnerabilidades.

b) Rede de apoio social e a religião

Os fatores extrafamiliares englobam as redes de relação interpessoal, como a escola, igreja, comunidade e outros. As relações estabelecidas, as normas e valores, e as atividades desenvolvidas por estes eixos sociais são consideradas como fatores protetivos ao comportamento do uso abusivo de drogas.

Na presente pesquisa evidenciamos que as representações sobre drogas e os fatores de risco e proteção perpassam por memórias construídas socialmente, sobre a égide do certo e errado, bem e mal, resultante da apropriação do discurso moralista interpretado pelas religiões, que contribuiu para construção de representação de drogas, que tanto pode ser divinizada e exaltada como perseguida e condenada a depender do grupo social e do contexto histórico cultural (CARNEIRO 2005 p. 22) (FIORE, 2013) (MOTA 2009). E diante disso, os participantes manifestam a representação da igreja como fator de proteção as drogas.

No **Mal-estar da civilização** Freud ([1930]2011) reconhece a importância da religião como resposta ao desamparo dos sujeitos que buscam, nas drogas por exemplo, o meio de tamponar suas faltas. E é por meio da ideia de culpa, a religião colabora no barramento do sujeito dos seus prazeres, que estas intitulam como pecaminosos. Assim, há uma renúncia do prazer em nome da salvação e da santidade. Acredita-se em um adiamento da satisfação em troca da promessa de gozo eterno. Assim, a religião se torna uma estratégia para desencorajar o envolvimento da pessoa com atos ilícitos e para a sua inclusão em uma vida pautada por preceitos divinos e normativos. Deste modo, as igrejas desempenham na sociedade ações de prevenção, principalmente nos espaços empobrecidos das periferias urbanas.

Vimos que as representações sociais são construídas de forma consensual, assim como as memorias coletivas, a partir do posicionamento dos sujeitos nos seus grupos de pertença. Uma das maiores contribuições de Halbwachs é a ideia que a memória é sempre coletiva. Que mesmo que exista a memória individual, esta está submissa as influências do coletivo, por

meio de quadros sociais de memória e processos culturais. Portanto tanto a memória, as intepretações da realidade por meio de representações, e a identidade de um sujeito depende do coletivo, das influencias dos grupos, assim como do olhar do outro, e suas relações com estes, como vimos na teoria psicanalista aqui apresentada.

Assim, os chamados grupos de apoio social exercerem uma função importante na manutenção de representações e memórias bem como no comportamento e escolhas dos sujeitos. Eles servem como garantia da manutenção destas influencias, e cumprem o papel de integrar passado e presente, remetendo-se a suas origens, nas memorias coletivas, garantindo a continuidade do tradicional, dos valores, das ideologias, e do modo de vida aceitável socialmente.

Observamos na presente pesquisa, que as instituições (família, igreja, escola e organizações sociais) compõem a memória de instâncias protetoras dos sujeitos. De forma que, conforme os adolescentes estão bem inseridos em grupos normativos e que oferecem a estrutura de acolhimento das demandas, assim como meios para o desenvolvimento pessoal e social, eles terão recursos para manterem-se afastados do comportamento autodestruitivo e inapropriado socialmente, como as drogas e o crime. Garantindo assim, aos sujeitos em formação, condições para entrada na vida adulta sem grandes prejuízos.

Essa premissa carrega consigo a memória de instituições protetoras, paternalistas, que cumprem com a função de formar cidadão. Todavia, o adolescente está inserido nestas instituições não garante a proteção necessária para que estes não se envolvam com as drogas e o crime. Isso é evidenciado nos relatos da pesquisa de campo, quando descrevem casos de ex-educandos que se envolveram com o tráfico de drogas ou uso abusivo de drogas. Não podemos desconsiderar que os fatores que levam os sujeitos a se envolver com drogas é multifatorial, e a instituição não tem o poder de anular as outras dimensões de influência dos adolescentes. Assim, as ações de proteção e prevenção só terão eficácia se forem realizadas em conjunto, considerando os sujeitos em sua complexidade.

É valido ressaltar que a responsabilidade de proteção é de todos, para isso os direitos precisam ser garantidos e ofertadas as condições dignas de desenvolvimento, para estes adolescentes dispõem de recursos de superação dos conflitos pessoais e inclusão no mundo social e cultural, como o mercado de trabalho e de consumo. Aqui evidenciamos a necessidade de uma rede de proteção, que atue nas mais diversas esferas sociais, respeitando as singularidades dos sujeitos, amparando suas angustias resultantes da vida em sociedade.

Já que os ser humano não pode voltar a sua natureza por estar civilizado, que ao menos possamos fazer valer os direitos conquistados, como os prescritos pelo ECA(1990), de

forma que todas as dimensões que fazem parte da vida do adolescente esteja atuando conjuntamente para garantir o desenvolvimento saudável deste sujeito.

6 CONCLUSÃO

Durante a trajetória da presente pesquisa, evidenciamos que tanto as representações sociais quanto as memórias coletivas são construídas por meio das múltiplas dimensões dos processos individuais e coletivos, partindo de referências do passado, mas que permanecem vivos no presente, convencionalizando a realidade, e levando os sujeitos a interpretarem o mundo de forma consensual, interpelando e incorporando o discurso dos grupos de pertença.

Por meio dos dados levantados nas leituras bibliográficas e na pesquisa de campo, reafirmamos que o conceito de droga é uma construção social, que leva em consideração as dimensões sociais, culturais, econômicas e ideológicas dos sujeitos. Sua interpretação depende do ponto de vista de cada um, a depender dos grupos de pertença, resultando em representações sociais construídas a partir de memórias coletivas, conhecimentos e pensamentos consensuais, e interpretações subjetivas.

Assim também, constatamos por meio da leitura bibliográfica, que o conceito de adolescência varia conforme o contexto social, histórico e cultural, bem como a ideia de vulnerabilidade, própria desta fase, reflete tanto os conflitos idiossincráticos como seu contexto ambiental, em um reflexo das relações e da sociedade. Diante disso, esses sujeitos necessitam de todo amparo para constituírem, de forma saudável, sua identidade social no mundo adulto e para se adequar as imposições sociais determinadas por um sistema capitalista e desigual. Para isso são necessárias políticas públicas que atendam tais necessidades e garantam que os sujeitos adolescentes atravessem essa fase de transição e adaptação sem cair em armadilhas perigosas e letais, tais quais a dependência química e a criminalidade por meio de tráfico de entorpecentes.

Vimos que é no período de adolescência que os sujeitos desenvolvem novas dispositivos emocionais para lidarem com o mundo, consigo e com o outro. Para tal, é interessante que suas relações objetais se desenvolva de forma saudável, em direção à superação do narcisismo, aprendendo a conviver com suas perdas, como a elaboração do luto da infância. Diante de uma fase que pode representar um conflito de identidade, vimos que possíveis saídas para as angustias vivenciadas na adolescência é refugiar-se me si mesmo, em uma espécie de exilio, ou inserir-se no grupo. Porém, as drogas podem tornar-se, também, uma saída perigosa, quando o grupo de pertencimento do adolescente está imerso no contexto de uso abusivo de drogas ou narcotráfico.

Diante disso, quando trata-se de adolescente pobre, estamos falando de uma dupla vulnerabilidade, diante de sua condição psicossocial da fase de desenvolvimento e da sua condição social desprivilegiada, sendo órfãos de uma sociedade que os negam e os entregam as injustiças sociais, aos dispositivos perversos do capitalismo e o expõe a violência do tráfico de drogas e às promessas de dinheiro fácil e poder. A estes adolescentes, exigem-se esforços de superação ainda maiores.

Este período de desenvolvimento caracteriza-se pela tendência de vulnerabilidade diante das influências externas à família, como grupos de amigos da comunidade e, sobretudo, da contestação de preceitos e normas, aliado muitas vezes a preponderância do narcisismo, que leva-o a não temer por sua vida, envolvendo-se em situações de riscos sem medir consequências. Por isso que muitos adolescentes encontram, no uso de drogas, uma forma de oposição aos modelos normativos e no envolvimento com o tráfico um meio de se fazer justiça à sua condição de desfavorecido social. Encontrando no comportamento de risco uma espécie de rito de passagem, de uma vida infantil de dependência para uma vida de autonomia e superações.

As categorias que emergiram na análise confirmam a dicotomia do significado das drogas expressadas com base em memórias e representações sociais, assim como confirmam outras pesquisas acerca dos fatores de proteção e risco de drogas, que apontam para a importância das relações sociais e do grupo na formação da identidade, o papel da família tanto como proteção como risco, evidenciando a importância da boa relação familiar, assim como a contribuição de outras instituições como a igreja, no cenário de proteção social às drogas. Uma vez que estas ofertam recursos para um desenvolvimento saudável de habilidades e sublimação de conflitos por meio da arte e do esporte. Todavia, vimos que as instituições não podem fazer muito, quando o contexto social do adolescente é desfavorável. É mister diminuir as injustiças sociais e promover uma rede de proteção que, de fato, se estenda a diversas esferas da vida destes sujeitos, em parceria e apoio mútuo entre comunidade, organizações e família, contando com o Estado e o cumprimento de suas obrigações.

Ao trabalhar com o tema drogas e adolescentes em situação de vulnerabilidade, trazemos conosco memórias e representações sociais da associação destes com as drogas e o crime. Diante dos dados coletados estas representações não se confirmaram, reafirmando o perigo da estigmatizarão dos sujeitos. Contudo, transitamos em um terreno hostil e delicado que provocou resistência ao sugerir tratar de um tema velado, que afeta a vida de todos, e que por isso não é manifestado, seja por medo ou por conivência. A constatação desta resistência,

por parte das instituições e familiares, reflete que há muito caminho a percorrer para superação do fenômeno das drogas. Todavia, enquanto não discutirmos a perigosa associação de drogas, vulnerabilidade social e adolescência, eles continuaram exercendo o papel de "bode expiatório" da sociedade. Permanecerão na invisibilidade, morrendo em consequência do tráfico de drogas que domina sua comunidade, ou comprometendo sua possibilidade de vida adulta saudável na dependência química.

Ratificamos que os adolescentes pobres não são os únicos responsáveis por suas escolhas, uma vez que estes se constituem a partir de grupo de pertença, suas memórias coletivas e representações sociais. Diante disso, não podemos negar a responsabilidade da sociedade no fenômeno da drogatização, que ora abandona este sujeito, negando condições de desenvolvimento e inclusão, ora impõe um modo de vida consumista e hedonista, incitando-o ao consumo de drogas e à busca por acesso de bens de consumo. Por isso, na pretensão de criar práticas eficazes para prevenção do uso de drogas na adolescência, ou para o combate ao tráfico de drogas, precisamos considerar as dimensões básicas deste problema, que são os direitos estruturais para o desenvolvimento saudável dos sujeitos sociais, o que torna necessária a criação de políticas públicas que garantam todos os direitos já instituídos no ECA(1990).

É importante destacar também, que o ser humano é um ser conflituoso por natureza, independentemente de seu contexto social ou de sua condição econômica. Porém, estes conflitos constituintes são negados pela sociedade, que impõe um modo de vida perfeito, sem dor e falta, patologizando os sentimentos e medicalizando as angústias. Desta forma, as drogas cumprem um papel fundamental, como elemento de alívio e prazer. Estas constituem uma possibilidade para os sujeitos atravessarem seus conflitos, como a busca de identidade na adolescência. Diante disso, o adolescente precisa superar este modelo de vida imposto e desenvolver ferramentas para lidar com a dor, as faltas e frustrações, e não ceda-las ou nega-las. A incapacidade de elaborar seus sentimentos, os colocam em condição de fragilidade de ego e, por conseguinte, ficam expostos a comportamentos de risco, como envolvimento com drogas.

É dando voz a esses sujeitos que acreditamos que esta pesquisa poderá contribuir para a discussão sobre as ações preventivas sobre drogas na rede de proteção sócio assistencial, de forma a diminuir a incidência de prejuízos pessoais e sociais para os educandos. O espaço de fala se torna fundamental quando pensamos em dispor de ferramentas de proteção psíquica e social aos adolescentes. Enquanto o adolescente não puder falar e vivenciar suas angústias, tendo que buscar alívio nas substâncias, ou enquanto o prazer for imperativo nas relações

sociais e a dor for sinônimo de patologia ou fracasso, o ser humano estará buscando uma forma de não senti-la.

Ao passo que o tema drogas transita no campo da resistência, propicia a permanência deste fenômeno no imaginário, carregado de memórias e representações sociais negativas e ambíguas, que não traduzem a realidade, mas apenas o discurso normativo moralista, o que, muitas vezes, incita o desejo de conhece-las, quando o uso desta pode representar um meio de contestação social e sinônimo de autonomia. Paralelo a isso, temos as práticas ditas preventivas, aderidas pelas instituições, que, segundo os dados levantados, seguem o modelo repressivo, em que suas ações partem do lugar do saber e não da escuta. Ignorando a realidade de muitos e inibindo a discussão, uma vez que estes temem por serem julgados.

Esta pesquisa não encerra aqui, vimos que as drogas não únicas formas de manifestações de comportamento de risco autodestruitivo na adolescência, que traduzem seu sofrimento existencial e merecem tornar-se objeto de estudo, a exemplo do suicídio, automutilação, jogos perigosos e outros, que foram manifestados na pesquisa de campo tanto pelos educandos como pelas instituições, e chama à nossa atenção pelo aumento de casos nas últimas décadas.

Assim também, como supracitado, sabemos que o fenômeno das drogas não está limitado à pobreza, e que a condição de vulnerabilidade atinge o sujeito adolescente a despeito da condição econômica. O que deixa em aberto a possibilidade de estudar as representações sociais e memórias de drogas por adolescentes de instituições privadas com maior poder aquisitivo, fazendo assim um comparativo, e talvez desconstruindo a associação das drogas apenas para adolescentes pobres.

Ademais, diante das representações sociais e memórias que foram identificadas nesta pesquisa, verificamos a necessidade de tornar o assunto mais discutido nas várias esferas da rede de proteção social. Isto posto, pretendemos ao final da pesquisa, voltar a estas instituições para levar os resultados e fomentar discussões sobre o tema. Acreditamos que é fundamental também, envolver família e comunidade, e chamar à responsabilidade da sociedade quanto a garantia dos direitos destes adolescentes.

A partir dos resultados coletados, compreendemos a importância de considerar as várias dimensões que tangem essa temática e a promoção de ações que permitam espaços de fala, onde os adolescentes manifestem suas angústias, e façam emergir suas representações sociais e memórias coletivas sobre drogas. Incitando também discussões que contribuam para que estes posicionem-se diante dos grupos de pertença de forma benéfica para si, e desenvolvam ferramentas de superação e adaptação, construindo sua identidade social e

introduzindo-se ao mundo do adulto, sem prejuízos, mas por meio do desenvolvimento de suas potencialidades.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL. M. **Adolescência normal**: um enfoque psicanalítico. Tradução S. M. G. Ballve. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ABRIC, J. C. **Prácticas sociales y representaciones**. México: Coyoacán, [1998]2001.

_____. Zona Muda das Representações Sociais. In: OLIVEIRA, D.C.; CAMPOS, P. H. F. **Representações Sociais:** Uma teoria sem fronteiras. Rio de Janeiro. RJ. Museu da República (Coleção Memória Social), 2005. p. 23-34.

ADORNO, T. W; HORKHEIMER, M.. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida, Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo. In: **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009, p. 27-51.

ALBA, M. de. Representações sociais e memória coletiva: uma releitura. In: ALMEIDA, A. M. O.; SANTOS, M. de F. de S.; TRINDADE, Z. A. (Org.). **Teoria das representações sociais**: 50 anos.2 ed Brasília: Technopolitik, 2014.

ALBERTANI, M. B.; SCIVOLETTO, S.; ZEMEL, M. de L. S. Prevenção do uso indevido de drogas: fatores de risco e fatores de proteção. In: **Curso de capacitação Atualização de conhecimento sobre redução da demanda de drogas.** Secretaria Nacional Antidrogas, UFSC, 2004. p. 63-86.

ALMEIDA FILHO, N. & ROUQUAYROL, M. Z. **Introdução à Epidemiologia Moderna.** Rio de Janeiro: APCE/Abrasco, 1990.

ALMEIDA, M. A. O. Abordagem societal das representações. **Sociedade e Estado**. V24, N3. Brasília 2009, p 713-737. Disponível: http//www.sielo.br/pdf acesso: novembro de 2017.

AMADO, J. **Capitães de Areia**. Rio de Janeiro. Record. 2002(1937)

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. [DSM-5]**. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANDRADE, S. F. O. **Uso de drogas e ato infracional**: representações sociais de adolescentes em conflito com a lei. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

AQUINO, L.M.C. A rede de proteção a criança e adolescentes, a medida protetora de abrigo e o direito à convivência familiar e comunitária: experiência em nove municípios brasileiros. In E. R. A. da Silva (Ed.), **O direito à convivência familiar e comunitária**: Os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil (pp. 325-365). Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.2004

ARATANGY, L. R. O desafio da prevenção. In: AQUINO, J. G. (Org.). **Drogas na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

ARIÉ, P. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARPINI, D. M. **Violência e Exclusão**: Adolescência em grupos populares. Bauru,SP: EDUSC, 2003

ASSIS, S. G. **Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta**: A vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar ed. 2005

BARATTA, A. La criminalización del consumo y tráfico de drogas, desde de la Criminología: aspectos económicos y políticos. In: **Congreso de Droga Dependências del País Vasco**, 2. 1987, Vitoria-Gasteiz. Anais. Ed. Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco, 1988.

BARDIN, L. **Analise de conteúdo.** SP, Edições 70. 2011(1977).

BERTONI, L. M. Reflexões sobre a história do alcoolismo. **Revista Hispeci&Lema**, Bebedouro, SP, FAFIBE, v. 9, 2006.

_____. **Arte, indústria cultural e educação.** *Cad. CEDES*, Ago 2001, vol.21, no.54, p.76-81. ISSN 0101-3262.

BLOS, P. **Adolescência**: uma interpretação psicanalítica. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE), v. 11, n. 1, p. 63-76, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07>. Acesso em: 12 nov. 2016.

BARTLETT, F. C. **Remembering**: A study in experimental and social psychology. Cambridge: Cambridge University Press, [1932].2012.

BERGSON, H. **Matéria e memória**. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORGES, L. C. I. **Índice de Homicídios na Adolescência** (IHA 2014). orgs: - Rio de Janeiro. Observatório de Favelas, 2017.
Disponível em < https://secure.unicef.org.br>Acesso:04/2018

BRASIL.**Lei n. 891**, de 1938. Art. 44. Decreto dispõe sobre a Lei de Fiscalização de Entorpecentes, Casa Ciovil, 25 de novembro, 1938<Http://www.planalto.gov.br/ccivil_03 >. Acesso em: 05/04/2018

_____. **Lei 6.368/76,** de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/10/1976, Página 14039 (Publicação Original). Coleção de Leis do Brasil - 1976, Página 90 Vol. 7

_____. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília. Editora do Ministério da Saúde, 2007.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988.Senado DF: Brasília, Presidência da República, 1988.

_____. **Lei federal n 6.368**. Dispõe sobre medidas de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Substâncias Entorpecentes ou que Determinem dependência Física ou Psíquica, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1 Brasília, 22 de outubro ,1976.

_____. **Portaria 344**. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial.12 de maio de 1998.

_____. **Lei Federal n. 8069**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e determina a proteção integral à criança e ao adolescente e dá outras providências. Brasília, de 13 de julho, 1990.

_____. **Lei nº7.742**, 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. LOAS –Lei Orgânica de Assistência Social. De 7 de dezembro de 1993.

_____. **Resolução do CNAS nº 130**. Dispõe sobre provação da **Norma Operacional Básica da Assistência Social** – NOB SUAS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília DF de 15 de julho de 2005.

_____. **Resolução n33**, 12 de dezembro de 2012.Aprova a **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social** -NOB/SUAS.Brasilia 2012.

_____. **Lei federal n 11.343**. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas- Sisnad; prescreve medidas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Diário Oficial da União. Seção 1. Brasília, 24 de agosto, 2006.

_____. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Relatório brasileiro sobre drogas** / Presidência da República.Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas; IME USP; organizadores Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, Vladimir de Andrade Stempliuk e Lúcia Pereira Barroso. – Brasília: SENAD, 2009. 48 p

_____. **Portaria n 399**. Divulga o pacto pela saúde 2006.Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do referido pacto.22 de fevereiro de 2006.

_____. **Lei n 12.43**5 de 06 de julho de 2011. Altera a Lei n 8. 742 de dezembro de 1993.Que dispõe sobre a organização da Assistência Social.2011.

_____. **Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil**. — Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2011. 106 p. Disponível em: http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/politicas-sobre-drogas/cartilhas-politicassobre-drogas/2011 legislação políticas públicas. Acesso: 25/03/2018

BROWNSTEIN, H. H. (1995) **The Media and the Construction of Random Drug Violence** In FERREL, J. and SANDERS, C. (1995) CULTURAL CRIMINOLOGY, Boston, Northeastern University Press.

BUCHER R. **Drogas e drogadição no Brasil**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1992.

CAMARGO, B. V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. MOREIRA, B. V. CAMARGO, J. C. JESUÍNO, & S. M. NÓBREGA (Eds.), **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais** (pp. 511-539). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba.

CARNEIRO, H. **Pequena enciclopédia da história das drogas e bebidas**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2005.

_____. **As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas do século XX**. Revista Outono. ES, São Paulo, vol. 6, 2002, p.115-128.

_____. A autonomia ou heteronomia nos estados alterados de consciência. IN LABATE B. C. **Drogas e Cultura**: novas perspectivas. Et al Orgs. Salvador :EDIFBA, 2008.

CEBRID (Centro Brasileiro de Informação sobre drogas). **II Levantamento Domiciliar sobre Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**. Relatório Brasileiro sobre Drogas - IME-USP 2009. Disponível em:. Acesso em: 07 de maio de 2016.

COLLIGARIS, C**. A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000

COUTINHO, L. G. **Adolescência e errância**. Rio de Janeiro: Nau, 2009.

CRUZ NETO, O; MOREIRA, M.R.; SUCENA L. F. **Nem soldados Nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Fiocruz. Rio de Janeiro. 2001.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

DURKHEIM, E. Representações individuais e representações coletivas. In: _____. **Sociologia e Filosofia**. Tradução J. M. de Toledo Camargo. Rio de Janeiro: Forense, [1924] 1970.

DOWDNEY, L. **Crianças do tráfico** - um estudo de caso de crianças em violência armada organizada de Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004.

ERIKSON E. **Identidade**, **juventude e crise**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1976.

ESCOHOTADO, A. 7 ed. **Revista e ampliada**. História general de las drogas, v 2 Madrid: Alianza, 1998, p 131.

_____. **História general de las drogas**. 3 ed. Madri:Alianza,3v 1995.

_____. **História elementar das drogas**. Portugual: Antigona, 2004.

FEFFEMANN, M. **Vidas arriscadas**: um estudo sobre jovens inscritos no tráfico de drogas. São Paulo: Vozes, 2006.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Memória social**: novas perspectivas sobre o passado. Lisboa: Teorema, 1992.

FERRO, A. L. A. **Crime Organizado** e Organizações Criminosas Mundiais. **2009**. p. 345346.)

FIORE, M. **Uso de "drogas"**; Controvérsias médicas e debate público. Mercado de letras. Campinas, 2006.

_____ **Uso de drogas**: substâncias, sujeitos e eventos. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas- SP, 2013.

_____O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. **Novos Estudos**. CEBRAP. 2012.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro; edições Graal, 1985.

_____. **Vigiar e punir.** Vozes: Petrópolis, 1994

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, 1905. In: _____. **Um caso de histeria e Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 163195. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 7).

_____. Além do Princípio de Prazer. In: FREUD, S. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente.** v. 2. Rio de Janeiro: Imago. (1920[2006], p. 123-198.

_____. **O ego e o id,** 1923. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-72.

_____. Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II), 1914. In: _____. **O caso de Schreber e artigos sobre técnica**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 159-172. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 12).

_____. Psicologia de grupo e a análise do ego, 1921. In: _____. **Além do princípio de prazer**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 77-154. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 18).

_____. **Totem e Tabu.** In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 13. Rio de Janeiro: Imago, [1913]1990, p. 11-125.

_____. **Breves escritos**: contribuições para uma discussão acerca do suicídio. In S. Freud, Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, v. XI. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1910)

______. "**O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais**" In; Conferências introdutórias sobre psicanálise, parte III, Teoria geral das neuroses: conferência XXI – O desenvolvimento da libido e as organizações sexuais. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XVI. Rio de Janeiro: Imago, [1916]1996

_____. **O mal-estar na civilização**. São Paulo; Peguim Classics Companhia das letras1 Ed. [1930]2011

FIGLIE, N.B. ZANELATTO, N. A. BORDIN, S. GRANDI, C. G. LARANJEIRA, R. Sistemas Diagnósticos em Dependência Química: Conceitos básicos e classificação geral IN FIGLIE, N.B., BORDIN, S., LARANJEIRA, R. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo: Roca. 2015.

GIRONDI JBR, BACKES MTS, ARGENTA MI, MEIRELLES BHS, SANTOS SMA. **Risco, vulnerabilidade e incapacidade:** reflexões com um grupo de enfermeiras. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2010;12(1):20-7. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5216/ree.v12i1.5815, setembro de 2018.

GONDAR, J. O. **Memória individual, memória coletiva, memória social**. INIRIO Morpheus, v 13,2008.

GONZÁLEZ REY. F. **Personalidade, saúde e modo de vida**. São Paulo. Editora Thompson. 2004.

_____ **O social da psicologia e a psicologia no social:** A emergência do sujeito. Rio de Janeiro: vozes. 2012.

_____**Subjetividade e Saúde**: superando a clínica da patologia. São Paulo; Cortez editora. 2011.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GUIA PRÁTICO DE ORIENTAÇÃO SOBRE O IMPACTO DAS BEBIDAS ALCOÓLICAS PARA A SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. SBP. Sociedade Brasileira de Pediatria. (SBP) Acesso: http://www.sbp.com.br/ Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em: 20 de julho de 2018.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, [1950] 1990.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). **As representações sociais**. Tradução Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KALINA, E. **Psicoterapia de adolescentes**: teoria, técnica e casos clínicos. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

KALINA, E.; KOVADLOFF, S.; ROIG, P. M.; SERRAN, J. C. & CESARAM, F**. Drogadição hoje**: indivíduo, família e sociedade. Porto Alegre: Artes Médicas.1999.

LABATE, B. C. et al. (Org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas**.** Salvador: EDUFBA, 2008.

LABROUSSE A. **Geopolítica das drogas**. São Paulo. Desatino, 2010.

LACADEÉ, P. **O despertar e o exilio**: ensinamentos psicanalíticos a da mais delicada das transições, a adolescência. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 2011.

LACAN, J. O seminário. In: _____. **De um outro ao outro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1968. Livro XVI. (Original públicado em 1968-1969).

_____. **Os complexos familiares na formação do indivíduo**, ensaio de análise de uma função em Psicologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LAPATE, V. **Hora zero**: a independência das drogas – antes que os problemas cheguem. São Paulo: Scortecci, 2001.

LEVISKY, D. **Adolescência**: reflexões psicanalíticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

LORENCINI JR, A. Enfoque contextual das drogas: aspectos biológicos, culturais e educacionais. In: AQUINO, Julio Groppa. (org). **Drogas na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

MACEDO, M. M. K. **Adolescência e psicanálise:** intersecções possíveis. 2. ed. revista ampliada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MELO J. R. F. ; MACIEL S. C. **Representações sociais do usuário de drogas na perspectiva de dependentes químicos**. Psicologia: Ciências e profissão. Brasília V. 36 n. 1, p. 76-78. 2016

MALVASI, P. A.; TRASSI, M. de L. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo; Cortez, 2010. (Coleção construindo o compromisso social da psicologia. Coordenadora Ana Mercês Bahia Bock).

MARX, K. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3a edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1982.

MINAYO, M. C. S. Sobre a toxicomania da sociedade. In: BAPTISTA, M.; CRUZ, M. S.; MATIAS, R. (Org.). **Drogas e Pós-modernidade**: faces de um tema proscrito. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2003.

_____. SOUZA, E. R. de: **Violência e saúde como um campo**

interdisciplinar e de ação coletiva'. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, IV(3): 513531, nov. 1997-fev. 1998.

_____. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13 ed. Hucitec. São Paulo, 2013.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, [2000] 2015.

_____. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. 2 ed. Petrópolis; Vozes ([1961]2012).

MORAES, R. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAIS, P. C. C. - **Drogas e Políticas Públicas**, Doutorado em ciências humanas: sociologia e política FAFICH. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Minas Gerais UFMG Belo Horizonte 2005.

MOTA, L. **Dependência química e representações sociais**: pecado, crime ou doença? Curitiba: Juruá, 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Governo Federal. **Políticas sobre drogas prevenção e tratamento e redução de danos**. 2018. Disponível em: <http://justica.gov.br/>

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Bolsa Família**.2018. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia> Acesso em: 02-03-2018

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONUBR). **UNICEF**: 22 milhões de crianças passam fome e 1,4 milhão está em risco iminente de morte em 4 países. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/unicef.2>. Acesso em: 15/02/18.

NADVORNY, B. **Freud e as dependências**: drogas, jogo, obesidade. Porto Alegre: AGE, 2006. 198p.

NAIFF, L. A. SÁ C. P. NAIFF D. G. M. Preciso estudar para ser alguém; Memória e Representações sociais da educação escolar. **Paidéia**. Universidade de São Paulo, vol 18, nº 39,2007.

NOBREGA, S. M.; COUTINHO, M. P. O teste de associação livre de palavras. In COUTINHO, M.P.L. (ORG)**Representações Sociais**: Abordagem interdisciplinar. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Saúde dos jovens** - um desafio para a sociedade. Relatório de um grupo de estudos da OMS sobre jovens e saúde para todos. Genebra: OMS, 1986. (Série de Relatórios Técnicos 731).

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS. [**OBID**]. Disponível em: <https://www.obid.senad.gov.br/dados-informacoes-sobre-drogas/pesquisa-eestatisticas>. Acesso em: 13 jun. 2017.

PADOIN, I. G.; VIRGOLIN, I. W. C. A vulnerabilidade social como uma dificuldade a participação política. In: SEMINÁRIO INTERINSTITUCIONAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, 2010, Cruz Alta. **Anais eletrônicos...** Cruz Alta: UNICRUZ, 2010.

PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**, 2015.Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/pense/2015/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PESSALACIA, J. D. R.; MENEZES E. S. de M.; MASSUIA, D. Vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista da Sociedade Brasileira de Enfermeiros Pediatras,** Centro Universitário São Camilo,2010.

PINSKY, I.; BESSA, M. A. **Adolescência e drogas**. São Paulo: Contexto, 2004.

PLASTINO, C. A. **Dependência, subjetividade e narcisismo na sociedade contemporânea.** Trabalho apresentado no Seminário Internacional sobre Toxicomanias, Rio de Janeiro. (2000). Disponível em: http://www.rubedo.psc.br/artigosb/depsocie.htm. Recuperado em 18/07/2010.

PRATTA, M. A. B. **Adolescentes e jovens... em ação! Aspectos psíquicos e sociais na educação do adolescente hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.

QUEIROZ, V. E. **A questão das drogas ilícitas no Brasil**. Florianópolis: Universidade de Santa Catarina, 2008.

RIBEIRO, E M. A toxicomania e os paradoxos da liberdade. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre,** Porto Alegre, 2003.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

RIVAS, C. Ascensão do tráfico de drogas no Brasil. Disponível em: https://caiorivas.jusbrasil.com.br/artigos/320444306/ascensao-do-trafico-e-das-drogas-no-brasil. Acesso em: 10 abril 2018.

RODRIGUES, T. **Políticas e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

_____. **Narcotráfico**: um esboço histórico. In: VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Org.). Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005. p. 291-310.

_____. Tráfico, Guerra e Proibição. LABATE B. C. IN: **Drogas e Cultura novas perspectivas et al org**s. Salvador: EDUFBA, 2008.

_____. **Narcotráfico: uma guerra na guerra**. 2ª Edição. São Paulo, Desatino, 2012.

RODRIGUEZ, R. V. **Violência, Narcotráfico e Terrorismo na América Latina**. Juiz de Fora, 2008

SÁ, C. P. de. As memórias da memória social. In: SÁ, C. P. (Org.). **Memória, imaginário e representações sociais.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

_____. Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: Uma Perspectiva Psicossocial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre: UFRS, v. 20, n. 2. 2007, p. 29095.

_____. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ,1998.

SAMPAIO, C.; FREITAS, D. S. Redução de Danos e SUS: enlaces, contribuições e interfaces, 2010. Disponível em: Acesso em: 11 de abril, 2017.

SANTOS, M. S. dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, J. D. F. **Violência no sertão da ressaca**. Negação dos direitos da população infanto-juvenil em Vitória da Conquista Bahia(1997-2005). PUC, São Paulo, 2007

SANTOS, G. E. de O. **Cálculo amostral**: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>. Acesso em: [02-03-2018]

SCHENKER, M. and **MINAYO**, M. C. de S. **Fatores** de risco e de proteção para o **uso de drogas** na adolescência. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2005, vol.10, n.3, pp.707-717

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Plano estadual de segurança pública.** Bahia, 2018 acesso:< http://www.ssp.ba.gov.br/> 04/2018

SUDBRACK, M. F. O. Terapia familiar e dependência de drogas: construções teórico-metodológicas no paradigma da complexidade. In: COSTA, I. I.; HOLANDA, A. F.; MARTINS, F. C.; TAFURI, M. I. (org.). **Ética, linguagem e sofrimento.** Anais/trabalhos completos da VI Conferência Internacional sobre filosofia, psiquiatria e psicologia. Brasília: Positiva, 2003.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, 2002. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc> Acesso em: 21/06/2011

TRAD. S. **Controle do uso de drogas e prevenção no Brasil**: revisitando sua trajetória para entender os desafios atuais. In: NERY FILHO, A. et al(Org) Toxicomanias: Incidências clínicas e socioantropológicas. Salvador:EDUFBA; CETAD,2009, p. 97-112.

TRASSI M. L.; MALVASE, P. A. **Violentamente pacíficos**; desconstruindo a associação juventude e violência. Editora Cortez, Coleção: Coleção Construindo o Compromisso Social da Psicologia 2010.

VALA, J. Representações sociais e psicologia social do conhecimento cotidiano. In: VALA, J.; MONTEIRO, B. (Org.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 457-502.

VARGAS, E. V. **Os corpos intensivos**: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais. In: DUARTE, L. F. D; LEAL; O. F. (Org.) **Doença, sofrimento e perturbação: perspectivas etnográficas.** Rio de Janeiro; FIOCRUZ, 1998.

_____. Fármacos e outros objetos sócio técnicos: notas para um genealogia das drogas.IN LABATE B. C. **Drogas e Cultura**: novas perspectivas. Et al Orgs. Salvador :EDIFBA, 2008.

VENÂNCIO, R. P.; CARNEIRO, H. (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

VÈRGES, P. Conjunto de programas que permitem a análise de evocações: **EVOC: manual**. Versão 5. Aix en Provence. 2002

VIGNOLI, J. R. **Vulnerabilidad demográfica em América Latina**: qué hay de nuevo? In: CEPAL. *Seminario Vulnerabilidad*. Santiago: Cepal, 2001.

ZALUAR, A. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ; Revan, 1994.

_____. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. **Democratização inacabada**: fracasso da segurança pública. Estudos avançados 21(61), 2007

WAISELFSZ. J. J. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por armas de fogo no Brasil. Instituto Sangari, 2016.

WAGNER, W. Sócio gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, Denise Cristina (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social.** Goiânia: AB, 1998.

WOLTER, R. P., & Wachelke, J. F. R. (2013). Índices de distribuição de evocações: Raridade, diversidade e comunidade de corpora de representações sociais. **Revista de Psicologia**: Teoria e Prática, 15,119-129.Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo. > Acesso: 02-03-2018

WEDEKIND, Frank. **O despertar da primavera.** 3ª ed. Trad. Maria Adélia Silva Melo. Lisboa: Editora Estampa, [1891] 2008.

WOLTER, R. P., & Wachelke, J. F. R. (2013). Índices de distribuição de evocações: Raridade, diversidade e comunidade de corpora de representações sociais. **Revista de Psicologia**: Teoria e Prática, 15,119-129.Disponível em: <Http://pepsic.bvsalud.org/scielo. > Acesso: 02-03-2018

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS OU RESPONSÁVEIS)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDOS

Prezado (a) Senhor(a), sou Luana Vieira de Oliveira, pesquisadora, mestranda do curso de pós graduação em Memória: Linguagem e Sociedade e estamos realizando o estudo sobre Memoria e Representação social de adolescentes em situação de vulnerabilidade social acerca das drogas, e venho por meio deste documento **solicitar a autorização da participação voluntária do adolescente nesta pesquisa**. De modo que o objetivo deste trabalho é sobretudo dar voz aos adolescentes que são alvo de políticas pública, de forma a identificar o que eles pensam sobre drogas.

Esta pesquisa é composta por uma aplicação de um **questionário sociodemográfico** com perguntas básicas para compreensão do contexto sócio econômico dos participantes e de um **teste projetivo** de associação de palavras (TALP) que consiste em identificar as representações sociais sobre o tema. Portanto a aplicação deste representa risco mínimo de desconforto, sendo que o(a) senhor(a) e o participante pode durante a pesquisa **pedir novas informações e esclarecimentos, ou se recusar a responder as perguntas, e até mesmo abandonar a pesquisa em qualquer momento que desejarem.** Comprometemo-nos a manter o **sigilo** e **confidencialidade das informações** e a garantia de **anonimato dos participantes**, colocando à disposição os dados coletados que serão arquivados por 5 anos, sendo destruídos logo após este período.

APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO (ADOLESCENTES)

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Autorizada pelo Decreto Estadual nº 7344 de 27.05.98
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP / UESB

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa "MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ACERCA DAS DROGAS". *Neste estudo pretendemos* dar voz a sujeitos adolescentes que são alvo de politicas publicas de proteção e prevenção ao uso de drogas, identificando e analisando as suas memórias e representações sociais sobre o fenômeno. Considerando os dados das ultimas pesquisas a respeito deste tema, que revelam um aumento significativo do percentual de adolescente que usaram drogas lícitas e ilícitas, um estudo nesta perspectiva é basilar para a compreensão do discurso social sobre as drogas que circulam entre adolescentes de forma consensual e que justificam suas ações, e analisar o tema a partir da perspectiva do publico alvo dos programas sociassistenciais.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Será aplicado em 100 participantes de 12 a 17 anos inseridos em programas sócio assistências do município de Vitória da Conquista um questionário sócio demográfico e o TALP (Teste de Associação Livre de Palavras) que é uma técnica projetiva que objetiva evidenciar a estrutura psicológica dos sujeitos estimulando, tornando observável, registrando e obtendo a comunicação verbal. Pediremos que escrevam três palavras que lhes vêm à mente instantaneamente quando mencionamos o tema indutor.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO N°_____

1.Data: _____/_____/____ **2.Data de nascimento: ____ / ____ / ___**

3. Sexo: Masculino ( ) Feminino ( ) Outros ( ) _____

4.Curso /serie: Ed. Infantil____ Ens. Fundamental ____ Médio ____

5.Para você, qual sua cor ou raça?
Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela/asiático( )
Indígena ( ) Outros_____

6.Você mora com quem?
Pais ( ) Amigos ( ) Outros familiares ( ) Filhos( ) Outros _____

7.Onde você mora atualmente?
Casa própria ( ) Casa alugada ( ) Casa emprestada de familiares ou amigos ( )
Conjunto habitacional popular ( ) Instituição ( ) Outros_____

8.Quantas pessoas moram em sua casa? _____

9.Qual a sua religião?
Católica ( ) Protestante ou Evangélica ( ) Espírita ( ) Umbanda ou Candomblé ( )
Sem religião ( ) Outras _____

10.Recebe Bolsa família?
De quantos? Não ( ) Sim ( )
11.Onde você mora tem:
Quartos separados ( ) Banheiro ( ) Rede de esgoto ( ) Rua calçada ou asfaltada( )
Água corrente na torneira ( ) Eletricidade ( ) Posto de saúde próximo( ) Posto policial ( )

12. Você já trabalhou ou teve alguma atividade remunerada?
Não. Nunca trabalhei ( ) Sim. Como estagiário ( ) Sim de 10h à 20 horas ( )
Sim. De 20h à 40 horas ( ) Sim. Mais de 40 horas ( )
13.Se já trabalhou. Com que finalidade você trabalhava?
Para ajudar meus pais nas despesas com a casa, sustentar a família. ( )
Para ser independente, ganhar meu próprio dinheiro ( )
Para adquirir experiência. ( )
Outra finalidade ( )

14.Você já experimentou álcool? Sim ( ) não ( )

15.Faz uso regular de bebida alcoólica? Sim ( ) Não ( )

16. Faz uso regular de medicamentos? Sim ( ) Não ( )

17. Você já experimentou alguma outra droga?
Não ( ) Sim ( ) Quais? _____

18.Você faz uso regular de alguma droga? Não ( ) Sim ( )

19.Na sua opinião, porque um adolescente faz uso de drogas?

_____
_____
_____

20. Pra você, o que leva um adolescente a se envolver com o tráfico de drogas?

_____
_____
_____

21. A instituição que faz parte realiza algumas das seguintes atividades?
Debates( ) Esportes( ) Campeonatos( ) Palestras( ) Atividade com família( ) Dança( ) Música /coral( ) teatro( ) Artes( ) Estudos do meio ambiente( ) Passeios( ) Feira de ciências / cultural( ) Festas( ) gincanas( ) Reforço escolar( ) Atendimento psicológico( ) Acompanhamento socioassistencial( ) Ações Comunitárias( ) Outras_____
_____

22.O tema drogas é discutido na instituição? Caso afirmativo, de que forma?
_____
_____

23. O que você acredita que mantem os adolescentes afastado das drogas?

_____
_____
_____

Obrigada por fazer parte da nossa pesquisa

APÊNDICE D –
TALP (Teste Associação Livre de Palavras) N° ____

1. **Escreva as 5 (cinco) primeiras palavras que vem em sua mente ao pensar em DROGAS**

1_____

2_____

3_____

4_____

5_____

2. **O que você acredita que pensam seus amigos sobre DROGAS?**

1_____

2_____

3_____

4_____

5_____

3. **Qual a ideia que os adolescentes de hoje têm sobre DROGAS?**

1_____

2_____

3_____

4_____

5_____

Obrigada!